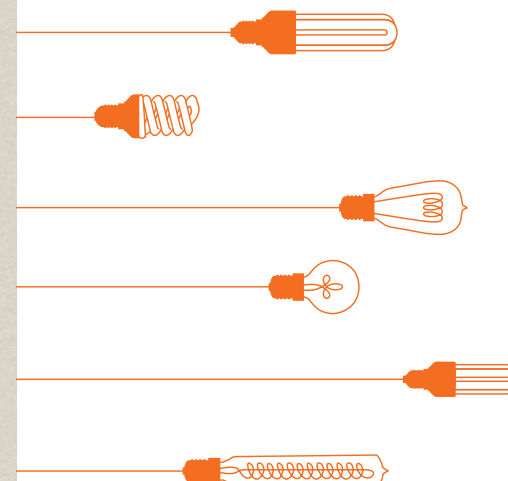




RELATÓRIO de
Sustentabilidade
CELESC 2013

RELATÓRIO *de*
Sustentabilidade
CELESC 2013

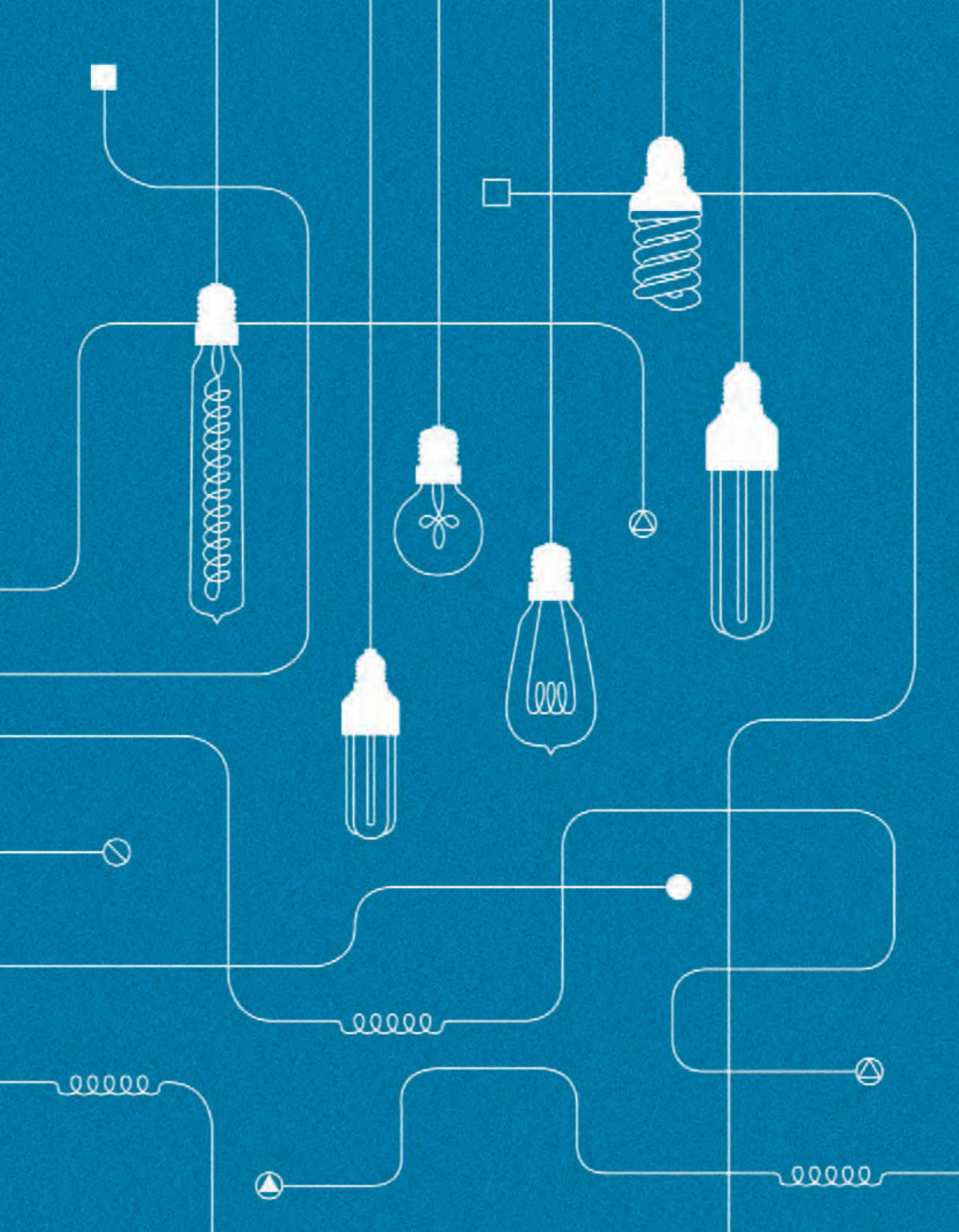




Mensagem do Presidente	7
Mensagem do Conselho de Administração	9
Processo de relato	11
Destaques 2013.....	13
O setor de energia elétrica no Brasil	17
Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição	18
Levando energia ao estado de Santa Catarina	21
Missão, Visão, Valores	23
Atuação Celesc	24
Estrutura societária	24
Desempenho operacional	25
Compromissos voluntários	32
Governança corporativa	37
Estrutura de governança	39
Gestão de riscos	44
Conduta Ética	46
Relacionamento com partes interessadas	48
Poder público e agentes intrasetoriais	49
Acionistas	49
Sindicatos	50
Clientes	50
Fornecedores	51
Comunidade	51
Agentes sociais e organizações da sociedade civil	51
Imprensa e Mídia	51
Compartilhadores de infraestrutura	51
Público Interno	51
Participação em políticas públicas	52
Pesquisa e Desenvolvimento	52
Gestão Financeira	57
Receita Operacional	63
Ebitda e Ebitda ajustado	64
Endividamento e gestão do capital	65
Mercado de ações	66
Investimentos	67
Melhoria dos sistemas de telecomunicações	68
Plano de Desenvolvimento de Distribuição	68
Redução da inadimplência	69
Novos negócios em geração	70
Comercialização de energia	70



Equipe Celesc	73
Estrutura organizacional	74
Ambiente atrativo	78
Plano de Cargos e Salários	78
Remuneração	79
Remuneração em altos cargos de governança	79
Benefícios	80
Previdência	80
Desenvolvimento	81
Encerrando ciclos	81
Programa Incentiva de Inclusão e Acessibilidade	82
Saúde e segurança	83
Treinamentos em segurança	83
Bem-Estar e Qualidade de Vida	85
Programa Qualidade de Vida	85
Projeto Nutricional	87
Relações Sociais	89
Comunidades	91
Programa Jovem Aprendiz	92
Celesc Voluntária	93
Projeto Bônus Eficiente	94
Banho de energia	94
Tô ligado	95
Energia do futuro	95
Fornecedores	96
Seleção	96
Responsabilidade na cadeia produtiva	97
Clientes	97
Novo <i>Contact</i> Center	98
Pela segurança dos consumidores	98
Torpedeira	99
Responsabilidade Ambiental	101
Gestão Ambiental	103
Princípios da Política Ambiental Celesc	105
Programas de Educação Ambiental	106
Programa de Eficiência Energética (PEE)	107
Materiais	108
Gestão de Resíduos	109
Água	111
Emissões	111
Biodiversidade	112
Multas e sanções	116
Resposta imediata	116
Prêmios e reconhecimentos do ano	119
Balanco Social do Grupo Celesc	121
Outros Indicadores ANEEL	127
Índice Remissivo GRI	145



Mensagem do Presidente (GRI 1.1; 1.2)

EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Ao acendermos uma lâmpada, a luz que vemos nada mais é do que moléculas em movimento. Assim também é a vida: elementos em constante transformação. No mundo dos negócios não poderia ser diferente. A lei que nos move é a da mudança. Por isso, na Celesc, estamos sempre atentos às alterações na sociedade e na realidade de nosso setor. E com grandes transformações, muitas vezes, chegam diversos desafios.

Mas acreditamos que grandes desafios trazem também muitas oportunidades! Diante de um ano complexo, após importantes mudanças na regulamentação do setor de energia elétrica brasileiro, demonstramos nossa maturidade e flexibilidade para buscar soluções efetivas diante das demandas do mercado.

Em meio às constantes transformações, a transparência e a articulação têm sido o fio condutor de nossas ações, garantindo um relacionamento cada vez melhor com todos os envolvidos em nosso negócio. Ao mesmo tempo, buscar novos projetos e continuar aumentando a eficiência operacional é nossa principal estratégia. Por isso, estamos investindo na automação de sistemas de distribuição de energia e na qualificação do atendimento, além de avaliar ativos internos que podem ser potencializados para diversificar nosso negócio.

A formalização do Plano Diretor, da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos e da Norma de Gestão Estratégica de Riscos, representaram importantes passos no amadurecimento da gestão da Companhia. E isso só foi possível graças à sinergia, construída ao longo dos últimos três anos, entre todas as partes interessadas, por meio de diálogos abertos e ações participativas.

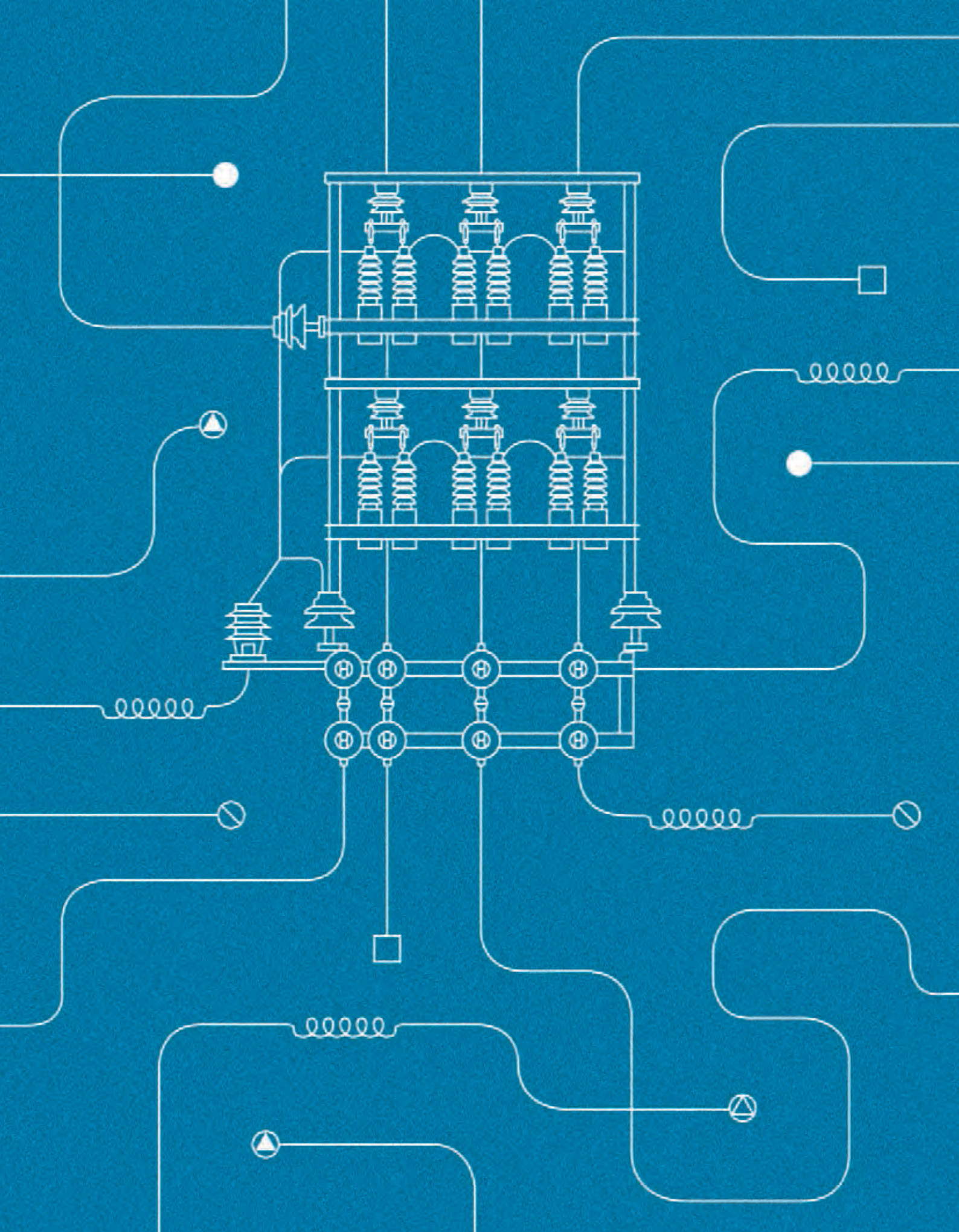


Com um investimento de mais de R\$42 milhões em projetos de Eficiência Energética, em 2013, beneficiamos cerca de 350 mil pessoas, e tivemos a chance de amadurecer de forma significativa nossos processos e controles relacionados ao meio ambiente.

Mas tudo isso só é possível com o apoio de empregados engajados e motivados, que acreditam e colocam em prática as diretrizes da Companhia. Sempre disposta a trabalhar em conjunto, nossa equipe provou que possui as qualidades necessárias para construir um futuro de sucesso em um mundo em constante transformação.

O caminho que começamos a trilhar nesses últimos anos certamente nos levará a grandes conquistas. Conquistas alcançadas por todos nós juntos, que beneficiarão também a sociedade brasileira.

CLEVERSON SIEWERT - *Diretor Presidente*



Mensagem do Conselho de Administração (GRI 1.1; 1.2)

NOVAS PERSPECTIVAS

Muita coisa mudou para o setor elétrico após 2012. As medidas governamentais que alteraram as regras de tarifação de energia elétrica diminuíram as margens de rentabilidade das empresas e trouxeram novas perspectivas para o negócio da Celesc.

Acreditamos que as novas normas regulatórias acompanham as transformações sociais e econômicas do País e eram, portanto, inevitáveis. A Celesc está atenta a isso e já vinha trabalhando fortemente para adequar sua gestão às demandas do mercado e da sociedade.

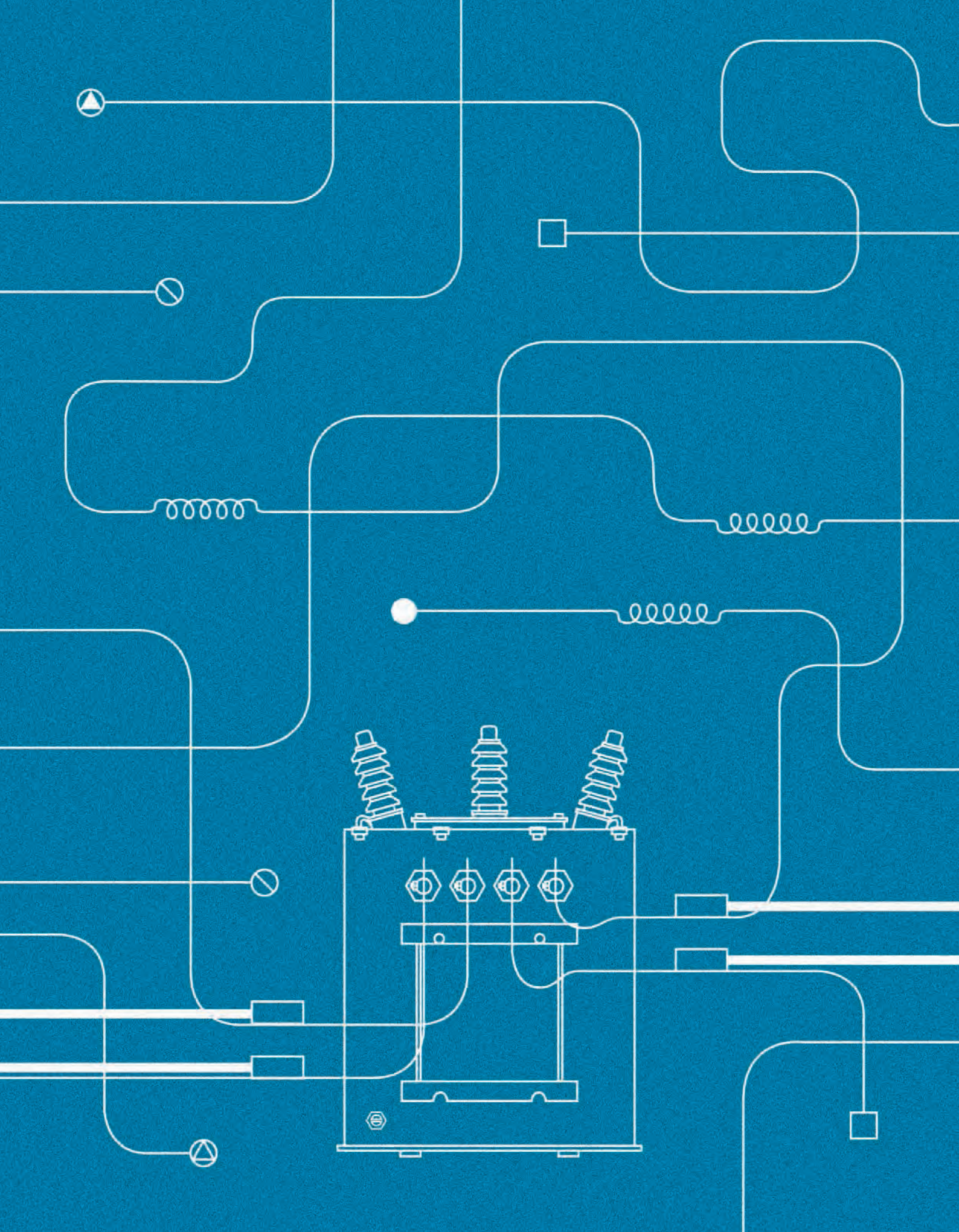
Nesse contexto, estamos conscientes de que precisamos trabalhar juntos. Por isso, a diretoria, o conselho de administração e o corpo funcional da empresa se uniram e estabeleceram diálogos efetivos para o desenvolvimento das estratégias de negócio que levaram a Celesc a conquistas inimagináveis em 2013.

Terminar o ano com resultado positivo, diante de um cenário de incertezas, traz otimismo para o mercado e demonstra a força da Celesc diante de desafios. Sua capacidade técnica e potencial de inovação, aliada à constante busca pela melhoria da eficiência operacional, permitiu que a empresa superasse as dificuldades econômicas enfrentadas pelo setor.

O investimento em tecnologia garante a qualidade dos serviços. A melhoria na comunicação interna melhora a produtividade. A confiança na equipe garante equilíbrio ao negócio. A inserção de princípios de responsabilidade socioambiental nas estratégias da empresa traz sustentabilidade no longo prazo. Assim tem sido a trajetória da Celesc.

E assim são as perspectivas para o futuro: caminhando juntos, com eficiência, qualidade nos serviços, ética e transparência, os resultados devem ser ainda mais promissores nos próximos anos.

PEDRO BITTENCOURT NETO - Presidente do Conselho de Administração



PROCESSO DE RELATO

Mantendo o compromisso de seguir as melhores práticas empresariais do mercado, com responsabilidade e transparência, publicamos nosso sexto relatório anual de sustentabilidade, sendo o segundo com base na metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*¹, em sua versão G3.1. (GRI 3.2; 3.3)

Em 2013, com o objetivo de aprimorar ainda mais nosso processo de relato, consolidamos, pela primeira vez no mesmo documento, as informações que atendem à metodologia GRI, às exigências do órgão regulador do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e às diretrizes do Instituto Ethos de Responsabilidade Empresarial, incluindo Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas referentes ao Exercício 2013. Com isso, passamos a relatar nossas atividades de forma concisa, objetiva e clara, atendendo às necessidades de nossos diversos públicos, de forma integrada. (GRI 3.9; 3.11)

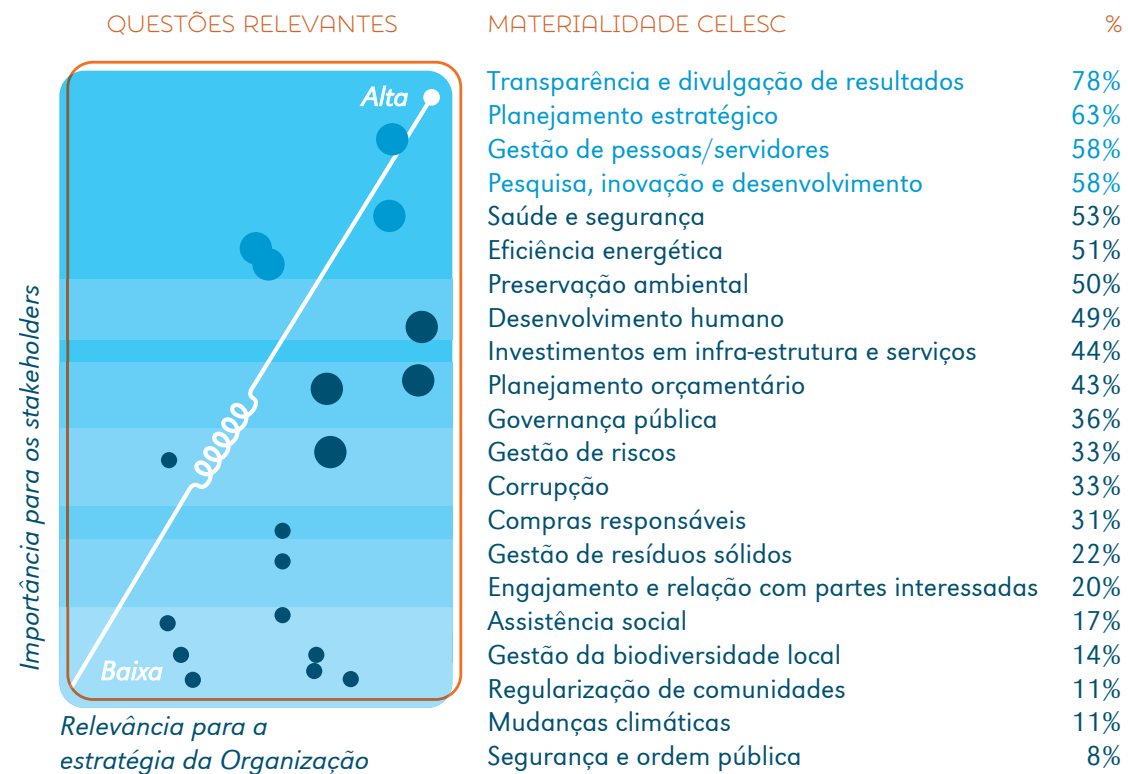
As informações presentes neste relato se referem ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013 e incluem indicadores econômicos, ambientais e sociais do grupo Celesc, considerando a *holding* e suas subsidiárias (Celesc Distribuição e Celesc Geração). (GRI 3.1; 3.6; 3.7)

Materialidade

A priorização de *stakeholders* utilizada para composição deste relatório teve como base a materialidade realizada para o relatório anterior (2012), com inclusão de alguns públicos, para composição dos seguintes grupos: poder público, agentes intra-setoriais, acionistas, mercado financeiro, público interno, sociedade, órgãos públicos, clientes, fornecedores, imprensa e compartilhadores de infraestrutura. (GRI 3.2)

A priorização de assuntos também teve como base o processo de definição do ano anterior, com validação dos responsáveis da empresa por cada grupo de *stakeholder*. Tal avaliação foi realizada em um *workshop*, sob orientação de consultoria especializada, e foram priorizados os seguintes temas, de acordo com o gráfico a seguir. Outras técnicas de medição e/ou base de cálculos para os indicadores estão descritas ao longo dos textos. (GRI 3.5; 3.8; 3.9)

¹ GRI é uma plataforma criada em 1997 com o apoio das Nações Unidas e mundialmente reconhecida por proporcionar um conjunto de princípios, protocolos e indicadores para que as empresas possam gerir, comparar e comunicar seu desempenho e sua estratégia para Responsabilidade Social Empresarial.



Alcançando o nível de aplicação B, verificado pela GRI, atendendo à versão 3.13 da metodologia. Foram reportados 91 indicadores de desempenho, além dos indicadores de perfil e setoriais, todos presentes no índice remissivo ao final da publicação. Para conhecer as diretrizes e os indicadores GRI utilizados neste relatório, por favor, acesse www.globalreporting.org.

Dados para contato (GRI 2.4; 3.4)

Centrais Elétricas de Santa Catarina
 Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, CEP: 88034-900
 A/C Assessoria de Responsabilidade Socioambiental
 (48) 3231 5520



Destques

2013



Ambiental

Investimentos de mais de R\$42 milhões no Programa de Eficiência Energética Celesc.

Resposta imediata e eficiente na recuperação da área degradada pelo derramamento de óleo ocorrido em 2012 em antiga subestação didática da Companhia.

Gastos de mais de R\$ 9 milhões em proteção ambiental e investimentos na ordem de R\$ 350 mil em projetos nessa área.

Publicação do primeiro inventário de emissões de gases do efeito estufa da Companhia.



Econômico²

Valor Econômico Direto Gerado (EVG): R\$ 6,7 milhões
Valor Econômico Acumulado: R\$ 25,4 milhões

R\$ 303,5 milhões de investimentos contabilizados no sistema elétrico da Celesc Distribuição

Receita Operacional Líquida consolidada registrou R\$ 4,8 milhões



² Dados consolidados do Grupo Celesc.



Social

Projeto Energia do Futuro oferece economia de cerca de 30% a famílias que instalam aquecedores solares feitos com materiais reutilizados.

Foi desenvolvido um Manual Técnico Para Novos Empregados, que traz diretrizes, procedimentos e outras informações aos novos integrantes da equipe, além de mais de 87 mil horas de treinamentos oferecidas para os empregados Celesc.



Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) de 85,5%, de acordo com a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica.

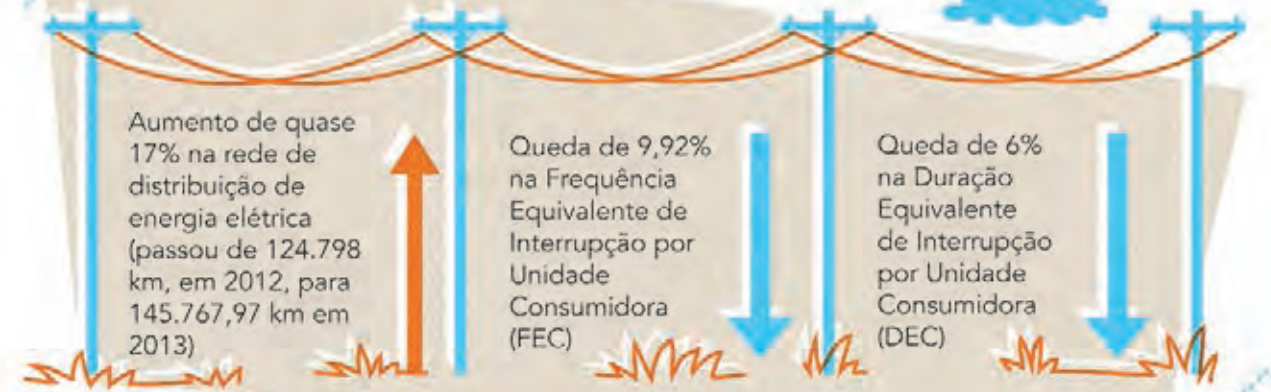
Foram realizadas 52 iniciativas voltadas para o desenvolvimento da cidadania, representando um aumento de 372,72% em relação ao ano anterior.

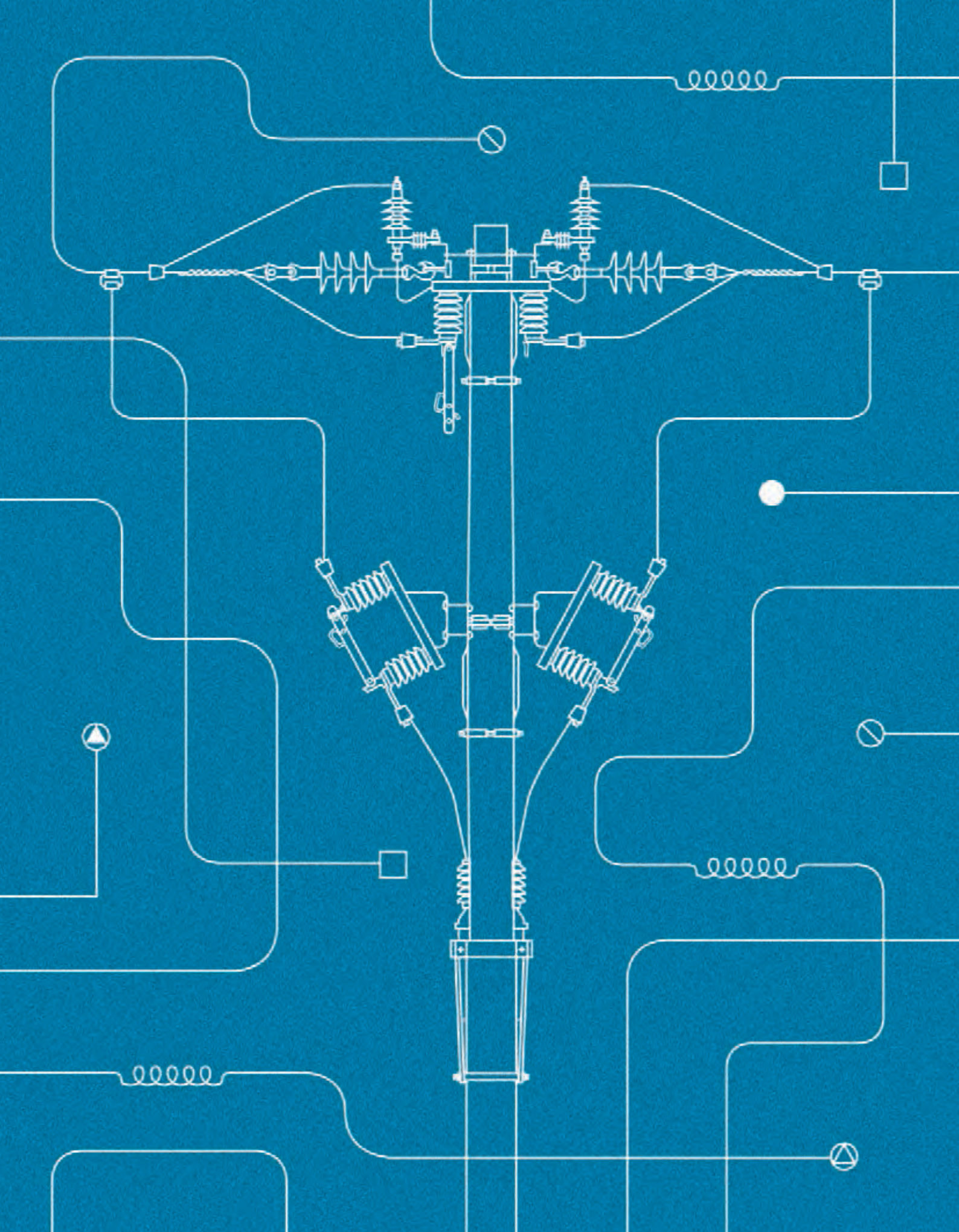
Operacional

Aumento de quase 17% na rede de distribuição de energia elétrica (passou de 124.798 km, em 2012, para 145.767,97 km em 2013)

Queda de 9,92% na Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

Queda de 6% na Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)





O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O sistema elétrico brasileiro é formado pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que responde por 98% do mercado de energia elétrica do Brasil, e por vários sistemas isolados.

A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 2013, foi publicada a Lei Federal no 12783/13, como desdobramento da Medida Provisória no 579, aprovada em 2012, que incluiu novas regras para a prorrogação das concessões, exigindo uma resposta rápida das empresas e impactando todo o setor. Assim, 2013 teve início com um cenário de grandes desafios para as empresas elétricas brasileiras.

Com a necessidade de redução das tarifas de energia elétrica - a intenção do Governo Federal com as alterações foi de reduzir as tarifas em uma média de 20% -, as empresas se viram obrigadas a reduzir custos operacionais e rever seus processos. Diante desse cenário, realizamos, na Celesc, grandes esforços para ajustar nosso orçamento à nova realidade, ainda com ganho em produtividade e qualidade do serviço.

O aperfeiçoamento de nossa gestão já tem sido nosso foco nos últimos anos, quando trabalhamos na formalização de planos e políticas que adequam os negócios à realidade do País e do setor. Os resultados podem ser observados no decorrer do texto deste relatório.

E para poder cumprir a regulamentação é essencial conhecê-la bem. Para isso, realizamos, periodicamente, reuniões e cursos para nossos colaboradores. Em 2013, também estruturamos um projeto para disseminar nas Agências Regionais conhecimentos acerca do processo regulatório, o papel da Aneel, os principais desafios do setor e como a Celesc está inserida nesse cenário.

Para saber mais sobre as mudanças no setor e as regras de composição tarifária no País, consulte o Relatório Anual e de Sustentabilidade Celesc 2012 em

www.celesc.com.br/ri

Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição

AA Celesc Distribuição tem vencimento de seu contrato de concessão previsto para julho de 2015. Em 19 de setembro de 2012, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação para o contrato de concessão N° 56/1999, ratificando a intenção manifestada no mês de junho junto ao órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Conforme previsto pela MP n° 579/2012, convertida na Lei n° 12.783/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n° 7.891, de 23 de janeiro de 2013, o Governo promoveu Revisão Tarifária Extraordinária - RTE das tarifas, a partir de 24 de janeiro, visando transferir aos consumidores os benefícios advindos da nova regulamentação. A referida RTE visou efetivar a redução das tarifas de fornecimento de energia por meio da retirada da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, da redução da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, da Compra de Energia, das despesas com transporte de energia e dos subsídios tarifários. Este ato resultou numa redução média de 20% nas tarifas de fornecimento aos consumidores cativos.

A RTE não modificou os montantes destinados a cobrir as Despesas da Celesc com Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros - PMSO, a Remuneração dos Ativos e a Quota de Reintegração Regulatória. Os valores permaneceram iguais àqueles definidos na Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2012. Maiores detalhes do resultado da Revisão Tarifária Extraordinária estão disponíveis na Resolução Homologatória N° 1.416, de 24 de Janeiro de 2013.

Em 7 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.945, alterando o Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O Decreto 7.945 inclui o art. 4º-A no Decreto n° 7.891, de 23 de janeiro de 2013, permitindo o repasses de recursos da CDE para a cobertura:

- i. da exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, de que trata o §5º, art. 1º, da Lei 12.783, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia - MRE (Risco Hidrológico);
- ii. da exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

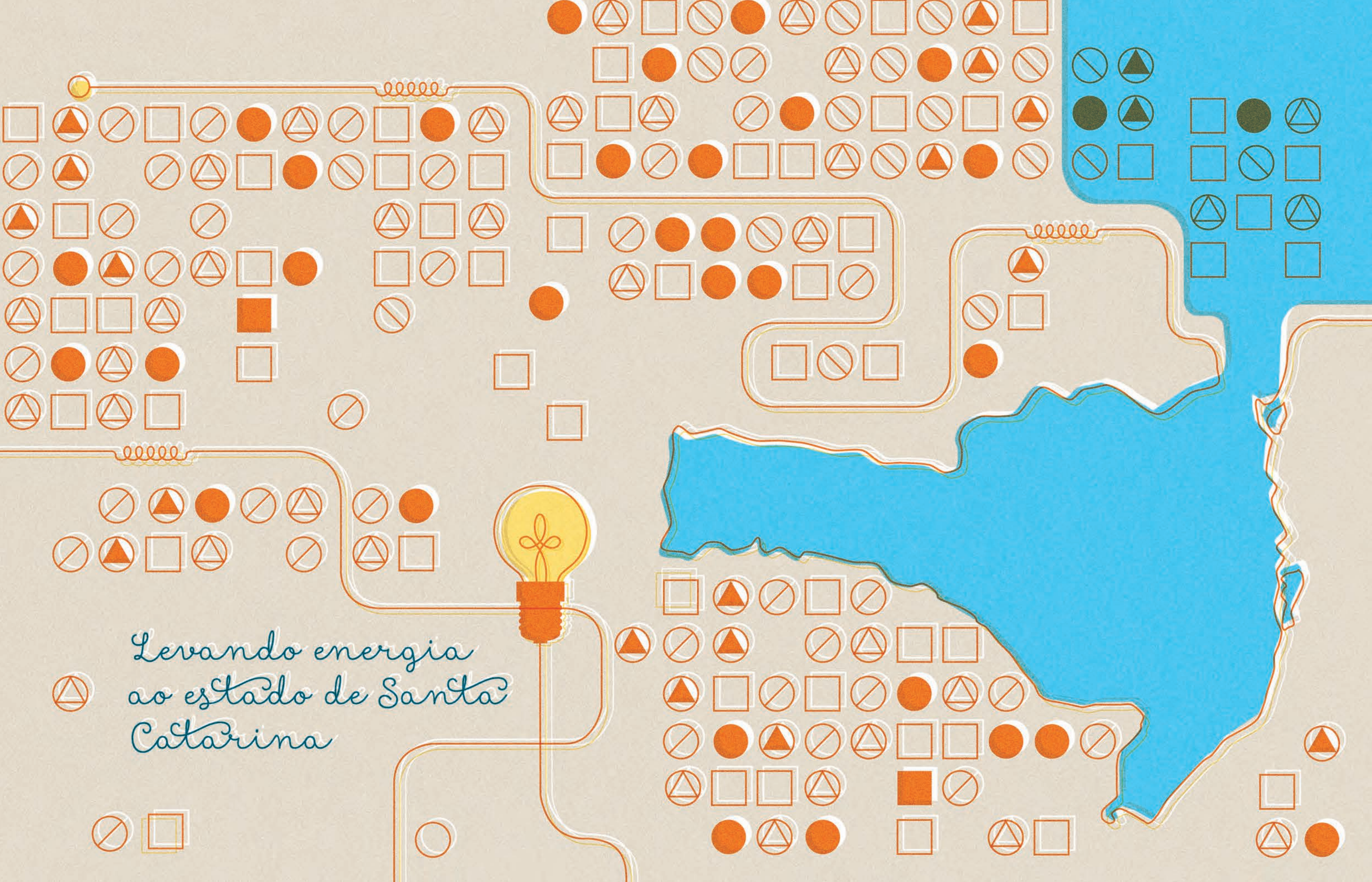
- iii. o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE (ESS - Segurança Energética); e

- iv. o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, de que trata a Portaria Interministerial n° MME/MF 25, de 2002, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para a Celesc Distribuição, no tocante aos itens (i), (ii) e (iii) acima, a medida representou o ingresso via CDE de R\$16,4 milhões no quarto trimestre de 2013, os quais somados aos R\$162,1 milhões recebidos nos nove primeiros meses do ano, perfazem um ingresso total de R\$178,5 milhões em 2013.

O item (iv) prevê a cobertura do resultado positivo dos valores relativos à CVA quando o valor puder ocasionar um forte impacto no reajuste tarifário da distribuidora. Nesse sentido, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Homologatória N° 1.574, de 30 de julho de 2013, referente ao processo de reajuste tarifário anual de 2013 da Celesc Distribuição S.A., homologou o aporte, no montante de R\$ 569,5 milhões, advindo de recursos da CDE, efetuado diretamente à Companhia, por intermédio da Eletrobras, em parcela única, com efeito caixa no início do mês de setembro de 2013.





Levando energia
ao estado de Santa
Catarina

HÁ 58 ANOS, DISTRIBUÍMOS ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA. HÁ OITO ANOS, GERAMOS ENERGIA ELÉTRICA COM UM POTENCIAL DE 106,75MW. HÁ SETE ANOS, CONTROLAMOS A EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO NO ESTADO. E A TRAJETÓRIA DE SUCESSO NÃO PARA POR AÍ. A COMPANHIA CONTINUA COM A PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM DIVERSAS EMPRESAS, SEMPRE INVESTINDO EM NOVOS EMPREENDIMENTOS.

MISSÃO, VISÃO, VALORES (GRI 4.8)

Missão

Atuar de forma diversificada no mercado de energia, com rentabilidade, eficiência, qualidade e responsabilidade socioambiental.

Visão

Cumprir a sua função pública com rentabilidade, eficiência e reconhecimento da sociedade, com abrangência de atuação nacional e internacional.

Diretrizes

RESULTADOS: alto desempenho, eficácia, eficiência, melhoria contínua, aprimoramento de processos, solução de problemas (resultado obtido), superar as metas estabelecidas, profissionalismo, execução precisa de tarefas.

INOVAÇÃO: fazer a diferença, experimentar com responsabilidade, propor soluções (observar, perguntar, associar), compartilhar melhores práticas, inquietude.

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS: integração, foco na equipe, relacionamento interpessoal, diálogo aberto, mérito e qualificação, simplicidade, políticas de RH que favoreçam o relacionamento com e entre empregados.

COMPROMETIMENTO: com colaboradores, meio ambiente, investidores, comunidade, clientes, honestidade, transparência.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: comprometimento com programas sociais.

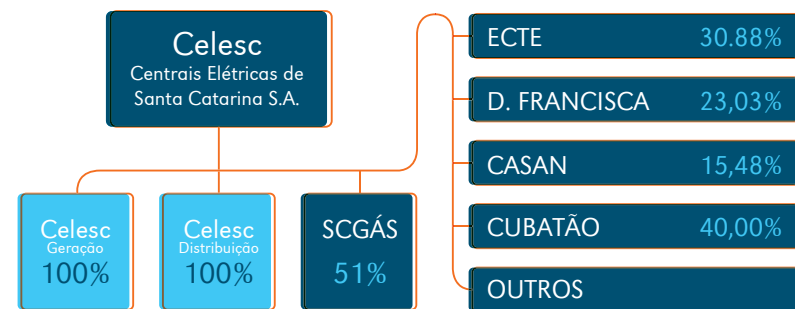
ÉTICA: integridade profissional (empresa, fornecedores e clientes) na condução dos negócios, no cumprimento da lei, no compromisso com as melhores práticas de governança, na preservação da imagem, na utilização adequada de informações e dos recursos e meios.

SEGURANÇA: proteção ao ser humano e ao meio ambiente, segurança no trabalho, identificação, controle e monitoramento de riscos.

ATUAÇÃO CELESC

Começamos nossa trajetória como Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) em 1955, quando passamos a operar como empresa de eletricidade no estado. Em 2006, atendendo à legislação do setor elétrico nacional, que passou a trabalhar as atividades de geração e distribuição de forma desverticalizada, a Celesc foi estruturada como *holding*, estreando como um dos 100 maiores grupos empresariais do Brasil. (GRI 2.1)

Desde então, a *holding* é formada por duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A., controla a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGAS)

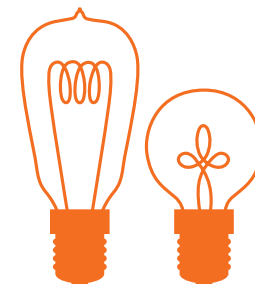


e mantém participações nas empresas Dona Francisca S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), e Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., além de outras pequenas participações acionárias. (GRI 2.3)

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Somos uma sociedade de economia mista, com o estado de Santa Catarina como acionista majoritário, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. Em 2013, não ocorreram mudanças nas operações, incluindo abertura, fechamento e expansão de unidades operacionais. (GRI 2.6; 2.8; 2.9) (ANEEL 1.3.1)

Composição do capital social em 31 de dezembro de 2013:



DESEMPENHO OPERACIONAL CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Celesc Distribuição é responsável por serviços de distribuição de energia elétrica, principal atividade do Grupo Celesc. A subsidiária é a sexta maior empresa do setor em volume de receita de fornecimento, a sétima em volume de energia distribuída e a nona em número de consumidores no Brasil.

Com 2,59 milhões de unidades consumidoras em dezembro de 2013, conquistamos um crescimento de 3,76%, em relação a 2012, contando com 145.767,97 km de redes de distribuição. Nossa área de concessão corresponde a 91,79% do estado de Santa Catarina e abriga um mercado altamente qualificado, com atividades industriais diversificadas, responsável pela parcela de 5,1% do total de energia elétrica consumida no País. (GRI EU26)

Número de unidades consumidoras por classe (cativo + livre) (GRI EU3)

	2011	2012	2013
Número de unidades consumidoras, por classe consumidora (Qtde)	2.420.766	2.503.976	2.594.366
Comercial (Qtde)	213.600	222.319	231.796
Industrial (Qtde)	86.017	91.464	97.070
Institucional (poder e serviço público) (Qtde)	21.092	22.264	23.587
Outras classes (rural, consumo próprio, etc.) (Qtde)	229.973	231.029	231.987
Residencial (Qtde)	1.870.084	1.936.800	2.009.926

Linhas de transmissão (GRI EU4)

	2013
Linhas de distribuição (Km)	145.767,97
Aérea (Km)	145.584,77
Subterrânea (Km)	183,20
Linhas de transmissão aérea (Km)	4.352,00
Linhas de transmissão subterrânea (Km)	18,32
Tensão de 69-230 kV (Km)	4.352,00
Tensão de 69-230 kV (Km)	18,32

Nossos serviços chegam a 257 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no estado do Paraná, contando com 16 agências regionais e 237 lojas e escritórios (pontos de atendimento), além da sede administrativa, localizada em Florianópolis (SC). Atuamos, ainda, no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 36 municípios catarinenses. (GRI 2.2; 2.5)



Em 2013, continuamos a representar a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina. Com mais de seis milhões de habitantes, ou seja, 3,3% da população do Brasil³, o estado detém o quarto maior PIB per capita do País e ocupava o quinto maior mercado consumidor de energia elétrica do Brasil.

Com uma economia industrial forte e diversificada, o estado é líder nacional na produção de diversos itens, como tubos e conexões de plástico, camisetas de malha, compressores de ar a pistão, geradores e transformadores elétricos, cerâmica para revestimento, peças para trator, fornos elétricos e *softwares* para engenharia, além de representar o maior produtor de suínos, pescados e industrializados de carnes do Brasil. No ranking nacional das exportações, ocupa a décima colocação. O comércio e o turismo respondem por 59% do PIB estadual e geram mais de um milhão de empregos, em uma área de 95.346,2km² - 1,1% da área territorial do Brasil -, com 293 municípios. (GRI 2.7)

Obras em Andamento

Dentre as principais obras realizadas pela Celesc Distribuição em 2013, estão melhorias realizadas em cerca de 30 subestações, com destaque para as subestações de Xanxerê, Tubarão, Brusque (Rio Branco) e Pinhalzinho, além da construção da Linha de Transmissão Tubarão – Sangão. Outras obras importantes também tiveram início, como as subestações Palhoça (Pinheira) e Curitibaanos; as Linhas de Transmissão Forquilha – Turvo; e Pinhalzinho – São Miguel do Oeste (Circuito 2).

Nas redes de média tensão, foram investidos cerca de R\$ 90 milhões, na construção ou reforma de 67 alimentadores e mais de 400 km de rede. Destacam-se ainda os convênios realizados com prefeituras para implantação de redes subterrâneas como, por exemplo, nas cidades de Joinville, Criciúma e Lages, onde serão construídos 7 km de cabeamento subterrâneo. O sistema confere mais segurança à rede elétrica, que fica protegida de eventos climáticos e colisões de veículos, além de contribuir para a melhoria estética das regiões onde é implantado.

Visando à expansão do sistema elétrico de alta tensão, a Celesc Distribuição tem em andamento as seguintes obras:

- **Novas Subestações:** SE 138 kV Curitibaanos; SE 138 kV Mondaí; SE 138 kV Xanxerê - Setor Iguaçu Energia; SE 138 kV Papanduva; SE 34,5 kV Canoinhas; SE 138 kV Joinville Perini. Além disso, estão sendo feitas reformas e melhorias em Siderópolis, Herval d'Oeste, Blumenau II, Blumenau Garcia, Canoinhas e Videira.
- **Novas Linhas de Transmissão:** LT 138 kV Canoinhas Papanduva; LT 138 kV Joinville Perini - Seccionamento Joinville Norte; LT 138 kV Ponte Serrada - Concórdia São Cristóvão; LT 69 kV Forquilha – Turvo; LT 138 kV Concórdia - Concórdia São Cristóvão; LT 138 kV Pinhalzinho - São Miguel d'Oeste (segundo circuito).

³ Dados do censo IBGE 2010.

Eficiência

Em 2013, nosso índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) foi de 15,49 horas, 6% menor em comparação ao ano anterior. A Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) apresentou queda de 9,92%, representando 10,62 interrupções no ano. (GRI EU28; EU29)

Os números estão dentro dos limites estaduais, estabelecidos pela ANEEL, que considera as particularidades de cada região. As características geográficas e climáticas do estado trazem desafios para setores como o nosso, que precisam se adaptar a realidades muitas vezes instáveis e complexas.

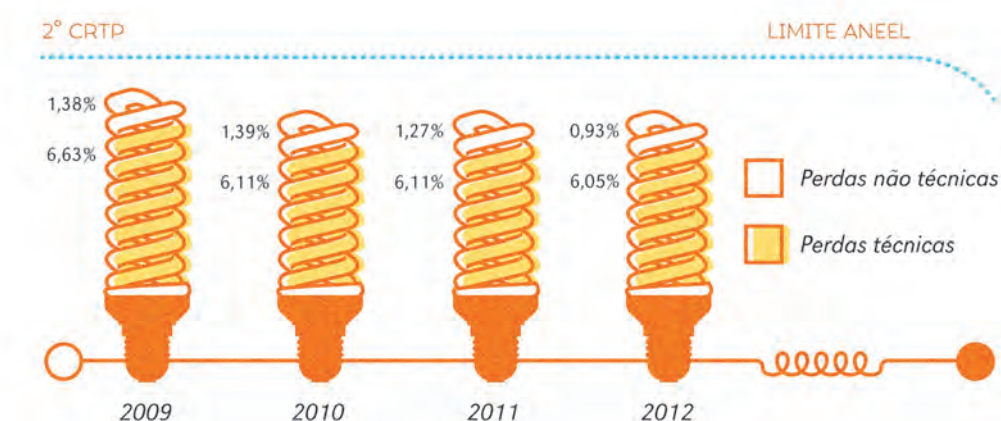
Por isso, mantemos uma média de investimentos de R\$ 300 milhões em nossos sistemas elétricos, buscando alternativas que minimizem as interrupções do serviço de distribuição de energia elétrica no estado. Como exemplos, podemos citar mais de 300 religadores automáticos instalados em 2013, a instalação do novo sistema de Rádio Digital e a expansão das redes compactas, ainda em concepção. Ações como essas melhoram a comunicação da equipe de campo e oferecem mais alternativas para levar energia às unidades em casos de interrupção, aumentando a eficiência de nosso sistema.

Como resultado, podemos observar uma queda de 37,82% na frequência de interrupção por unidade consumidora ao longo dos últimos 12 anos, o que representa uma taxa de redução média anual de 3,44%. Já a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora caiu 26% nesse período, com taxa de redução média anual de 2,36%.

Em 2012, as perdas globais representaram 6,98% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, dos quais 6,05% são referentes a perdas técnicas e 0,93% a perdas não técnicas. A mensuração referente a 2013 será finalizada e publicada em 2014.

(GRI EU12)

Perdas globais



Universalização

Por meio do Programa de Universalização do Atendimento, de acordo com exigências da ANEEL, 1.954 famílias passaram a contar com os confortos proporcionados pela energia elétrica em toda a área de concessão da Celesc Distribuição em 2013. Foram construídos 300,31 km de redes de distribuição, com um total de investimentos de R\$13,2 milhões. Houve atendimento em 230 municípios de Santa Catarina, com utilização de 3.460 postes e 1.046 transformadores. (GRI EU23)

Celesc Geração S.A.

A subsidiária foi criada em 2006, a partir do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração de energia elétrica no País, na forma de subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

Ao ser instituída, tornou-se responsável pela operação, manutenção e expansão de parque gerador formado por doze usinas hidrelétricas com potência total instalada de 81,15MW, conforme o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL 55/99.

Norteados pela meta física do Plano Diretor para o crescimento da capacidade de geração própria, passamos a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos e à diversificação de nossa matriz energética.

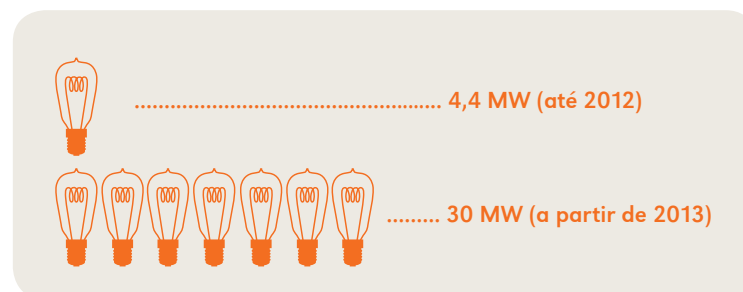
Destques 2013:

Nossos investimentos no último ano ultrapassaram a marca de R\$ 35 milhões, com o foco em obras de expansão e modernização do nosso parque de geração aliadas à ampliação das parcerias com empresas privadas. Associados à aprovação de R\$ 45 milhões para o ano de 2014, esses investimentos alinham-se à busca dos objetivos estabelecidos no Plano Diretor, que prevê a expansão do parque gerador da Celesc para uma potência instalada de 1.000 MW. (GRI EU2)

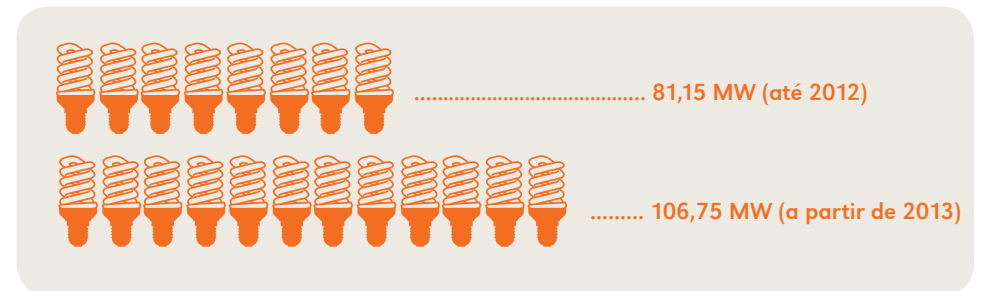
Entre as maiores conquistas do ano, podemos citar a finalização das obras para repotenciação da PCH Pery, que aumentou sua potência de 4,4 MW para 30 MW, um marco que simbolizou a retomada da Celesc nos grandes empreendimentos de geração de energia. O conjunto das obras, envolvendo os aspectos de engenharia e ambiental, custou aproximadamente R\$ 125 milhões.

Com a ampliação, a potência instalada da Celesc Geração passou de 81,15 MW para 106,75 MW, contribuindo para o aumento da receita da empresa. (GRI EU1)

Repotenciação da PCH Pery



Potência instalada Celesc Geração



Também demos início ao processo de automação das unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração (COG), na sede da Administração Central. A efetivação conjunta dessas ações incidirá em uma significativa redução dos custos operacionais e maior confiabilidade no controle da geração de energia. A previsão de conclusão das automações e interligação das usinas com o novo COG é para o final de 2014.

A Celesc possui ainda três empreendimentos em carteira, a PCH Xavantina, em parceria com o grupo investidor Ritmo Investimentos, e as PCHs Painel e Campo Belo, em parceria com o grupo investidor Atlantic Energias Renováveis. Em 2014, está previsto o início das obras das PCHs Xavantina e Campo Belo.

Empreendimentos em projetos

SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	POTÊNCIA INSTALADA	% PARTICIPAÇÃO	POTÊNCIA CELESC G	ESTÁGIO
Xavantina	6,07	40,0%	2,43	Previsão de início das obras para 1º Semestre de 2014
Campo Belo	10,00	30,0%	3,00	Previsão de início das obras para 2º Semestre de 2014
Painel	9,20	32,5%	2,99	Em revisão de projetos
TOTAL - MW	25,27		8,42	

PCHs

Uma das formas de se promover a ampliação da geração de energia elétrica no País com menores impactos socioambientais se dá por meio da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Por isso, a Celesc Geração também investe em empreendimentos desse tipo, reforçando o compromisso do Grupo com as gerações presentes e futuras, ao investir em uma energia limpa, que propicia o desenvolvimento econômico preservando o meio ambiente.

Em 2013, finalizamos as obras da PCH Rondinha (9,6 MW), em parceria com o grupo investidor Atlantic Energia Renováveis. A usina, na qual a Celesc possui 25% de participação por

meio da modalidade de Sociedade de Propósito Específico (SPE), contou com investimentos de caixa próprio da ordem de R\$ 21,1 milhões. Com previsão de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2014, a PCH Rondinha se juntará às PCHs Prata, Belmonte e Bandeirantes, compondo um parque de 19,2 MW de geração de energia com parceiros privados.

Fator de disponibilidade médio das usinas em 2013: (GRI EU30)

USINA	DISP	DISP - %
Bracinho	0.9647	96.47%
Caveiras	0.9667	96.67%
Celso Ramos	0.8954	89.54%
Garcia	0.9824	98.24%
Ivo Silveira	0.9969	99.69%
Pirai	0.9750	97.50%
Pery	0.9220	92.20%
Rio do Peixe	0.9652	96.52%
São Lourenço	0.8144	81.44%
Salto	0.7070	70.70%
Palmeiras	0.9520	95.20%
Rio dos Cedros	0.8528	85.28%



Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS)

Criada em 1994, a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina), empresa controlada pela Celesc, é responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. A empresa é a segunda maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o terceiro estado com maior rede de distribuição de gás natural, com maior número de indústrias atendidas, e também conta com a terceira maior rede de postos de Gás Natural Veicular do País.

A SCGÁS atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Celesc, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás. A Celesc assumiu o controle acionário da Empresa em 2007, com a aquisição de 51% das suas ações ordinárias, correspondentes a 17% do seu Capital Social.

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, é proprietária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5 km de extensão, responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc, que detém 30,88% de ações da ECTE.

O empreendimento tem o objetivo de assegurar o fornecimento à região leste e litoral do estado de Santa Catarina, atender ao crescimento da demanda de energia elétrica da região Sul – Sudeste e possibilitar maior confiabilidade operativa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Foi realizado como resultado da parceria pioneira entre o investidor privado e o setor público, sob a modalidade de Leilão promovido pela Aneel, em 1999. Sua operação teve início em março de 2002, sendo o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o Setor Elétrico.

Dona Francisca Energética S.A. (DFESA)

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 78MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2011. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

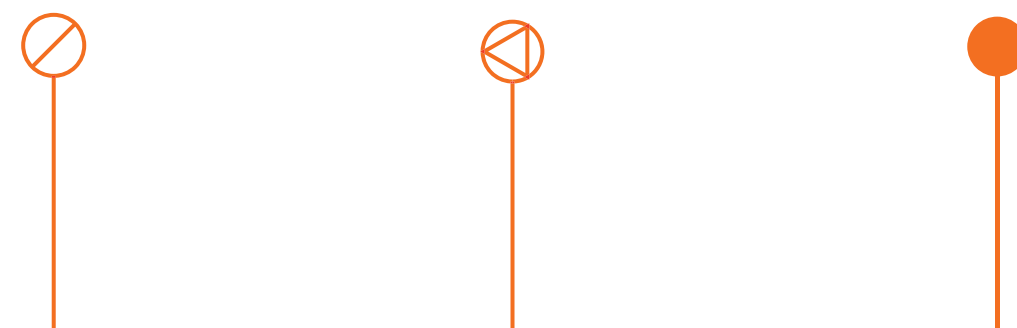
Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN)

Como sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de esgoto e abastecimento de água potável na sua área de concessão, além de realizar obras de saneamento básico em convênio com os municípios.

Atualmente, os serviços prestados pela empresa cobrem quase todo o estado de Santa Catarina e atendem uma população de 2,3 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. Com a recente aprovação do Programa de Saneamento Ambiental pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC), a meta é universalizar a água para todo o estado em até oito anos, além de ampliar significativamente a capacidade de coleta e tratamento de esgoto. A Celesc é detentora de 15,48% do capital social da empresa.

Usina Hidrelétrica Cubatão

Sociedade de propósito específico constituída para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, o empreendimento está localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 50MW. Após enfrentar entraves ambientais, o projeto foi totalmente revisado em 2007 e novas técnicas de construção foram adotadas, permitindo a retomada do processo de licenciamento, que se encontra em análise pelos órgãos competentes. A Celesc detém 40,% das ações da usina.



COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS

Com respeito ao cidadão catarinense, contribuimos para suprir demandas sociais por meio da prestação de serviços de qualidade e de ações transparentes. Assumimos compromissos voluntários que objetivam a promoção da responsabilidade socioambiental e de políticas públicas que beneficiem a sociedade como um todo, conforme descrito a seguir. Assim, fica clara a posição ativa e solidária da Celesc nos temas relevantes ao desenvolvimento sustentável do setor de energia, assim como em outros. (GRI 4.12) (ANEEL 4.2)

Pacto Global - www.pactoglobal.org.br



Aderimos, em 2006, aos 10 Princípios Universais do Pacto Global, uma iniciativa da ONU com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócio, de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletindo o comprometimento da empresa com a promoção de ações de responsabilidade socioambiental.



Campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

www.oquevocetemavercomacorrupcao.com

Em 2013, aderimos à campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", idealizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, que disponibiliza informação e promove práticas anticorrupção em toda a sociedade. A campanha trabalha sob a premissa de que apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a ética, a moral, a cidadania e a honestidade é possível construir uma sociedade livre da corrupção. Divulgamos a campanha por meio de palestra para o público interno, mensagem na fatura de energia elétrica e cartazes nas unidades de negócio.

Objetivos do Milênio

www.pnud.org.br/ODM.aspx

Em sinergia com o Pacto Global, os Objetivos do Milênio, programa da Organização das Nações Unidas, visa consolidar conceitos básicos da cidadania, assim como melhorar a qualidade de vida no planeta. Em 2013, promovemos, na Celesc, a campanha "8 Jeitos de Mudar o Mundo", idealizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o movimento nacional Nós Podemos. Além disso, fomentamos a construção de comitês locais, como por exemplo, os comitês municipais em construção de Jaraguá do Sul, no norte do estado, e de Itajaí, bem como o comitê de Criciúma, já bastante atuante, que escolheu o combate à mortalidade infantil, a saúde da gestante e aleitamento materno como objetivos a serem trabalhados no município.



Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

<http://empresalimpa.org.br>

Pacto criado para unir empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção no País. Como signatária, a Celesc assume o compromisso de divulgar, por meio de campanhas educativas, a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que seja cumprida integralmente. Além disso, elas se comprometem a combater qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e transparência de informações e colaborar em investigações, quando necessário.



Cadastro das Empresas Pró-Ética

www.cgu.gov.br/empresaproetica



Fazemos parte do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, incluindo aquelas que envolvem o setor público. Em todo o Brasil, são 17 empresas cadastradas, sendo apenas duas em Santa Catarina, dentre elas a Celesc.

Pacto Nacional Contra o Trabalho Escravo no Brasil

www.reporterbrasil.org.br/pacto/



A iniciativa tem o objetivo de implantar ferramentas para que o setor empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que usaram trabalho escravo. Como signatária, a Celesc se compromete a incrementar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho em sua cadeia produtiva. Desde 2006, também consultamos o cadastro de "empresas sujas" do Ministério do Trabalho e não contratamos fornecedores que estejam na lista.

Na Mão Certa – Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras

O pacto empresarial proposto pela Childhood Brasil e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma estratégia que tem como finalidade envolver as empresas, estimulando-as a assumir publicamente, no âmbito de suas práticas de responsabilidade social, o compromisso de se engajar em ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

Em 2013, realizamos ações de panfletagem, em parceria com a polícia rodoviária federal, e debate com a polícia rodoviária, ministério público, público interno e especializado, visando ao combate da exploração sexual infanto-juvenil. Além disso, nossa frota é adesivada com chamada para o Disque 100, canal de denúncias para o assunto.

www.namaocerta.org.br





Fundação Abrinq www.fundabrinq.org.br

Somos parceiros da Fundação Abrinq, organização social que trabalha pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente por meio de programas na área de educação, saúde e proteção. Desde 2003, a Celesc é considerada “Empresa Amiga da Criança”, por manter práticas responsáveis e desenvolver ações que beneficiem esse público, como por exemplo, os projetos de eficiência energética “Energia do Bem”, “Escola + Clara”, entre outros.

**Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social**
www.ethos.org.br

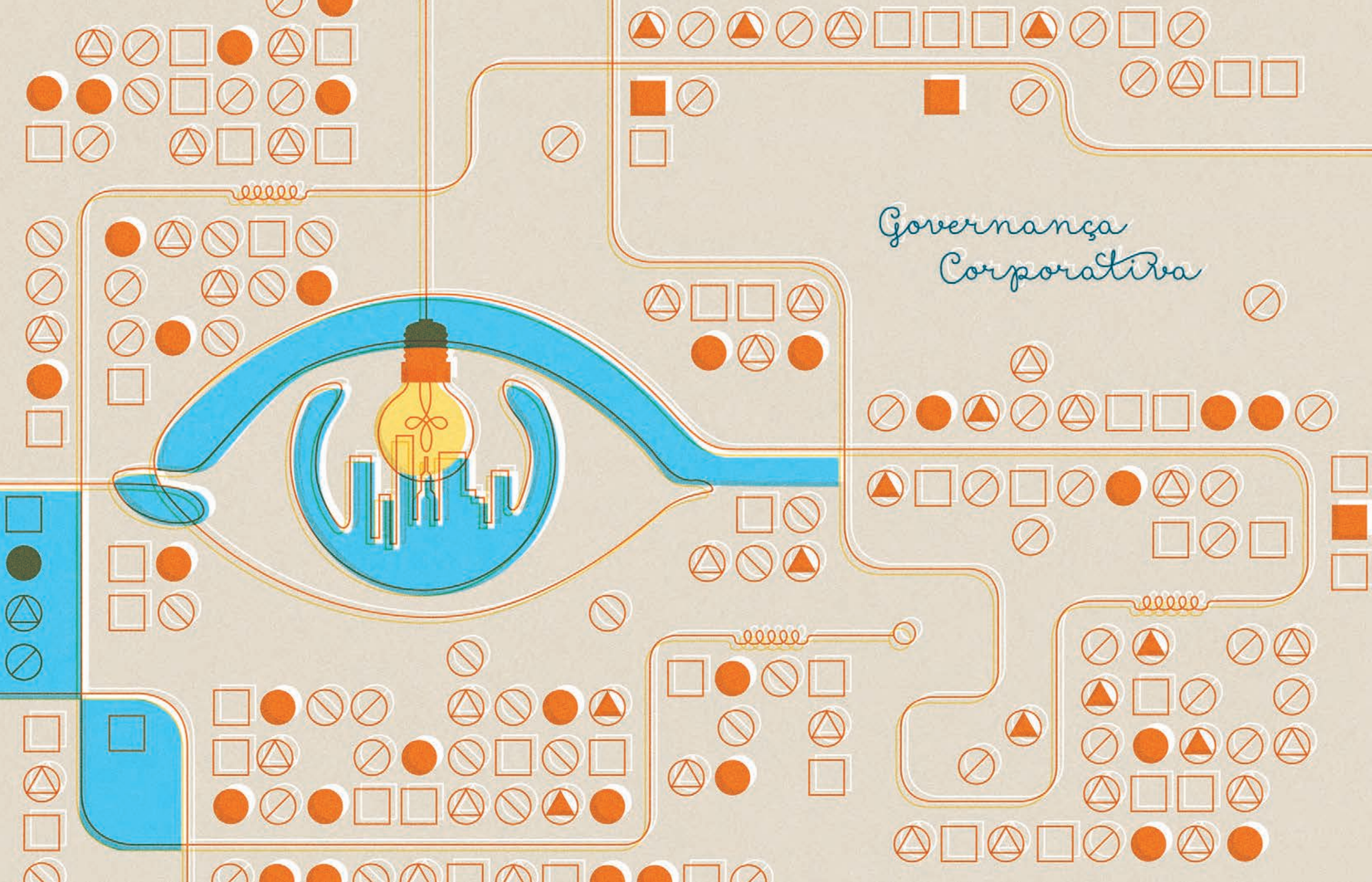
Incorporamos em nosso negócio o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) utilizado pelo Instituto Ethos: “responsabilidade social é a forma ética e responsável que a empresa desenvolve todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, suas atitudes, tanto com a comunidade quanto com a sua força de trabalho. Enfim, a forma como age com todos os seus públicos, interna e externamente”.

Essa prática social, da qual a empresa é signatária, surgiu a partir do movimento de conscientização das empresas para participar do ambiente social, uma vez que representam um agente transformador nesse contexto, promovendo práticas que valorem aspectos éticos ligados à cidadania e gerem melhoria da qualidade de vida, incluindo o respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais.

Campanha SOS Desaparecidos

A parceria entre a Celesc e a Polícia Militar de Santa Catarina tem o objetivo de enfrentar as práticas de exploração sexual, o tráfico de órgãos e o desaparecimento de pessoas no estado.





Governança
Corporativa

APOSTAMOS EM UM MODELO DE GOVERNANÇA QUE ALINHA CONTROLE ESTATAL A UMA GESTÃO VOLTADA AO MERCADO, COM BASE NAS IMPORTANTES VARIÁVEIS DO SETOR E NAS MELHORES PRÁTICAS DA ATUALIDADE.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Atentos às necessidades brasileiras e aos movimentos do mercado, buscamos aprimorar nossas práticas empresariais continuamente, revisando e modernizando nossa estrutura e processos organizacionais. Em 2012, lançamos um novo Estatuto Social, que aumenta a transparência da gestão e moderniza as práticas da Companhia, que passa a ter, obrigatoriamente, um Plano Diretor. Nosso modelo de governança corporativa também está formalizado em nosso Estatuto Social, de forma estruturada e transparente.

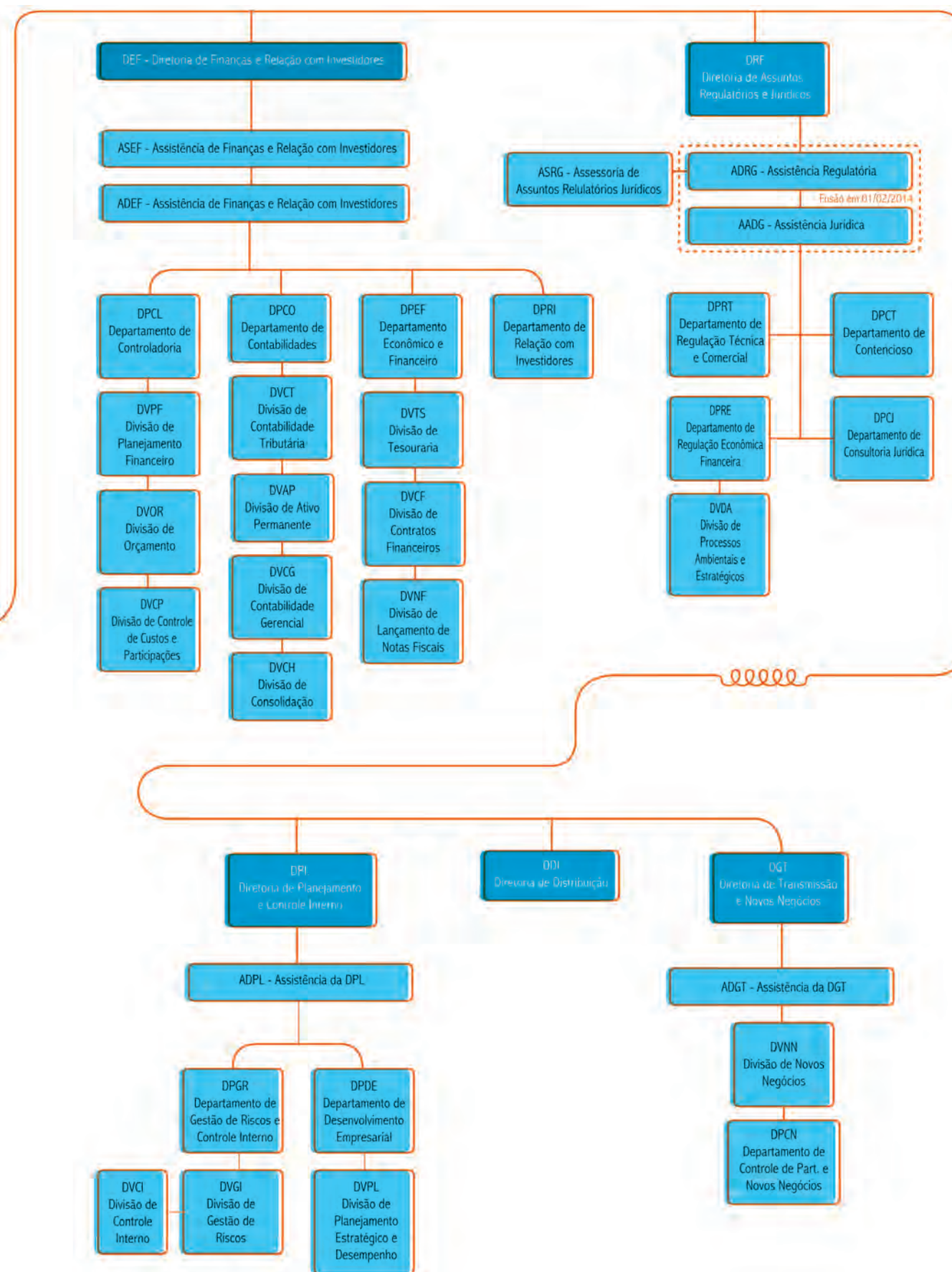
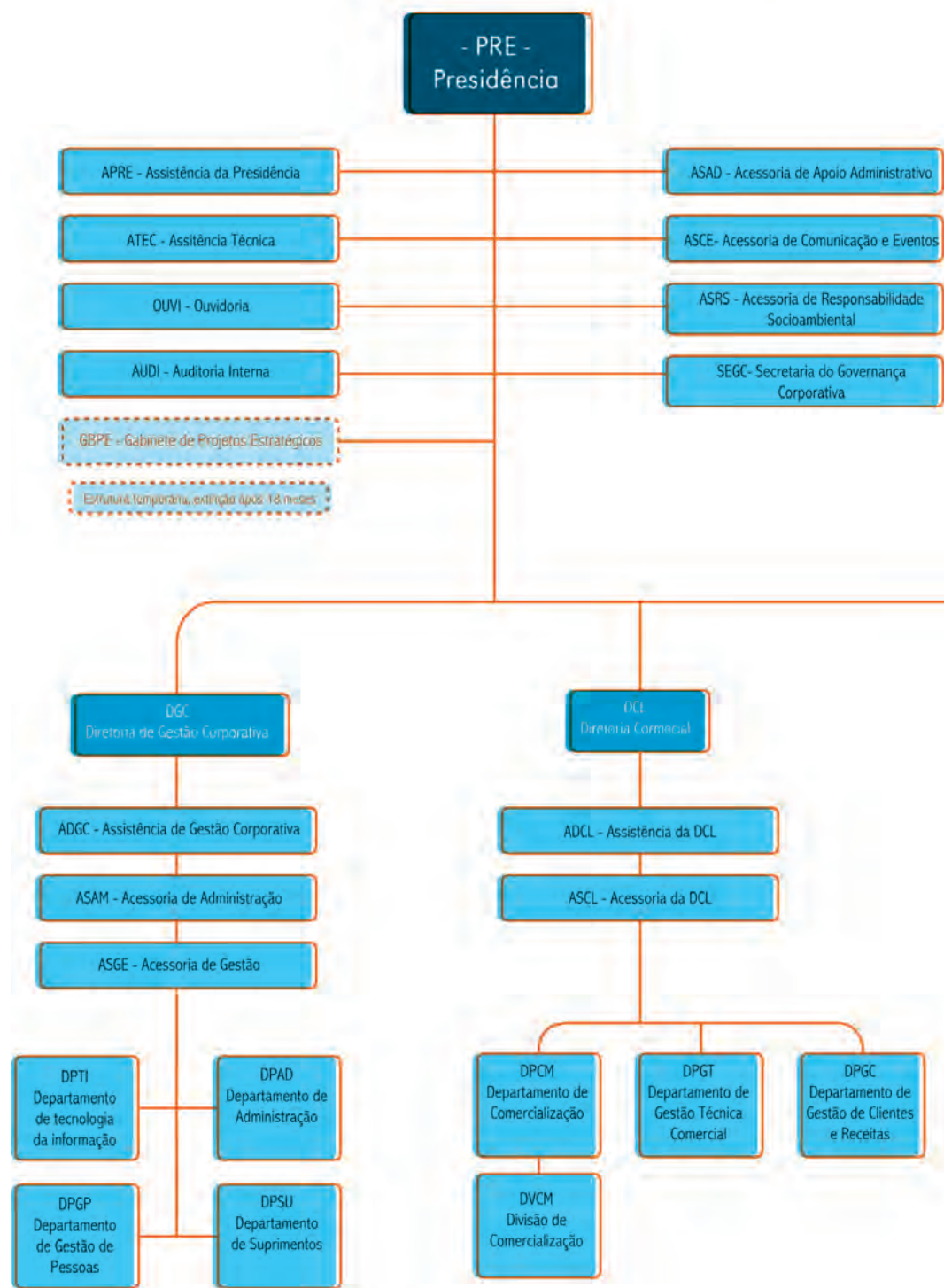
Há 12 anos, aderimos ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, com destaque para as seguintes ações:

- *Tag along* de 100%, enquanto a exigência é de 80%, isto é, na alienação do controle acionário, todos os demais acionistas têm direito de vender sua participação por valor idêntico ao do acionista controlador;
- Circulação de 75,5% das ações no mercado, enquanto a exigência é de 25%;
- Distinção entre o presidente do Conselho de Administração e o Presidente da empresa;
- Uso da Câmara de Arbitragem do Mercado para solucionar problemas entre acionistas e empresa ou entre acionistas controladores e minoritários.

Para mais detalhes sobre nossa estrutura de Governança Corporativa, acesse (GRI 4.1) (ANEEL 2.1)

www.celesc.com.br/ri

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - SIGLAS



Assembleia Geral

Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, consolidado na Assembleia Geral de 23 de março de 2009. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o mais alto órgão de governança e, junto com a Diretoria Executiva, é responsável pela administração da Companhia. O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa e a qualificação de seus integrantes é definida no estatuto social. É formado por treze integrantes, sendo três independentes, e um eleito pelos empregados. Os conselheiros têm mandato de um ano, permitida a reeleição por igual período, com a missão de zelar e valorizar o patrimônio da empresa, bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados. Seus membros são escolhidos segundo suas qualificações profissionais, por possuírem competências específicas para melhor definir as estratégias da organização, seguindo os princípios da sustentabilidade empresarial. De acordo com previsão estatutária, a estrutura de Governança das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A é replicada nas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A. (GRI 4.3; 4.6).

Para evitar conflitos de interesse com as várias partes interessadas, cabe ao Conselho zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e disposições contratuais pertinentes à prestação dos serviços de energia elétrica concedidos. (GRI 4.7).

Composição do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2013: (GRI 4.2)

Pedro Bittencourt Neto	Presidente e Representante do Acionista Majoritário - Independente
Derly Massaud Anunciação	Representante do Acionista Majoritário
Cleverson Siewert	Representante do Acionista Majoritário
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Acionista Majoritário
Andriei José Beber	Representante do Acionista Majoritário - Independente
Milton de Queiroz Garcia	Representante do Acionista Majoritário
Marcelo Gasparino da Silva	Representante do Acionista Majoritário -
Roosevelt Rui dos Santos	Representante do Acionista Minoritário
Sergio Ricardo Miranda Nazaré	Representante do Acionista Minoritário
Ives Cezar Fulber	Representante do Acionista Minoritário
Pedro Henrique A.P. Oliveira	Representante do Acionista Preferencialista- Independente
Edimar Rodrigues de Abreu	Representante do Acionista Minoritário
Jair Maurino Fonseca	Representante dos Empregados

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e respectivos suplentes, com mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Sua principal função é analisar as demonstrações financeiras e contábeis, bem como discutir tais resultados com os auditores independentes.

Composição do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2013:

Carlos Antonio Vergara Cammas	Representante dos Preferencialistas
Paulo da Paixão Borges de Andrade	Presidente e Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinário
Antonio Ceron	Representante do Acionista Majoritário

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Composição

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
Enio Andrade Branco	Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios
Andre Bazzo	Diretor de Gestão Corporativa
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Clairton Belém da Silva	Diretor de Planejamento e Controle Interno

Comitês de Assessoramento

O Conselho de Administração conta com quatro comitês de assessoramento, compostos por três conselheiros cada: Comitê Jurídico e de Auditoria, Comitê Estratégico e Desenvolvimento Executivo, Comitê Financeiro e Comitê de Recursos Humanos. Os pareceres, manifestações e encaminhamentos dos comitês não possuem caráter deliberativo/decisório, porém, se reúnem, normalmente, na véspera das reuniões do Conselho para discutirem sobre os temas a serem deliberados.

Adicionalmente, existem o Comitê de Sustentabilidade e o Comitê de Ética, vinculados ao Conselho de Administração. Para conhecer os integrantes dos comitês, acesse: www.celesc.com.br (GRI 4.9)



GESTÃO DE RISCOS

Paralelamente à criação do Plano Diretor, Planejamento Estratégico e Plano Regulatório, temos trabalhado para desenvolver a Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, a fim de contribuir para uma gestão alinhada às melhores práticas de governança corporativa, com sustentabilidade e responsabilidade.

Em 2013, aprovamos nossa Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, formalizando princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades. E para alinhar tais processos às estratégias da Companhia, aprovamos também a Norma de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, que define os procedimentos e responsabilidades para todas as áreas envolvidas. Além disso, foi criado o comitê executivo de gerenciamento de riscos e controles internos que acompanha os processos de gestão estratégica e reporta periodicamente ao Conselho de Administração.

Esses documentos contribuem para o alcance dos objetivos do Plano Diretor da organização, por meio da criação de mecanismos para mitigação de riscos e melhoria dos controles internos. Ao orientar a gestão da Companhia para a eficácia e eficiência das operações, com confiabilidade das demonstrações financeiras e conformidade com leis e regulamentos, é possível monitorar processos, de forma a evitar potenciais falhas e seus impactos nos negócios.

O Ciclo da Gestão Estratégica de Risco, desenvolvido no decorrer do ano, possibilitou a identificação dos riscos da Companhia, que foram classificados em quatro classes: Estratégica, Financeira, *Compliance* e Operacional. Para o monitoramento, já foram modelados os indicadores referentes aos riscos do primeiro nível de criticidade e, em seguida, serão definidos também aqueles para os próximos níveis. Assim, é possível identificar o grau de exposição da Companhia frente a cada risco e, se necessário, agir de forma antecipada, buscando evitar a sua ocorrência, garantindo a proteção ao patrimônio da organização.

Para o alinhamento ao nosso plano de longo prazo, criamos, ainda, o Indicador Global, que visa acompanhar a possibilidade de não atingimento das metas do Plano Diretor. Esse indicador faz parte de um direcionamento estratégico da Celesc e é acompanhado pelo Conselho de Administração, que estipula as metas para os próximos anos. (GRI 1.2; 4.11)

Celesc: Concessão Ameaçada?

A Celesc Distribuição recebeu da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), expediente solicitando que a Companhia apresentasse Plano de Ação que demonstre a viabilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

Em síntese, o órgão regulador apontava para o fato de os custos gerenciáveis da Companhia (Parcela B), que compreendem os gastos com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros (PMSO), serem superiores à receita garantida por meio da tarifa paga pelos consumidores, o que, aliado às necessidades de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica, poderia levar ao crescimento da dívida líquida e a perda das condições econômicas e de geração de caixa próprio.

A matéria também foi tema de publicação na imprensa catarinense, ao que a Celesc respondeu demonstrando não somente a viabilidade da empresa mas também a transparência e profissionalismo na condução do assunto.

O presidente Cleverson Siewerdt constituiu um grupo de trabalho para elaborar um plano emergencial de recuperação financeira da Celesc Distribuição. O grupo contou com sete empregados e um representante sindical.

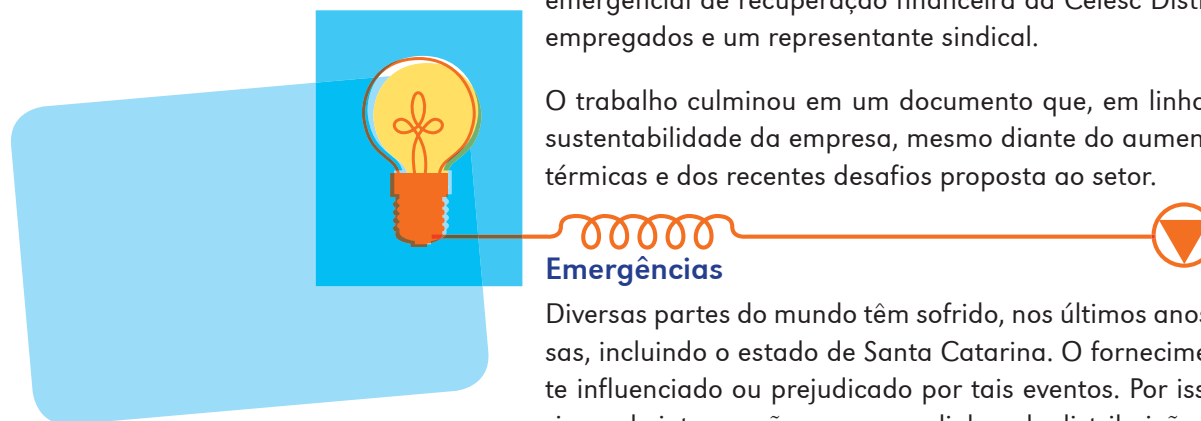
O trabalho culminou em um documento que, em linha com o Plano Diretor, comprova a sustentabilidade da empresa, mesmo diante do aumento do endividamento, do custo das térmicas e dos recentes desafios proposta ao setor.

Emergências

Diversas partes do mundo têm sofrido, nos últimos anos, com ocorrências climáticas intensas, incluindo o estado de Santa Catarina. O fornecimento de energia elétrica é facilmente influenciado ou prejudicado por tais eventos. Por isso, trabalhamos para minimizar os riscos de interrupção em nossas linhas de distribuição, investindo em novas tecnologias e melhorando nossos processos internos.

Nesse sentido, possuímos uma normativa interna para atendimento em estado de contingência, que planeja, organiza e racionaliza os procedimentos de operação na eminência de tempestade severa ou adversidade meteorológica. Acompanhamos diariamente a previsão meteorológica e, quando necessário, colocamos em estado de alerta as equipes de manutenção de emergência, manutenção pesada e comercial. Assim é possível avaliar a abrangência e intensidade do impacto para dimensionamento logístico, estimativas de prazo de restabelecimento geral e dimensionamento da necessidade de equipes.

O estado de contingência pode ser decretado por meio de uma reunião entre os profissionais responsáveis pela região afetada, podendo atingir dois níveis: I - quando há a necessidade de mobilização de todo o efetivo de atendimento da Agência Regional; II - quando, além disso, há necessidade de mobilizar equipes de atendimento de outras Agências Regionais. (GRI EU21)



CONDUTA ÉTICA

Na Celesc, colocamos a ética como base para nossos princípios e ações. Procuramos desenvolver ferramentas internas que promovam a transparência nos negócios, investindo em iniciativa de prevenção de condutas antiéticas, como realização de palestras, criação coletiva do código de ética, com participação de funcionários e sociedade, por meio de consulta pública.

Nosso código de ética está baseado nos princípios de profissionalização, governança corporativa, transparência da informação e blindagem anticorrupção. O documento traz regras claras de conduta nos relacionamentos profissionais, abordando temas que incluem desde condições seguras de trabalho a questões relacionadas a conflitos de interesse. O Código de Ética da Companhia está disponível, na íntegra, em www.celesc.com.br/ri. (GRI 4.6)

Em 2013, também aderimos e implantamos a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”. A iniciativa, que atualmente é nacional, foi apresentada para a Organização das Nações Unidas, com o objetivo de levar a discussão para âmbito mundial. A ideia é mostrar as implicações da corrupção e falta de ética na vida das pessoas, seja em consequências diretas e pontuais ou em reflexos sociais de maior extensão.

Para complementar, foi realizado treinamento sobre nossas políticas e procedimentos anticorrupção para 21 gestores. Com o objetivo de atingir o restante dos empregados, o curso foi reproduzido, por vídeo conferência, para todas as agências, atingindo um grande número de empregados, apesar de só podermos comprovar a participação de 91.

As denúncias de corrupção podem ser recebidas por nossos canais da ouvidoria, auditoria, *call center* ou comitê de ética. Após análise inicial, as denúncias são encaminhadas ao Conselho de Ética ou à Auditoria, conforme a natureza do caso. (GRI SO2; SO3)

Na Auditoria é feito o trabalho de sindicância, conforme previsto na Instrução Normativa de Inquérito Administrativo, disponível no site da empresa (www.celesc.com.br). Confirmando-se a denúncia e/ou havendo a comprovação de eventual falta cometida pelo empregado, a auditoria interna recomenda a imediata instauração de inquérito administrativo.



Em 2013, não foi registrado nenhum caso de corrupção direta na organização e as denúncias de desvio de conduta ou pequenas fraudes estão sendo tratadas conforme descrito acima, de forma incisiva, por meio da abertura de sindicância ou inquérito administrativo.

(GRI SO4)

Número de punições referentes a denúncias de corrupção:

Demissões com justa causa

ANO	2011	2012	2013
Nº ocorrências	0	1	0

Punições – Advertência verbal

ANO	2011	2012	2013
Nº ocorrências	20	15	4

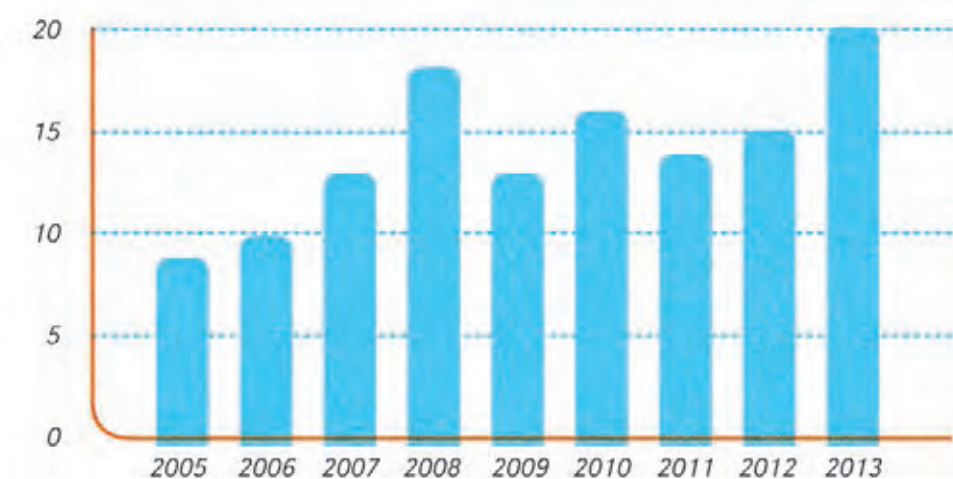
Punições – Advertência escrito

ANO	2011	2012	2013
Nº ocorrências	26	14	12

Punições - Suspensão

ANO	2011	2012	2013
Nº ocorrências	22	11	10

Número de Processos de Sindicância:



RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS



Acreditamos na transparência como elemento essencial para a realização de negócios justos e sustentáveis. Por isso, nossa Política de Responsabilidade Socioambiental prevê o diálogo constante com as partes interessadas e a Política de Comunicação Celesc descreve as premissas a serem praticadas por todas as diretorias, assistências, gerências e profissionais das áreas de comunicação. (GRI PR6)

Mantemos um relacionamento de parceria com nossos empregados, acionistas, fornecedores, clientes, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais. Dessa forma, asseguramos a transversalidade de nossos macroprocessos e o compromisso com a transparência, com os direitos societários, trabalhistas e sociais, com a sustentabilidade dos negócios empresariais e com o prestígio da marca Celesc. (GRI 4.14; 4.15; 4.16; 4.17)

“A CELESC É UMA IMPORTANTE PARCEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COLABORANDO, DESDE 2008, PARA O CUMPRIMENTO DA NOSSA MISSÃO CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DO PROJETO JOVEM APRENDIZ.”

Marcelo Wegner,
Promotor de Justiça



Participação em associações (GRI 4.13)

Celesc mantém relacionamento estratégico com associações, órgãos públicos, organizações nacionais e internacionais, além de entidades de classe, conforme abaixo:

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC;

Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA;

Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE;

Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE;

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento de Mercado de Capitais - APIMEC;

Associações Comerciais e industriais municipais;

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs;

Bairro da Juventude;

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Bancos;

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A BM&FBovespa;

Câmaras Municipais de Vereadores

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

Centro Cultural Escrava Anastacia - CCEA;

Centro de Integração Empresa Escola - CIEE

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Comitê de Entidades Públicas e Privadas de Combate à Fome - COEP

Congresso Nacional

Conselho de Consumidores da Celesc - CONCCEL;

Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN;

Conselho Municipal pelos Direitos das Crianças e Adolescentes;

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA;

Cooperativa de Trabalhadoras e Trabalhadores Amigos de Florianópolis - COOPERSOLAR;

Coordenação da Infância e Juventude - CIJ;

Eletronbras;

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

Federação Catarinense dos Municípios - FECAM;

Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC;

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina - FECOMERCIO;

Fundação Abrinq - FUNDABRINQ;

Fundação Casan - FUCAS;

Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS;

Fundação COGE - FUNCOGE;

Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina - FAPESC;

Fundação do Meio Ambiente - FATMA;

Governo do Estado de Santa Catarina:

Secretarias da Agricultura, da Saúde, de Assistência Social, Trabalho e Renda; de Desenvolvimento Social, Educação, de Segurança Pública;

Governo Federal: Ministérios: da Agricultura, de Minas e Energia, de Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego;

Governos Municipais: secretarias de educação, agricultura, saúde e assistência social;

Instituto Akatu;

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE;

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC;

Instituto Chico Mendes de Preservação Ambiental - ICMBio;

Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRE;

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;

Poder público e Agentes intrasetoriais

Na Celesc, nós prezamos por uma relação aberta e de parceria com as entidades públicas brasileiras e mantemos um diálogo contínuo com os órgãos governamentais e a sociedade. Para tanto, participamos de audiências públicas, sessões em Câmaras de Vereadores e na Assembleia Legislativa, bem como de reuniões com associações de moradores. (ANEEL 1.3.5)

Acionistas

O Departamento de Relação com Investidores, em cumprimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mantém uma relação de transparência com acionistas, investidores e analistas de mercado. Para isso, mantemos uma agenda positiva de prestação de contas ao público interessado, com destaque para apresentação de resultados em reuniões da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), participando em quatro delas em 2013, e no XIV CEO Conference BTG Pactual, quando apresentamos o desempenho e as estratégias do Grupo Celesc a 120 empresas de capital aberto e mais de dois mil analistas de mercado em São Paulo.

O atendimento aos acionistas pode ser realizado pessoalmente, por telefone, fax, e-mail e *twitter*. No website (www.celesc.com.br/ri) é possível encontrar informações relevantes para este público, como resultados trimestrais e anuais, estrutura corporativa da empresa, últimas notícias, calendário de eventos corporativos, atas, comunicados ao mercado, apresentações etc. (GRI 4.4)

O banco que custodia as ações de emissão da Celesc é o Itaú Unibanco S.A., que além de fornecer um atendimento especializado, possui agências em todo território nacional, facilitando o contato com acionistas e investidores.

Além disso, contamos com a Câmara de Arbitragem de mercado, que tem o objetivo de solucionar conflitos entre acionistas e empresa ou entre acionistas controladores e minoritários. (GRI 4.6)

Sindicatos

Na Celesc, reconhecemos a importância das associações de classe no Brasil e, por isso, prezamos por um bom relacionamento com os sindicatos das categorias relevantes ao nosso negócio.

Além de promover a liberdade de associação, o Diretor Comercial da empresa é eleito pelos empregados, que também possuem um representante no Conselho de Administração, garantindo uma relação democrática e positiva. Contamos, ainda, com uma Comissão de Recursos Humanos, composta por representantes dos empregados nos sindicatos e por representantes da empresa. (GRI HR5)

Mais detalhes sobre o relacionamento com sindicatos estão descritos no capítulo Equipe Celesc.

Clientes

Nossos clientes podem entrar em contato com a Companhia por meio de 219 lojas de atendimento presencial, pela internet – portal www.celesc.com.br – e pelos canais telefônicos gratuitos para emergências (0800 480196), comercial (0800 480120) e da Ouvidoria (0800 483232). O número disponível para deficientes auditivos é 0800 6464050. Complementarmente, desde 2010, os nove mil clientes de alta tensão, denominados Grandes Clientes, podem interagir com a empresa pelo portal de informações especializadas, no endereço www.celesc.com.br/grandesclientes. (ANEEL 4.2.4)

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC;
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
Instituto Nacional da Previdência Social - INSS;
Instituto Observatório Social;
Instituto Vilson Groh;
Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL;
Itaú Corretora de Valores;
Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC;
Movimento Nós Podemos SC;
Operador Nacional do Sistema - ONS
Organização Cooperativas de Santa Catarina - OCESC;
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO;
Organização de Enfrentamento a exploração Sexual de Crianças e Adolescentes- Child Brasil
Polícia Rodoviária Federal
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD;
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA;
Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCOM
Sindicato dos Engenheiros - SENGE;
Supertendência Regional do Trabalho e Emprego;
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina - UNOESC;
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL;
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALE;
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;

Fornecedores

Atualmente, possuímos 91 fornecedores de energia elétrica (geradores), 9.758 de produtos e materiais e 4.680 de serviços, com os quais nos comunicamos por meio dos seguintes canais: website de Cadastro de Fornecedores, telefone, correios, e-mails, rádios, folhetos, emissores de TV e jornais.

Mais informações sobre fornecedores podem ser encontradas no capítulo Relações Sociais.

Comunidade

Procuramos desenvolver diversas ações de relacionamento com as comunidades onde atuamos, promovendo o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população catarinense. Os Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental dos empreendimentos da Celesc representam o principal canal de comunicação contínuo entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, conforme descrito na página 106 deste relatório. (ANEEL 4.2.4)

Mais informações sobre projetos sociais e relacionamento com a comunidade podem ser encontradas no capítulo Relações Sociais.

Agentes sociais e Organizações da Sociedade Civil

A Celesc também mantém um relacionamento estratégico com associações, organizações nacionais e internacionais, além de entidades civis associadas à área de Responsabilidade Social. A lista de organizações com as quais mantemos relacionamento está na página 48 deste relatório.

Imprensa e Mídia

Nossa área de comunicação preza pela transparência e disseminação de informações relevantes para a imprensa e a sociedade, sempre respeitando a Política de Comunicação Celesc e as normas do setor, que inclui análise e aprovação de campanhas publicitárias pela Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado (Secom) e pelo Conselho de Auto-regulamentação Publicitária (Conar). A Política de Responsabilidade Socioambiental Celesc também ressalta o respeito às expectativas das partes interessadas e à diversidade nas campanhas publicitárias. Dessa forma, são atendidas as políticas da empresa e a legislação vigente no País, sem nenhum registro de não conformidade em 2013. (GRI PR6)

Foram investidos, durante o ano, R\$ 3,9 milhões em ações de comunicação, incluindo produção e divulgação externa e interna do novo plano de gestão da Companhia, projetos, campanhas e novos serviços disponíveis para os consumidores.

Compartilhadores de Infraestrutura

Consideramos como parte de nossos públicos de relacionamento, as empresas que compartilham o uso da rede elétrica, como operadoras de TV a cabo, telefonia e internet. O contato é direto, por meio da área de Divisão de Estudos de Telecomunicação da Companhia.

Público Interno

Prezamos por uma relação de parceria com nossos empregados, promovendo um ambiente voltado para a valorização e o desenvolvimento profissional. Mais detalhes sobre o relacionamento com empregados e políticas de gestão de colaboradores estão descritos no capítulo Equipe Celesc.








PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Como uma empresa de energia, possuímos um papel de indutor de avanços tecnológicos e, por isso, investimos fortemente em pesquisa e desenvolvimento. Nossos projetos são pautados pela busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado no setor de energia elétrica e, em 2013, totalizaram mais de R\$ 14 milhões de investimentos, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico⁴, conforme gráfico a seguir.

Pesquisa e Desenvolvimento

Como uma empresa de energia, possuímos um papel de indutor de avanços tecnológicos e, por isso, investimos fortemente em pesquisa e desenvolvimento. Nossos projetos são pautados pela busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado no setor de energia elétrica e, em 2013, totalizaram mais de R\$ 14 milhões de investimentos, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico⁴, conforme gráfico a seguir.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento (GRI EU8)

	Eficiência Energética	1.384.140,47	10,0%
	Energia distribuída	3.579.980,81	25,5%
	Geração e tecnologia avançadas	575.522,63	4,0%
	Serviços inovadores relacionados à sustentabilidade	0	0,0%
	Tecnologias de energia renovável	2.661.671,01	19,0%
	Tecnologias de transmissão e distribuição	5.826.689,45	41,5%
	TOTAL	14.028.004,37	

valores em R\$

⁴ O programa atende à legislação do setor, que exige das empresas de energia, que apliquem uma parte de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL.

Os principais temas pesquisados durante o ano foram “Distribuição de Energia Elétrica”, representando 23,28% do recurso utilizado, “Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas Elétricos”, com 21,86% e “Energia Renovável”, com 18,97%.

No tema “Eficiência Energética”, realizamos projetos para desenvolvimento de sistema integrado de geração de energia para aumento da eficiência energética de aviários; nova configuração de rede protegida para aplicação em regiões com elevada agressividade ambiental; nova metodologia para reconfiguração automática de sistemas elétricos baseado em rede *mesh* de alta velocidade; sensores térmicos baseados em cristais líquidos para a monitoração de pontos quentes e correntes de fuga em equipamentos do sistema de distribuição e redução do consumo energético e do impacto ambiental na produção de isoladores elétricos através de prensagem isostática.

Os projetos deste tema visam melhorar a eficiência energética das unidades consumidoras conectadas à rede da Celesc, diminuindo a demanda de energia, e, conseqüentemente, melhorando indicadores de tempo e duração de interrupção.

No tema “Energia Renovável” foi pesquisada a utilização da energia solar em sistemas fotovoltaicos multifuncionais operando em redes inteligentes, com o desenvolvimento tecnológico de uma chaminé solar com inserção eólica por meio da dinâmica dos fluidos computacionais. Tais projetos visam ao desenvolvimento de tecnologias para geração de energia, por meio de fontes alternativas e geração distribuída.

No tema “Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas Elétricos”, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Tecnologia de identificação para equipamentos relacionados à distribuição e medição de energia em empresas do setor elétrico;
- Metodologia de Recomposição Automática de Redes de Distribuição Utilizando Fontes Mistas de Informação Para Detecção e Localização de Falhas em Ambientes *Smart Grid* - SMARTFIX;
- Metodologia para estimação robusta de estados com tratamento *fuzzy* de incertezas de sistemas trifásicos desequilibrados em ambientes com redes de distribuição ativas e inteligentes (*smart-grid*) - SMARTMATOR;
- Sistema Integrado para Simulação da Detecção e Diagnóstico de Falhas em Alimentadores de Redes Compactas: Algoritmos, Plataforma de Simulação e Testes de Desempenho;
- Sistema de Auditoria, Parametrização e Monitoramento dos Equipamentos de Proteção e Reguladores de Tensão das Redes de Distribuição da CELESC;
- Desenvolvimento de Simulador Computacional Integrado para Projeto, Análise, Validação, Operação e Treinamento de Equipes de Redes Inteligentes.

Projetos Concluídos em 2013:

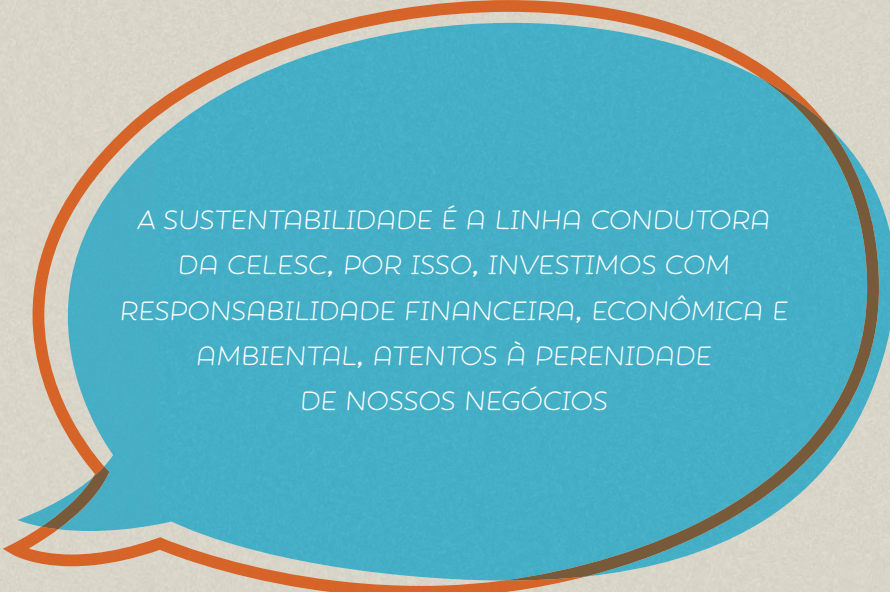
Em 2013, finalizamos sete projetos no Programa de P&D da Celesc Distribuição, que, atualmente, conta com 34 em execução.

- Sistema Porcelânico para Substituição do Sistema de Isolação de Redes de Distribuição de Média Tensão: o novo sistema traz vantagens de isolamento, resistência a intempéries, segurança, manutenção e reduzido custo em relação ao sistema atualmente empregado;
- Avaliação das elasticidades-preço da demanda de energia elétrica nos horizontes de curto e longo prazos: o projeto teve como objetivo o desenvolvimento de metodologia que visasse a avaliação qualitativa e quantitativa do impacto de uma eventual variação nos preços finais de energia elétrica no mercado de energia e, conseqüentemente, na receita total da Celesc.
- Usina Distrital de Geração Distribuída de Energia Renovável: o projeto visa contribuir para a viabilização de um novo modelo de usina de geração de energia elétrica, baseado no conceito de micro-redes de energia (ou redes distritais), onde diferentes unidades de geração distribuída são integradas e operam em conjunto, como se fossem uma única usina. O modelo é modular, flexível, eficiente e autônomo.
- Dispositivo Eletrônico para Avaliação de Conexões Elétricas em Redes de Baixa Tensão Energizadas Através de Medição e Técnicas de Inteligência Artificial: desenvolvimento de um equipamento industrial, portátil e de fácil manuseio, destinado à avaliação das conexões elétricas nos sistemas de distribuição de baixa tensão energizados, a partir do protótipo desenvolvido no projeto de P&D;
- Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologia para Detecção de Falhas Iminentes em Sistemas de Distribuição: o principal objetivo da pesquisa é reduzir os índices de DEC e FEC da concessionária, melhorando a qualidade do fornecimento, pela identificação e diagnóstico de defeitos iminentes nos componentes do sistema;
- Tecnologia de identificação para equipamentos relacionados à distribuição e medição de energia em empresas do setor elétrico: desenvolvimento de uma solução baseada na tecnologia de Identificação por Rádio Frequência (RFID) para a supervisão, controle, manutenção e rastreabilidade dos ativos relacionados à distribuição e medição de energia de empresas do setor.



*Gestão
Financeira*





A SUSTENTABILIDADE É A LINHA CONDUTORA DA CELESC, POR ISSO, INVESTIMOS COM RESPONSABILIDADE FINANCEIRA, ECONÔMICA E AMBIENTAL, ATENTOS À PERENIDADE DE NOSSOS NEGÓCIOS

GESTÃO FINANCEIRA

Acreditamos que um aspecto fundamental para uma boa gestão é o equilíbrio entre a rigidez dos objetivos de longo prazo e a capacidade de rápida adaptação diante de circunstâncias momentâneas. Neste sentido, o ano de 2013, com o custo excepcionalmente alto da energia comprada e de todas as turbulências no cenário regulatório, colocou nossa capacidade de gestão à prova, exigindo diversas adaptações e correções de curso para que a empresa pudesse rapidamente se posicionar em cenários adversos.

Um dos responsáveis pelo resultado obtido foi o crescimento do mercado, cuja carga totalizou 23.952 GWh, colocando a Celesc Distribuição (aumento de 3,9%) em posição ligeiramente superior a média nacional (3,5%) e levemente inferior à da região sul (4,2%). Essa evolução foi impulsionada principalmente no segundo semestre pelo aumento consumo da classe residencial, a qual representou 22% de toda a energia distribuída pela Celesc.

As temperaturas extremas constituem a principal razão pela forte evolução do consumo e crescimento da receita: as altas temperaturas de janeiro e o rigor do inverno catarinense, associado à elevada proporção de eletrodomésticos em uso pelas famílias no estado intensificou o consumo de energia elétrica nas residências.

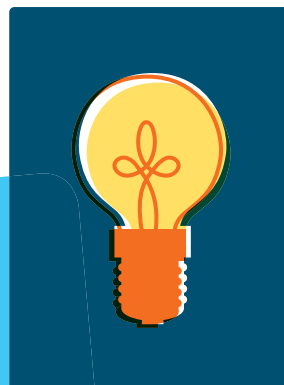
Os consumidores cativos da indústria reduziram em 2,8% seu consumo de energia elétrica em 2013 relativamente a 2012 em resposta ao arrefecimento da política de expansão do consumo baseada na expansão do crédito do Governo Federal. Em um contexto de crédito mais restrito, juros em alta, dólar valorizado, inflação elevada e crescimento no endividamento das famílias, é esperada a diminuição do consumo de energia elétrica nas indústrias.

O número de migrações para o ambiente de contratação livre (ACL) também tem apresentado visível retração, embora atualmente mais da metade da classe industrial já estava no Mercado Livre.

Outro fator igualmente importante para a composição do resultado é a tarifa da energia elétrica: em 30 de julho de 2013 tivemos autorizados pelo órgão regulador federal um reajuste médio de 15,37%, sobretudo em função do aumento dos custos não gerenciáveis (parcela A), que representaram, no período, mais de três quartos do total arrecadado pela empresa. A alta representatividade dos custos não gerenciáveis (parcela A) está relacionada ao elevado custo da energia comprada influenciada pelo despacho das usinas térmicas.

Por outro lado, destaca-se que o aumento autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica não foi suficiente para eliminar completamente os desfavoráveis efeitos financeiros e econômicos decorrentes do aumento no custo da energia comprada: o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que norteia os custos futuros com contratos de disponibilidade, estava em R\$ 257,79 por MWh no patamar de carga médio da Região Sul ao momento da apresentação do pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, 5 de julho de 2013. Possuíamos cobertura tarifária em torno de R\$ 52 milhões por mês para térmicas, mas chegamos a desembolsar R\$ 150 milhões por mês entre outubro de 2012 e abril de 2013.

A Agência Nacional de Energia Elétrica efetuou o cálculo final do reajuste tarifário da Celesc na data de 25 de julho de 2013, quando o PLD estava a R\$ 167,64 por MWh, motivado pelo desligamento de 34 térmicas. Em duas semanas, no entanto, a realidade alterou-se substancialmente, sem que a agência federal tenha revisto a estimativa do custo do PLD. Desse modo, o valor previsto para custear as térmicas ficou em R\$ 74 milhões por mês, nível bastante inferior ao demandado no passado recente.



O custo efetivo com compra de energia elétrica, portanto, comportou uma parcela não coberta pela tarifa vigente no exercício, o que acarretou significativa pressão sobre o caixa, obrigando a Celesc a captar recursos externos, com consequentes custos financeiros da ordem de R\$ 6 milhões, que não foram acatados pela Aneel para fins de reposição via tarifa.

Em que pese o fato de a Celesc ter sido ressarcida em R\$ 569,5 milhões, proveniente de despesas com térmicas sem cobertura tarifária no último ano, persiste a diferença no pleito econômico de 22,87% por parte da Companhia, relativamente aos 14,50% autorizados pelo regulador.

O custo com energia elétrica comprada para revenda decorrente do uso das fontes térmicas e o gerenciamento financeiro desse desembolso não foram, entretanto, os únicos grandes desafios superados durante o ano.

Em agosto de 2013 veio veiculada na imprensa catarinense notícia cujo teor dava conta de ameaças à concessão da Celesc. Tratava-se de comunicação recebida da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da Aneel, solicitando que a Companhia apresentasse Plano de Ação demonstrando a viabilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Em síntese, o órgão regulador apontava para o fato de os custos gerenciáveis da Companhia (Parcela B), que compreendem os gastos com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros (PMSO), serem superiores à receita garantida por meio da tarifa paga pelos consumidores. Tal fato, aliado às necessidades de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica, poderia levar ao crescimento da dívida líquida e a perda das condições econômicas e de geração de caixa próprio.

O plano guarda relação direta com as ações estratégicas amplamente divulgadas ao mercado através de Comunicados, Apresentações e Teleconferências, as quais culminaram na construção do Plano Diretor de Longo Prazo, Planejamento Estratégico, Plano Regulatório e, especialmente, no Programa de Eficiência Operacional em implantação desde o último mês de abril, cujo potencial de redução de custos é da ordem de R\$ 150 milhões até o ano de 2016.

Nosso trabalho consistente e anterior de planejamento de longo prazo, aliado à nossa eficiência operacional permitiu que nossa resposta aos questionamentos do órgão regulador federal fosse rápida e adequada, demonstrando a razoabilidade e aderência das diretrizes estratégicas até então adotadas: os resultados negativos dos últimos anos constituem uma experiência, mas não um determinante para nossos resultados futuros.

Ainda em 2012, em parceria com a renomada consultoria internacional Roland Berger Strategy Consultants, elaboramos as diretrizes de longo prazo para seu desenvolvimento e sustentabilidade, além da construção de proposta e implantação de um programa de eficiência operacional e organizativa, com impactos e resultados de curto prazo. Tais ações foram maturadas por mais de um ano de trabalhos intensos de todas as áreas da empresa, recebendo a aprovação do Conselho de Administração em 22 de novembro de 2012.

Em seguida, em 21 de março de 2013, o conselho ratificou a proposta de revisão das despesas operacionais apresentada pela Diretoria Executiva. O orçamento foi revisto em função do aumento expressivo nos custos com energia elétrica comprada para revenda e nos encargos setoriais.

Assim, com o trabalho prévio que vínhamos realizando em matéria de planejamento, a viabilidade da empresa em resposta ao ofício da agência nacional ficou evidenciada por medidas específicas, tais como:

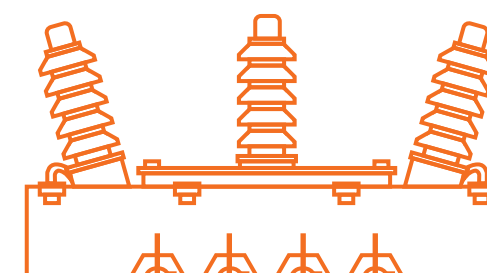
1 - Redução geral de despesas: além dos ganhos já estimados com o Programa de Demissão Voluntária 2012, redução de 25% nas despesas com Pessoal no período de 2014 a 2025, reduzindo em média 3% ao ano os custos com Folha de Pagamento no período 2014-2017, através da adequação de verbas variáveis, redução do quadro de pessoal e readequação do custeio do Plano Previdenciário oferecido aos empregados da Empresa;

2 - Redução de 31,3% nas despesas de Materiais, Serviços e Outros - MSO no período de 2014 a 2025, reduzindo em média 7,5% ao ano no período 2014-2016 os custos com MSO, por meio da reavaliação dos processos administrativos e operacionais.

A reestruturação organizacional foi outro aspecto importante do ano: submetida aos ditames gerais do Plano Diretor 2030, nossa Diretoria Executiva decidiu pela extinção de mais 37 funções gratificadas. Foram também extintos os cargos de Advogado Geral e a Diretoria de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios. Essas medidas trouxeram diversos resultados, com impactos sobre os custos, eficiência ou ambos.

O desligamento incentivado de 753 empregados, que ocorreu entre os meses de novembro de 2012 e junho de 2013 no âmbito do Programa de Demissão Voluntária – PDV, também representou uma significativa redução nos gastos com pessoal durante o ano.

Desse modo, o conjunto de ações desenvolvidas permitiu e permitirá a mitigação dos efeitos momentâneos do cenário econômico adverso, construindo bases sustentáveis ao desenvolvimento futuro.



Ao mesmo tempo, o montante do Valor Adicionado pela Companhia mostra a importância da Celesc para a sociedade em geral, com a distribuição de 6.937,55 milhões, sendo que destes R\$ 6.797,11 milhões correspondem à área de Distribuição. (GRI EC1⁵)

Demonstração do Valor Adicionado – DVA	CONSOLIDADO	
	2013	2012
Receitas		
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	6.424.448	6.573.478
Receita com a Construção de Ativos	303.456	338.057
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.519)	(97.679)
	6.711.385	6.813.856
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(3.301.417)	(3.219.814)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(334.677)	(208.804)
Gastos com a Construção de Ativos	(303.456)	(338.057)
Perdas de Ativos	71.191	(77.815)
	(3.868.359)	(3.844.490)
Valor Adicionado Bruto	2.843.027	2.969.366
Depreciação, Amortização e Exaustão	(209.155)	(159.718)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.633.871	2.809.648
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	24.939	21.623
Dividendos de Investimento Avaliado ao Custo	-	-
Receitas Financeiras	201.224	280.564
	226.163	302.187
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.860.034	3.111.835
Pessoal	(565.958)	(885.454)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.967.367)	(2.402.001)
Remuneração do Capital de Terceiros		
Juros e Variações Cambiais	(114.657)	(70.998)
Aluguéis	(13.178)	(9.107)
	(127.835)	(80.105)
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(50.211)	-
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	(148.663)	255.725
	(198.874)	255.725
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	(2.860.034)	(3.111.835)

⁵ Valor Adicionado Celesc Distribuição: R\$ 6.797,11 milhões em 2013, R\$ 3.063,5 milhões em 2012 e R\$ 3.531 milhões em 2011.

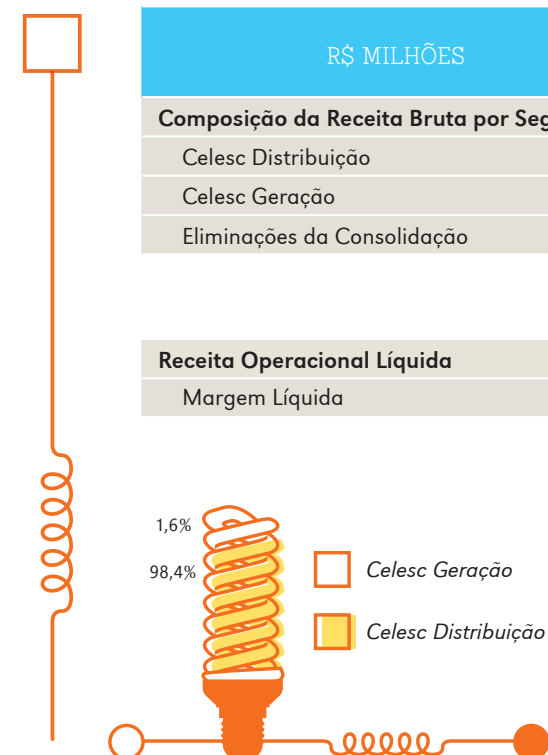
Receita Operacional

Em 2013, a receita bruta do Grupo Celesc somou R\$ 6.727,9 milhões. Já a receita operacional líquida chegou a R\$ 4.872,4. A composição da receita operacional consolidada está detalhada nos gráficos a seguir.

Receita Operacional Bruta

R\$ MILHÕES	CONSOLIDADO		
	ACUMULADO 12 MESES		
	2012	2013	VAR. %
Composição da Receita Bruta por Segmento	6,911.5	6,727.9	-2.7%
Celesc Distribuição	6,830.1	6,618.8	-3.1%
Celesc Geração	83.6	111.0	32.7%
Eliminações da Consolidação	(2.1)	(1.9)	10.8%

	2012	2013	VAR. %
Receita Operacional Líquida	4,415.0	4,872.4	10.4%
Margem Líquida	-5.8%	4.1%	9.9 p.p



LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS

+ Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes	ACUMULADO 12 MESES		
	R\$ MILHÕES		
	2012	2013	VAR. %
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	(255.7)	198.9	178%
(+) Ativos e Passivos Regulatórios Celesc Distribuição	132.3	29.1	
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos /Passivos Regulatórios	(123.5)	228.0	285%
Efeitos Não-Recorrentes Celesc Distribuição	145.9	74.8	
Efeitos Não-Recorrentes Celesc Geração	81.7	(3.3)	
Efeito Reavaliação Valor Justo CASAN	(77.8)	66.2	
(=) Lucro Líquido Ajustado Ativos /Passivos Reg. - Efeitos Não-Recorrentes	182.0	233.3	28.2%

Margem Líquida Ajustada	4.1%	4.8%
Margem Líquida	-5.8%	4.1%

Ebitda e Ebitda Ajustado

Em 2013, o Grupo Celesc registrou um Ebitda de R\$ 353,3 e um Ebitda ajustado de R\$ 480, conforme tabelas a seguir.

EBITDA Consolidado IFRS + Ativos/Passivos Regulatórios - Não-Recorrentes

R\$ MILHÕES	ACUMULADO 12 MESES		
	2012	2013	VAR. %
Lucro/ Prejuízo Líquido	(255.7)	198.9	178%
(+) IR e CSLL	(118.9)	97.4	
(+) Resultado Financeiro	(130.2)	(151.3)	
(+) Depreciação e Amortização	158.3	208.3	
EBITDA	(346.5)	353.3	202%
(+) Ativos e Passivos Regulatórios Celesc Distribuição	196.6	18.2	
(=) EBITDA Ajustado por Ativos/Passivos Regulatórios	(149.9)	371.5	348%
Efeitos Não-Recorrentes Celesc Distribuicao	375.3	113.4	
Efeitos Não-Recorrentes Celesc Geração	123.8	(4.9)	
(=) EBITDA Ajustado Ativos/Passivos Reg - Efeitos Não-Recorrentes	349.3	480	37.4%
Margem EBITDA Ajustada	8,6%	10,5%	

Conciliação EBITDA

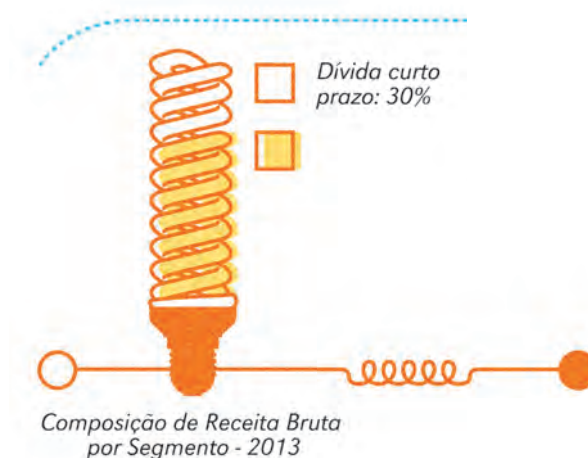
R\$ MIL	31 DE DEZEMBRO DE 2013	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Lucro/Prejuízo líquido	198.874	(255.725)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	97.473	(118.853)
Resultado financeiro	(151.284)	(130.220)
Depreciação e amortização	208.271	158.294
	353.298	346.504
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment em Controlada	33.555	123.840
Reversão Teste Impairment em Controlada	(38.501)	-
(=) Ebitda Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	348.352	(222.664)

Endividamento e Gestão do Capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Assim, financiamos nossa necessidade de capital principalmente com a geração de caixa de nossas operações e, em menor grau, com o acesso a fontes de financiamento por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida consolidada da Companhia se apresentava da seguinte forma:

R\$ MILHÕES	2012	2013
Dívida Curto Prazo	81.1	204.3
Dívida Longo Prazo	257.0	477.4
Endividamento Consolidado	338.1	681.7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	172.7	664.5
(=) Dívida Líquida	165.4	17.2
(+) Total do Patrimônio Líquido	1,777.3	2,137.4
(=) Total do Capital	1,942.7	2,154.6
Relação Dívida Líquida / Capital	0.09	0.01



Com a impossibilidade de prever de forma acurada o custo da energia comprada, tendo em vista a volatilidade do custo das térmicas, tivemos que atuar de forma ágil na obtenção de empréstimos e captação de recursos. Na reunião do Conselho de Administração do dia 17 de outubro de 2012 foi autorizada captação de R\$ 110 milhões, à taxa de 7,55% ao ano, com 12 meses de carência, 6 meses para pagamento, com vinculação de duplicatas em garantia no valor correspondente a 100% do saldo devedor da operação.

Em janeiro de 2013, novamente, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a captação de R\$ 89 milhões pela Celesc Distribuição, nos mesmos moldes da captação realizada em outubro de 2012.

Em maio de 2013, tivemos de recorrer ao mercado financeiro mais uma vez para financiar nossas atividades - considerando o abrupto crescimento no custo da energia comprada.

Foram emitidos 30 mil debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia.

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários "DI", acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30% ao ano. A Remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15/5/2013). A amortização em três parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da Data de Emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2, a partir do ano de 2014.



EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Total por Tipo de Provento	Valor Total Distribuído
2013	DIV	ON	0.18260744	R\$ 7,464,268.30	R\$ 56,679,208.30
		PN	0.20086818		
	JCP	ON	1.20400470	R\$ 49,214,940.00	
		PN	1.32440517		
2012	DIV	ON	NÃO HOUVE DISTRIBUIÇÃO APURADO PREJUÍZO NO EXERCÍCIO		
		PN			
	JCP	ON			
		PN			
2011	DIV	ON	0.23992078	R\$ 9,807,010.66	R\$ 92,307,670.66
		PN	0.26391286		
	JCP	ON	0.60549408	R\$ 24,750,198.00	
		PN	0.66604349		
	JCP	ON	1.41281952	R\$ 57,750,462.00	
		PN	1.55410147		

Quadro comparativo ações Celesc & índices de mercado

	Fechamento 30/12/2013	DESEMPENHO					ACUMULADO 60 MESES
		VARIÇÃO					
		2009	2010	2011	2012	2013	
CELESC PN	R\$ 17.08	0.57%	13.96%	-4.41%	-20.12%	-31.85%	-34.76%
CELESC ON	R\$ 38.80	-10.42%	16.28%	70.51%	-53.75%	8.14%	-5.77%
IBOVESPA	51,507	82.66%	1.04%	-18.11%	7.40%	-15.49%	37.17%
IEE - Índice de Energia Elétrica	26,250	59.09%	11.98%	19.72%	-11.72%	-8.83%	71.67%

Investimentos

Em 2013, o volume de investimentos do Grupo Celesc foi de R\$ 365,9 milhões, dos quais R\$ 336,5 milhões foram realizados pela subsidiária de distribuição, o que representa 92% do CAPEX total realizado pela Companhia no período, conforme tabela abaixo. Além disso, R\$ 42 milhões foram investidos em ações de eficiência energética no estado, mais de R\$ 9 milhões foram destinados à área ambiental e mais de R\$ 294 milhões a projetos sociais.

EM R\$ MILHÕES	ACUMULADO 12 MESES		
	2012	2013	Var. %
Geração Energia Elétrica	41,9	29,5	-29,6%
Distribuição de Energia Elétrica	353,2	336,5	-4,7%
Total	395,1	365,9	-7,4%

Para 2014, o orçamento destinado a investimentos na distribuição, aprovado pelo Conselho de Administração, é de R\$ 240 milhões, sendo R\$ 180 milhões para obras de ampliação e melhorias do sistema, e o restante, R\$ 35 milhões, serão investidos pela área comercial, principalmente na instalação e modernização dos equipamentos de medição. Para a aquisição de veículos e melhorias nas instalações gerais, além de investimentos em Tecnologia de Informação, serão destinados R\$ 25 milhões.

Já os investimentos em geração devem alcançar o montante de R\$ 45 milhões em 2014, sendo R\$ 7,2 milhões na ampliação e manutenção do parque próprio, atualmente formado por 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas. Os outros R\$ 35 milhões serão destinados às Sociedades de Propósito Específico - SPEs, parcerias em que a Celesc detém (ou poderá vir a ter) participação minoritária.

Vale ressaltar que a SCGás investiu, em 2013, R\$ 14.950 em infraestrutura e serviços relacionados à compensação ambiental, além de R\$ 27,8 milhões em outras ações de infraestrutura. (GRI EC8⁶)

⁶ Celesc Distribuição e Celesc Geração não investem em ações de infraestrutura.

Melhoria dos Sistemas de Telecomunicações

Iniciamos, em 2013, projeto de adequação do uso compartilhado da infraestrutura da rede de distribuição, em conjunto com as empresas de telefonia e de TV a cabo, com ações de retirada de cabos clandestinos e adequação das instalações às normas técnicas da Celesc. Houve ainda a regularização e assinatura de contratos com 42 novas empresas que compartilham os postes, resultando no incremento de R\$ 600 mil por mês no faturamento da Celesc. Para 2014, o maior desafio e compromisso da área de telecomunicações é finalizar a instalação do novo sistema de rádio digital, para garantir uma comunicação eficiente entre CODs e viaturas de emergência, com cobertura plena e ininterrupta.

“A RECEPTIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DO RELACIONAMENTO COM A EQUIPE DA GVT POR PARTE DA CELESC SÃO FUNDAMENTAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM RAPIDEZ E ASSERTIVIDADE, TANTO PARA ENTRADA EM NOVOS MERCADOS COMO PARA A EXPANSÃO NAS ÁREAS EM QUE JÁ ATUAMOS. ALÉM DISSO, O PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA NO FLUXO DE INFORMAÇÃO SOBRE MANUTENÇÃO NOS POSTES PERMITE MAIOR AGILIDADE NO REPOSICIONAMENTO DOS CABOS QUE EVENTUALMENTE ESTEJAM FORA DOS PADRÕES ESTABELECIDOS, GARANTINDO UMA COOPERAÇÃO MÚTUA EM PROL DO CONSUMIDOR FINAL.”

– Silvia Felizardo, da GVT

Plano de Desenvolvimento de Distribuição (GRI EU6)

Em atendimento às exigências da ANEEL, possuímos um Plano de Desenvolvimento de Distribuição (PDD), com previsão de investimentos para os próximos dez anos, na alta tensão, e cinco anos, na média e na baixa tensão. O PDD é elaborado com base no plano de Investimentos para o Sistema Elétrico da concessionária de distribuição, que define as obras necessárias para atender ao crescimento do mercado e aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANEEL.

Em 2012, a Celesc Distribuição estipulou investimentos na ordem de R\$1,1 bilhão para os próximos quatro anos, compreendendo o período da próxima revisão tarifária, até 2015. A

realização desses investimentos permitirá que o crescimento do mercado seja atendido com qualidade, garantindo a disponibilidade de energia para a população.

Além disso, realizamos outros estudos, participamos de discussões públicas, bem como reuniões com lideranças, comunidades e associações comerciais e industriais, e mantemos contato frequente com nossos diversos *stakeholders*, buscando informações para alinhamento sobre as decisões tomadas quanto ao planejamento energético e outros processos que os afetem.

Uma das diretrizes estabelecidas é ser transparente com a população, principalmente quando se trata da realização de investimentos que afetem de alguma maneira a vida das pessoas. A estrutura organizacional da empresa reforça esta aproximação com os *stakeholders*, sendo fortemente descentralizada e com foco no contato direto com os consumidores, sejam eles residenciais, grandes consumidores, como indústrias, ou municípios. Esta estrutura descentralizada atua diretamente com os órgãos públicos e privados, repassando e recebendo informações sobre crescimento futuro e análises sobre o desempenho atual do sistema, que são fatores que servem como base nas tomadas de decisão sobre necessidades e priorização de investimentos.

O planejamento energético e definição de investimentos para distribuir energia aos consumidores catarinenses são baseados em estudos criteriosos, feitos internamente ou envolvendo outros *players* do setor de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica. Nesses estudos, um dos principais aspectos é a previsão do crescimento do consumo de energia elétrica em cada região. Assim, podemos buscar soluções ótimas, que avaliem diversos fatores como menor custo global, minimização do impacto na tarifa para os consumidores, redução e mitigação dos impactos ambientais, redução de perdas, aumento de confiabilidade do sistema, entre outros.

Para investir na distribuição de energia é preciso ter consciência de nossa responsabilidade como um propulsor de desenvolvimento econômico nas regiões onde atuamos e de melhoria da qualidade de vida da população. Conhecemos nossas responsabilidades e nos posicionamos, investindo para prover todos os setores produtivos, bem como seus consumidores residenciais, com uma energia de qualidade, primordial para fazer o estado de Santa Catarina crescer e se desenvolver. (GRI EU19)

Redução da Inadimplência

O indicador de inadimplência corrente do consumidor da Celesc, referente às contas em atraso de 31 a 90 dias, registrou queda ao longo do ano de 2013. Em dezembro, atingiu o valor de R\$ 25,5 milhões, chegando ao índice de 0,48%, sendo que, em março do mesmo ano o valor estava em R\$ 39,5 milhões, com índice de 0,54%. A mudança de critérios para inclusão de clientes inadimplentes no Serasa, a política de parcelamentos e, principalmente, o trabalho das Agências Regionais foram as principais causas desta forte diminuição.

Em 2013 também foram efetuados 398.066 desligamentos residenciais por falta de pagamento, conforme tabela a seguir: (GRI EU27)

Cortes efetuados por inadimplência

	Qtd Executada	Qtd executada acima do prazo máximo (violada)
Religação imediata comum urbano (prazo máx.24 horas)	86.041	832
Religação imediata comum rural (prazo máx. 48 horas)	8.355	60
Religação imediata urgente urbana (prazo máx. 4 horas)	223.782	2848
Religação imediata urgente rural (prazo máx. 8 horas)	16.917	87

Novos Negócios em Geração

Em 2013, a chamada pública para formação de parceria para empreendimentos de geração também obteve resultados bastante positivos, captando, no total, 48 empreendimentos, com potencial de geração de 1,5 GW. Finalizada em outubro de 2013, a chamada despertou o interesse de empreendimentos voltados a diversas fontes de geração de energia: 24 projetos de fontes eólicas (1156 MW), 22 PCHs (260 MW) e duas térmicas a gás (84 MW). Além de obter resultados como sócia dos empreendimentos, a Celesc Geração pretende comprar a energia para revender no mercado livre, o que potencializará o retorno financeiro desses investimentos.

Também buscamos negócios com foco em projetos associados a novos segmentos, em especial os que englobam quatro linhas de serviços sinérgicos à expertise da Celesc: iluminação pública, eficiência energética, telecomunicações e serviços financeiros. Com isso, a Diretoria de Geração espera contribuir significativamente com outras receitas para o grupo Celesc, diversificando os ramos de atuação e garantindo a perenidade da empresa.

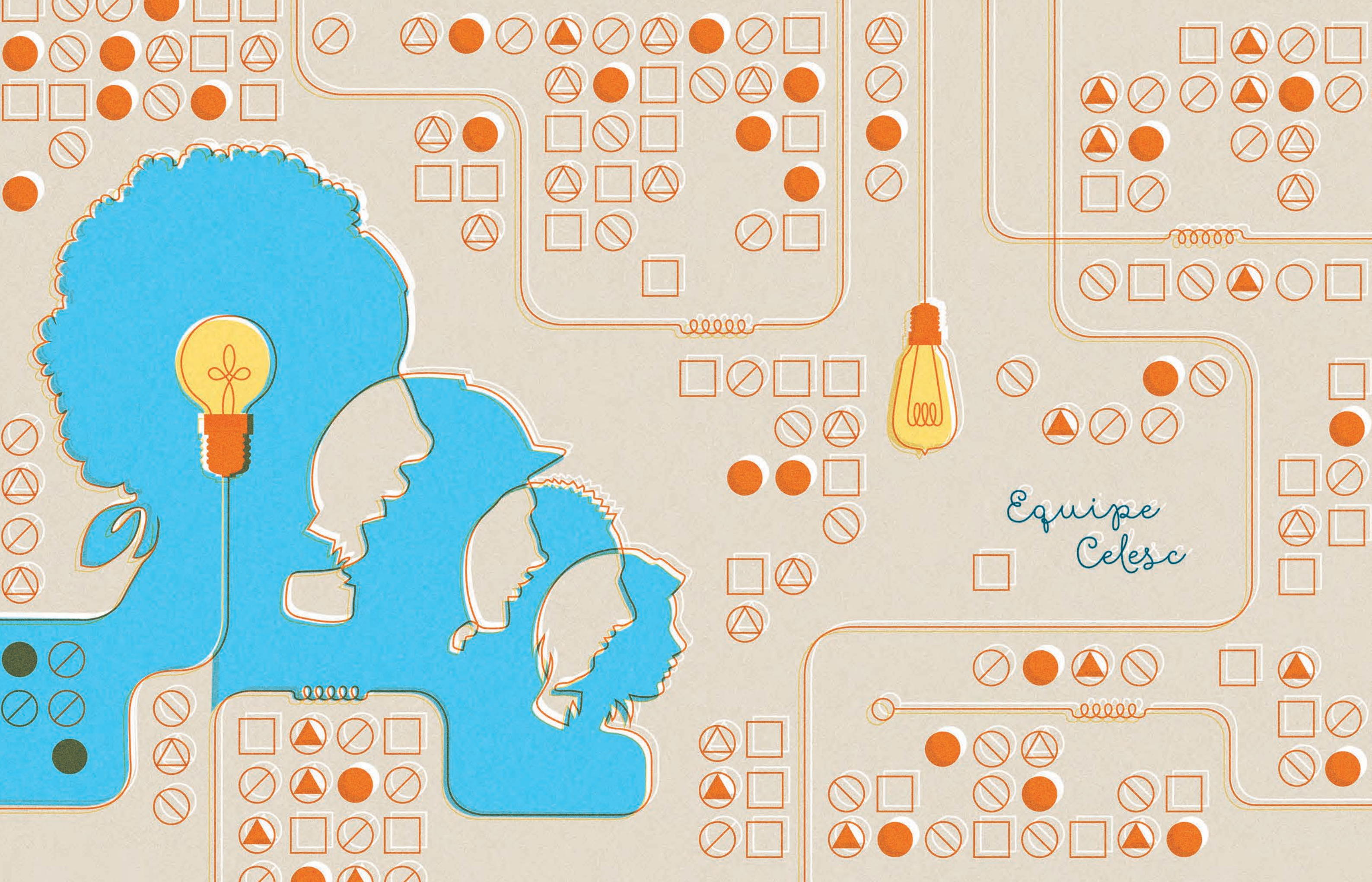
Comercialização de Energia

A implantação da plataforma eletrônica para os leilões de energia da Celesc, em 2013, representou um grande avanço no que diz respeito ao processo de comercialização de energia. Além de garantir maior confiabilidade nos lances e mais transparência ao processo público de leilão de compra e venda de energia, a plataforma promove maior ganho real financeiro.

E para aperfeiçoar os processos de controle e de contabilização dos contratos de energia da Companhia, está em fase final de implantação o Sistema Ágilis, tecnologia que oferece uma forma mais prática, confiável e automatizada de registro dos contratos.

Vale lembrar que, em 2013, a Celesc Geração se configurou na condição de comercializadora, quando iniciou as primeiras operações no mercado livre, fazendo a representação junto à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) dos clientes livres, 100% atendidos pelo Grupo Celesc, inclusive com a administração de seus portfólios de contratos.

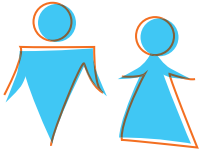




*Equipe
Celesc*

NA CELESC, ACREDITAMOS NO POTENCIAL DE CADA INDIVÍDUO E NO TRABALHO EM CONJUNTO. POR ISSO, A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS E O COMPROMETIMENTO FAZEM PARTE DE NOSSAS DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS.

EQUIPE CELESC



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (GRI LA1) (ANEEL 1.3.4)

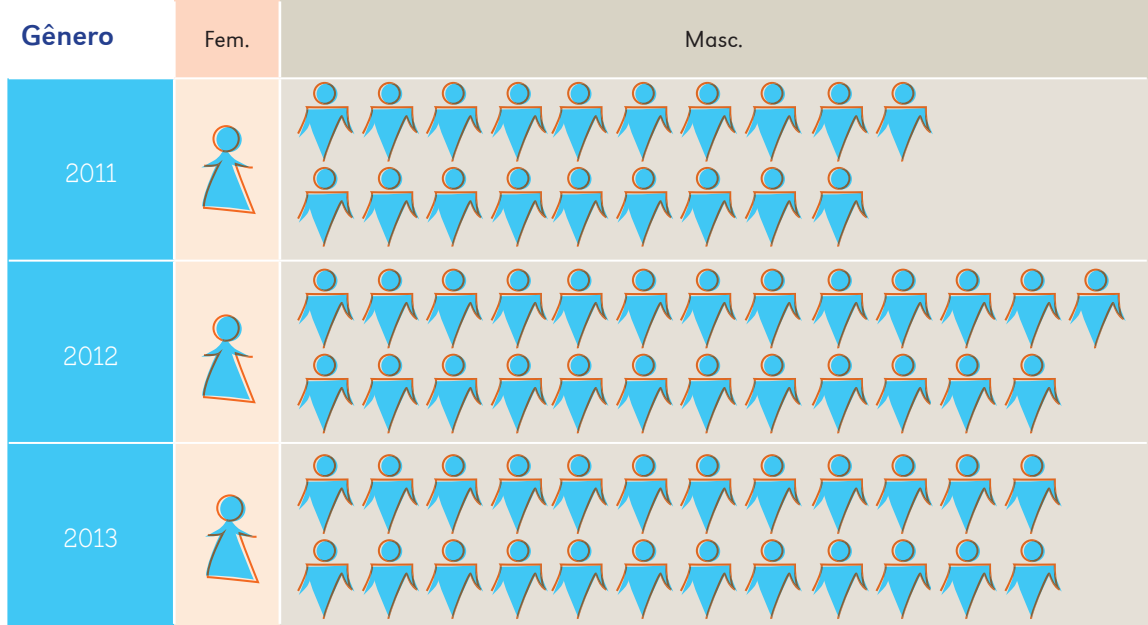
Total de empregados	2011		2012		2013	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Próprio	624	3.007	603	2.922	473	2557
Contratado	93	84	143	69	175	101

Empregados por categoria funcional	2011		2012		2013	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Gerente	92	322	104	326	98	302
Cargo com nível superior	74	208	75	222	77	217
Cargo sem nível superior	458	2.477	424	2.374	298	2.038

Empregados por faixa etária	2011		2012		2013	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Abaixo de 30 anos	63	183	48	149	40	205
Entre 30 e 50 anos	417	1975	395	1851	346	1651
Acima de 50 anos	144	849	160	922	87	701

(GRI LA13)

Composição dos órgãos de governança corporativa



Composição dos órgãos de governança corporativa

Faixa etária	2011	2012	2013
Abaixo de 30 anos	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	6	10	9
Acima de 50 anos	14	16	16

Grupos minoritários	2011	2012	2013
Pessoas com deficiência	0	0	0
Mulheres	1	1	1
Acima de 50 anos	14	16	16
Negros, Amarelos, Pardos, indígenas	2	2	2

Em dezembro de 2013, contávamos com 3.030 empregados próprios, sendo 473 mulheres e 2.557 homens, além de 276 estagiários, todos no estado de Santa Catarina, região Sul do País. Desse total, 45 pessoas, sendo cinco mulheres e 40 homens, prestam serviço para a Celesc Geração. (GRI LA1)

Os empregados são abrangidos, em sua totalidade, por Acordo Coletivo de Trabalho, garantindo estabilidade ao nosso quadro funcional, que normalmente tem um baixo índice de rotatividade. Porém, o ano de 2013 foi atípico nesse sentido, em função do Plano de Demissão Voluntária instituído em 2012.

O plano ofereceu o pagamento de incentivo financeiro de até 60 meses para os empregados com mais de 19 anos de empresa, prestes a se aposentar. Com isso, entre o período de janeiro e junho de 2013, 535 empregados se desligaram da Celesc e um novo Concurso Público abriu vagas para diversos cargos, gerando uma taxa de rotatividade atípica na Companhia. (GRI LA2; LA4; LA11)



“É MUITO GRATIFICANTE TRABALHAR NA CELESC E SABER QUE COM NOSSAS ATIVIDADES GERAMOS ENERGIA E MELHORAMOS A VIDA DE TODA A POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA, MOVIMENTANDO A ECONOMIA, GERANDO EMPREGOS E RENDA AOS CATARINENSES. O ESPÍRITO DE EQUIPE ENTRE OS EMPREGADOS TAMBÉM MOTIVA A TODOS PARA QUE DESEMPENHEM SUAS FUNÇÕES DE MANEIRA ORQUESTRADA, ORGANIZADA, VISANDO À AGILIDADE E À EFICIÊNCIA EM NOSSAS ATIVIDADES. HÁ UM COMPANHEIRISMO GRANDE ENTRE OS EMPREGADOS, O QUE FACILITA O TRABALHO E O TORNA PRAZEROSO.”

Leonardo Contin da Costa, faz parte da equipe Celesc há oito anos e atua na área jurídica





Taxa de rotatividade

Faixa etária	2011	2012	2013
18 a 25 anos	3,8%	0,0%	1,07%
26 a 30 anos	3,5%	1,1%	1,16%
31 a 40 anos	2,4%	1,9%	1,22%
41 a 50 anos	0,5%	3,6%	3,02%
51 a 60 anos	3,2%	19,8%	6,24%
>60anos	15,9%	20,0%	0,51%

Gênero		
	2011	1,9%
2012	9,5%	7,8%
2013	2,18%	11,4%

Taxa de admissões

Faixa etária	2012	2013
18 a 25 anos	81,8%	2,11%
26 a 30 anos	10,1%	2,01%
31 a 40 anos	2,0%	2,15%
41 a 50 anos	0,3%	0,3%
51 a 60 anos	0,0%	0,03%
>60anos	0,0%	0,03%

Gênero		
	2012	1,0%
2013	0,5%	6,14%

O processo de admissão na Celesc se dá por Concurso Público, o que não permite favorecer contratações locais. Atualmente, todos os gerentes regionais pertencem ao quadro de empregados efetivos e são provenientes de suas regiões. O Diretor de Regulação e o Diretor Comercial também são empregados de carreira da empresa, enquanto o Diretor Comercial é eleito pelos empregados por meio de processo democrático previsto em estatuto. (GRI EC7)

CONTRATAÇÃO LOCAL DE MEMBROS DA ALTA GERÊNCIA⁷ 2013

VALOR

Número total de empregados da alta gerência considerados provenientes de comunidades locais (Qtde) ...	17
Número total de empregados ocupando cargos de alta gerência (Qtde)	18
Porcentagem de empregados de alta gerência considerados provenientes de comunidades locais (%) ...	94,44%

Para melhorar a comunicação interna e fortalecer os princípios e normas da Companhia, lançamos, em 2013, o manual técnico para novos empregados, que traz diretrizes, procedimentos e outras informações aos novos integrantes da equipe, de forma lúdica e ilustrativa. Com isso, já foi possível notar uma significativa diminuição de chamadas telefônicas para atender a dúvidas ou questionamentos internos.

AMBIENTE ATRATIVO (ANEEL 4.1)

Acreditamos que uma equipe motivada trabalha com mais satisfação e qualidade de vida. Por isso, promovemos um ambiente organizacional envolvente e atrativo, seja por meio de ações motivacionais, remuneração adequada ou benefícios diferenciados. Realizamos Pesquisa de Clima Organizacional a cada dois anos. Na última edição, realizada em 2012, observou-se um aumento de 8,5% no índice de satisfação dos empregados em relação à pesquisa anterior.

Plano de Cargos e Salários

Por se tratar de uma Companhia de natureza pública, a ascensão de cargos na Celesc se dá exclusivamente por concurso público. No entanto, nossa Política de Recursos Humanos inclui um Plano de Cargos e Salários que prevê progressões salariais por tempo de trabalho e merecimento, ano a ano, alternadamente.

O plano foi construído com a participação de representantes dos sindicatos e instituído em 2006. Os critérios de merecimento estão definidos com base na maturidade profissional, e são considerados os seguintes fatores: Avaliação de Desempenho, Formação Profissionalizante, Formação Escolar, Treinamento e Atividades Corporativas. Todos os empregados ativos e efetivos há mais de 90 dias na empresa e aqueles sem afastamento por mais de 270 dias no período recebem avaliação de desempenho. (GRI LA12)

⁷ Na Administração Central, para os cargos de alta gerência, foram considerados os Diretores. As Agências Regionais foram consideradas como unidades operacionais importantes, devido à sua relevância.

Remuneração

São realizadas, periodicamente, pesquisas salariais de mercado por cargo e função, a fim de manter atualizados os nossos salários, sempre atentando para os limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL e mantendo os critérios de concessão.

Os valores dos salários são divulgados por meio do Edital de Concurso Público, que promove a diversidade, não discriminando cor, raça, credo, idade ou sexo. Além disso, é garantida a reserva de vagas a pessoas com deficiência ou em condições paritárias.

Em 2013, apenas 3,83% dos empregados possuíam remuneração baseada nas regras do salário mínimo local (R\$ 835,00). O menor salário masculino foi de R\$ 1.207,88, o que representa 178% do valor do salário mínimo, e o menor salário feminino foi de R\$ 1.681,94, representando 248% do salário mínimo. (GRI EC5)

De acordo com o Plano de Cargos e Salários, disponível no *website* da empresa, não há distinção de salários entre homens e mulheres, e não há discrepância salarial ou na quantidade de empregados dos diferentes gêneros nas atividades ligadas a áreas administrativas. No entanto, o quadro funcional da empresa é composto, em sua maioria, por empregados masculinos, muitos deles realizando atividades em área de risco, e, portanto, recebendo adicional de periculosidade. Ao mesmo tempo, as mulheres estão, em maioria, alocadas em atividades administrativas. Por isso, é possível perceber uma pequena variação nos salários, conforme tabela a seguir. (GRI LA14)

Salário base por gênero e categoria funcional

CARGO	2011	2012	2013
Sem nível superior - Fem.	3.480,25	3.670,70	3.648,91
Sem nível superior - Masc.	3.225,18	3.406,08	3.380,94
Com nível superior - Fem.	6.223,24	6.223,53	5.846,43
Com nível superior - Masc.	7.121,39	7.036,55	6.000,15
Gerencial - Fem.	4.041,24	4.252,06	4.457,39
Gerencial - Masc.	5.608,77	5.936,68	5.510,32



Remuneração em Altos cargos de Governança

Estabelecemos a remuneração de nossos diretores é estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas, assim como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cujo valor é variável, vinculado ao cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão. Tal contrato é a ferramenta utilizada para firmar os compromissos e metas estabelecidas pelo Conselho à Diretoria, e permite medir, comparar e avaliar o desempenho e o cumprimento dos indicadores acordados.

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal também são estabelecidos por Assembleia Geral, e hoje representam, respectivamente, 20% e 15% do valor da média mensal da remuneração atribuída a cada integrante da Diretoria Executiva. (GRI 4.5)

Benefícios

Os benefícios oferecidos para todos os empregados, independente da carga horária e do cargo ocupado, são firmados por meio do Acordo Coletivo de Trabalho e incluem: anuênio, gratificação por 25 anos de trabalho, auxílio a empregados que tenham dependentes com deficiência, auxílio aos empregados com deficiência, jornada especial de trabalho aos empregados que possuem dependentes com deficiência, auxílio-enfermidade, auxílio-médico e odontológico, um dia de licença para realização de exames preventivos, Programa de Reabilitação e Readaptação Profissional, Programa de Preparação para a Aposentadoria, Programa de Prevenção e Tratamento de Alcoolismo e outras Dependências Químicas, seguro de vida e de invalidez, custeio de despesas com acidente em serviço e outras doenças, auxílio-funeral, auxílio para empregado estudante, auxílio-alimentação, auxílio-alimentação de Natal, além da gratificação adicional de férias aos empregados com mais de cinco anos de empresa, licença-prêmio, auxílio-babá/creche, participação nos lucros e resultados, previdência privada, horário flexível e outros. A empresa reconhece como dependente o companheiro ou companheira resultante da união homoafetiva, desde que comprovada união estável nos termos da legislação previdenciária. (GRI LA3) (ANEEL 4.1)



Previdência

Também oferecemos planos previdenciários e assistenciais para nossos empregados e beneficiários. Os planos são administrados pela Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS), promovendo a segregação dos fundos garantidores dos benefícios em relação aos recursos da Companhia.

No ano de 2013, o valor total contribuído pela patrocinadora para o plano de pensão foi de R\$ 31,3 milhões e pelos participantes foi de R\$ 46,9 milhões, o que equivale

a 40,06% e 59,94% do total das obrigações do plano de pensão, respectivamente. A taxa de contribuição é de 10,14% do salário, sendo paritária entre empregado e empregador. (GRI EC3)

A Celos também oferece benefícios como os planos assistenciais CELOS Saúde e CELOS Saúde Agregados, promovendo ações preventivas que resultam em uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Desenvolvimento

Oferecemos à nossa equipe apoio financeiro para capacitação ou formação externa, assim como cursos internos. Em 2013, foram 87.379 horas de treinamentos, alcançando uma média de 29 horas por empregado, sendo 35 horas no caso das mulheres e 28 horas no caso dos homens. Ao analisar os dados por categorias funcionais, a média de horas foi de 47 para o grupo Universitário, 23 Administrativo, 37 Técnico e 21 para o grupo Operacional.

(GRI LA10; EU14)⁸

• PROGRAMA AUXÍLIO ESTUDANTE

O programa oferece bolsas de estudo para cursos de ensino fundamental, médio, com nível técnico e também para ensino superior. Em 2013, foram atendidos 58 empregados, com um investimento de quase R\$ 318 mil.

• PROGRAMA AUXÍLIO CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Incentivamos o desenvolvimento de nossa equipe e oferecemos auxílio para cursos de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado. No último ano, o programa contemplou 51 empregados, com um investimento de mais de R\$ 353 mil.

• EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Também são oferecidos cursos à distância a todos os empregados da Celesc Distribuição e seus dependentes. Em 2013, foram 345 empregados contemplados, com carga horária total de mais de 19 mil horas, além de seis dependentes, com 385 horas, e dois estagiários, com 52 horas de treinamento. O investimento total foi de mais de R\$ 282 mil.

Encerrando Ciclos

Sabemos que o encerramento de um determinado ciclo de vida e a adaptação para uma nova realidade podem representar grandes desafios para muitas pessoas. Por isso, oferecemos programas de apoio à transição para empregados que estão se aposentando ou foram demitidos, incluindo assistência na transição para uma vida sem trabalho, indenização por demissão levando em conta idade e tempo de serviço, planejamento de pré-aposentadoria para quem pretende se aposentar e capacitação para aqueles que pretendem continuar trabalhando.

Em 2013, para atender à demanda dos inscritos no Programa de Demissão Voluntária ou em via de aposentadoria, contamos com 36 empregados capacitados, que atuaram como facilitadores por meio do Programa VIVA - Vivendo e Valorizando a Aposentadoria. O programa oferece aos empregados que estão se desligando da empresa, dinâmicas em grupo com o tema "Encerrando ciclos", que contaram com 520 participantes durante o ano. (GRI LA 11)

⁸ No levantamento estatístico, foram consideradas as horas cadastradas no Banco de Dados SAP, incluindo apenas treinamentos finalizados em 2013.

Ao analisar nosso quadro funcional, percebemos que estão aptos a se aposentar nos próximos cinco anos 3,59% dos empregados do grupo Operacional, 3,89% do grupo Administrativo, 2,04% do grupo Técnico e 1,64% do grupo Universitário. Dos empregados ocupando cargo gerencial, 1,35% podem se aposentar nesse período; 1,64% daqueles que possuem cargos com exigência de nível universitário e 11,18% dos que estão em cargos que não possuem tal exigência.

Já para supostas aposentadorias em 10 anos, são 12,60% de empregados do grupo Operacional, 7,48% do grupo Administrativo, 6,69% do grupo Técnico e 2,73% do grupo Universitário, ou 4,22% dos empregados em cargos gerenciais, 2,73% em cargos com exigência universitária e 31,70% dos que estão em cargos sem exigência de nível universitário. (GRI EU15)



Programa Incentiva Inclusão e Acessibilidade

Existe, em Santa Catarina, mais de um milhão de pessoas portadoras de necessidades especiais. Sabemos que, frequentemente, a inclusão social desses indivíduos pode ser dificultada por barreiras físicas ou comportamentais. Atentos a essa realidade, criamos em 2013 o Programa Incentiva, que promove a inclusão e a acessibilidade dessas pessoas, sejam empregados Celesc ou consumidores.

Por meio do programa, demos início a obras para facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais nas instalações da Companhia e nas lojas de atendimento, incluindo soluções arquitetônicas e urbanísticas. Também promovemos ações de sensibilização e comunicação, que incluem seminários, cursos e sistema de divulgação interna e externa, entre outras ações. Com isso, reforçamos nossa atuação responsável e inclusiva perante a sociedade.

SAÚDE E SEGURANÇA

Para garantir que nossos trabalhadores tenham saúde e segurança em suas atividades, incluímos em nosso Acordo Coletivo cláusulas que abordam os seguintes temas: área de risco, despesas com acidentes, eleições na CIPA, exames ocupacionais, política de segurança, saúde e medicina do trabalho e princípios básicos de segurança.

As normas devem ser observadas por empregados e contratados, conforme previsto nas Diretrizes de Segurança e Saúde do Trabalho, assim como a legislação pertinente. Além disso, em 2013, aplicamos R\$ 1,44 milhão na aquisição de equipamentos de proteção individual destinados a novos eletricitistas, técnicos e engenheiros e contamos com 39 comitês de saúde e segurança ocupacional, 29 CIPAs e 10 comitês locais relacionados às normas reguladoras do setor elétrico. (GRI LA9; LA6)

Graças a nossos esforços para manter um ambiente seguro de trabalho, conseguimos reduzir a taxa de doenças e acidentes com afastamento em 13%, em comparação a 2012, tendo registrado um total de 85 ocorrências, representando uma taxa de frequência de 1,79. Infelizmente, dentre esses acidentes, ocorreu uma fatalidade com empregado contratado, o que nos leva a considerar ainda mais nossa responsabilidade com relação a nossos fornecedores. (GRI LA7)

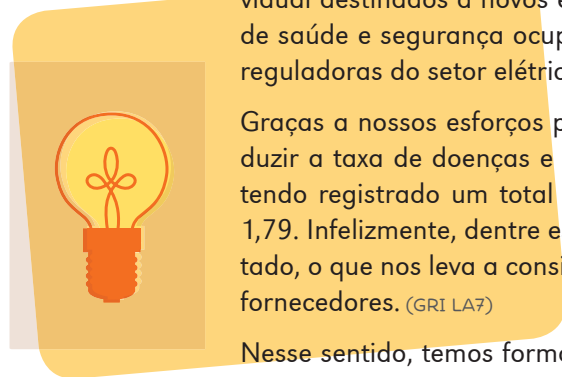
Nesse sentido, temos formalizadas as Diretrizes de Segurança para Fornecedores, que regulamentam os critérios e padronizam os procedimentos de segurança e saúde para nossos parceiros. E para garantir que tais diretrizes sejam seguidas, realizamos, com regularidade, inspeções de segurança, acompanhando periodicamente os trabalhos das equipes de campo e/ou contratadas para serviços como manutenção, construção, atendimento de emergência e comercial, trabalho em espaço confinado e atuação em locais como usinas, subestações, laboratórios, oficinas e áreas administrativas. (ANEEL 4.2.2)

Durante as inspeções são avaliados aspectos como atitudes inadequadas, procedimentos que desrespeitam os padrões de segurança recomendados para a execução dos trabalhos e a existência de trabalhadores menores de idade ou forçados.

Treinamentos em Segurança

Para atender à legislação do setor e promover o conhecimento de nossas diretrizes e normas de segurança, promovemos treinamentos específicos em temas relacionados à segurança de nossa equipe. Em 2013, tivemos a participação de 90% dos empregados próprios em treinamentos de segurança, qualidade de vida e bem-estar. (GRI EU18)

Os trabalhadores próprios da área administrativa recebem capacitação em saúde e segurança durante eventos como a SIPAT ou quando envolvidos em comissões de saúde e segurança, a exemplo da CIPA. Em 2013, foi realizada a reciclagem sobre a norma NR10- Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, abrangendo, especialmente, questões comportamentais e legais; o Encontro dos Profissionais de Segurança e o primeiro Rodeio Estadual dos Eletricitistas da Celesc, que premia traba-



lhadores e inclui atividades relacionadas ao tema. Também foi proposta a implantação de um sistema de gestão de segurança e de uma reestruturação dos setores de Segurança do Trabalho nas regionais.

Além disso, todas as empresas contratadas para o desenvolvimento de obras e serviços são exigidas quanto ao cumprimento das normas de segurança e seus respectivos treinamentos, tais como a NR-10 e NR-35, exigidas por lei entre empresas do setor elétrico. Normalmente, os treinamentos são fornecidos internamente, por instrutores da própria organização, em salas de aula e campos de treinamento próprios. (GRI EU16)



BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

Estamos atentos à qualidade de vida de nossos empregados, seja no ambiente de trabalho ou em sua vida pessoal e familiar. Por isso, mantemos uma Política de Bem-Estar que prevê o desenvolvimento de ações concretas e integradas para a promoção, prevenção e preservação da saúde dos empregados, entendendo a saúde como bem-estar físico, mental e social.

Em 2013, foram realizadas campanhas preventivas sobre DST/HIV/AIDS, campanha contra gripe com imunização de 2.052 empregados, levantamento do absenteísmo na empresa, evento do dia internacional da mulher e dia das mães, bem como campanhas e palestras, além da campanha do Outubro Rosa (em combate ao câncer de mama e útero) e Novembro Azul (em combate ao câncer de próstata).

Durante o último ano, todos os programas também foram revisados, atualizados e readequados à atual realidade da empresa, para que supram as necessidades levantadas pelos indicadores de saúde utilizados como ferramentas para medir o índice de satisfação e motivação dos empregados, como o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a Pesquisa de Clima Organizacional e o índice de absenteísmo. (GRI LAB8)

Programa Qualidade de Vida

O Programa Qualidade de Vida, existente desde 2006, realiza diversos projetos e ações de promoção da saúde e bem-estar, incluindo aconselhamento, prevenção e tratamentos para empregados e seus familiares, além de atividades de educação e treinamento para empregados.

- **Projeto Ginástica Laboral:** desde 2007, objetiva prevenir doenças ocupacionais (LER/DORT), reduzir o sedentarismo, o estresse, a ansiedade, melhorar a flexibilidade, a coordenação motora, auxiliar no aumento da autoestima e melhorar o relacionamento interpessoal;
- **Programa de Atendimento ao Empregado - PAE:** desde 1978, o programa oferece acolhimento, informação, orientação e encaminhamento, demonstrando a preocupação da empresa com seu público interno. Em algumas regionais o trabalho é realizado por assistentes sociais;
- **Campanha de Vacinação contra a gripe:** realizada anualmente desde 2008, previne o contágio entre os empregados e evita afastamentos desnecessários. Em 2013 foram vacinados 2.052 empregados, sendo investidos mais de R\$ 56,6 mil;
- **Programa de Reabilitação e Readaptação Profissional:** realizado desde 1996, objetiva a assistência de reeducação e readaptação profissional em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Visa proporcionar ao empregado em auxílio doença ou na ativa, incapacitado total ou parcialmente para o trabalho, os meios indicados para sua integração ou reintegração ao trabalho, como também agilizar e solucionar os processos, com ou sem auxílio doença, junto ao INSS, além de contemplar os casos em que não há indicação de afastamento, mas necessita de readapta-



ção e que geralmente são encaminhados para o benefício, gerando afastamentos de empregados e custos desnecessários;

- **Projeto Ciclo de Palestras:** realizado desde 2006, traz temas variados sobre saúde e qualidade de vida para os empregados Celesc, incluindo, em 2013, palestras sobre o dia internacional da mulher, saúde do homem, temas motivacionais e atividade física;
- **Projeto DST/HIV/AIDS:** em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, garante o direito de todo o empregado à informação e que todo o indivíduo Soro Positivo ou com AIDS seja tratado com respeito e dignidade e tenha seus direitos garantidos. Desde 2005, são realizadas ações que destacam a importância do tema, tais como: campanhas informativas, distribuição de preservativos, Dia Nacional de Prevenção ao HIV/AIDS no Local de Trabalho, Dia Internacional de Luta contra AIDS e outras;
- **Eventos realizados em datas especiais:** Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial do Trabalho, Saúde do Homem, Dia dos Pais e Festa de Natal.
- **Dia para Exames Preventivos:** todos os empregados da Companhia têm direito a um dia de licença por ano para a realização de exames preventivos;
- **Jogos:** realizados e organizados anualmente, desde 1988, pela ABCElesc, a promoção de eventos esportivos promove integração, confraternização, lazer e entretenimento, além de incentivar a prática desportiva;
- **Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e outras Dependências Químicas – PPTAD:** criado em 1994 com o objetivo de prevenir a dependência química, recuperar e tratar os empregados que fazem uso de substâncias químicas, o programa contribui para a reinserção dessas pessoas no contexto social, do trabalho e da família, melhorando suas condições de saúde, bem-estar, segurança e produtividade. Abrange todos os empregados, aposentados, pensionistas e empregados que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDV e, em Concórdia, incluiu também a comunidade local. Oferece atendimento familiar, psicoterapia individual e familiar, visitas domiciliares e hospitalares, internação em clínicas especializadas e Grupos de Apoio Terapêuticos, como o Grupo de Ajuda Mútua - GAM (reuniões semanais dentro das dependências da Celesc Distribuição, sob orientação de um profissional especializado);
- **Projeto de Prevenção e Tratamento do Tabagismo – PPTT:** desde 2007, o projeto oferece avaliação médica e psicológica, bem como apoio por meio de terapia individual ou grupal, com o objetivo de prevenir e tratar o tabagismo. O projeto conta com o Grupo de Apoio terapêutico -Tabagismo e Outras Compulsões – GAT, que é dirigido a todos os empregados interessados e seus familiares. Em 2013, foram investidos R\$ 96,5 mil para um total de 42 participantes, sendo nove familiares, quatro empregados aposentados.
- **Campanha Outubro Rosa:** a Celesc aderiu à campanha do dia mundial de prevenção do câncer de mama, incluindo diversas ações na empresa.
- **Campanha Novembro Azul:** a Companhia também aderiu à campanha do dia mundial de combate ao câncer de próstata.



“A CELESC É UMA MÃE PARA MIM!
GOSTO DAS PESSOAS E AS TRATO DE FORMA IGUAL
E IGUALMENTE SOU BEM TRATADA. É SENSACIONAL
TRABALHAR AQUI, COM MEU SALÁRIO CRIEI MEUS
FILHOS E HOJE CRIO OS MEUS NETOS.”
Alvacir Martins Cândido,
66 anos, 26 de Celesc, copeira.

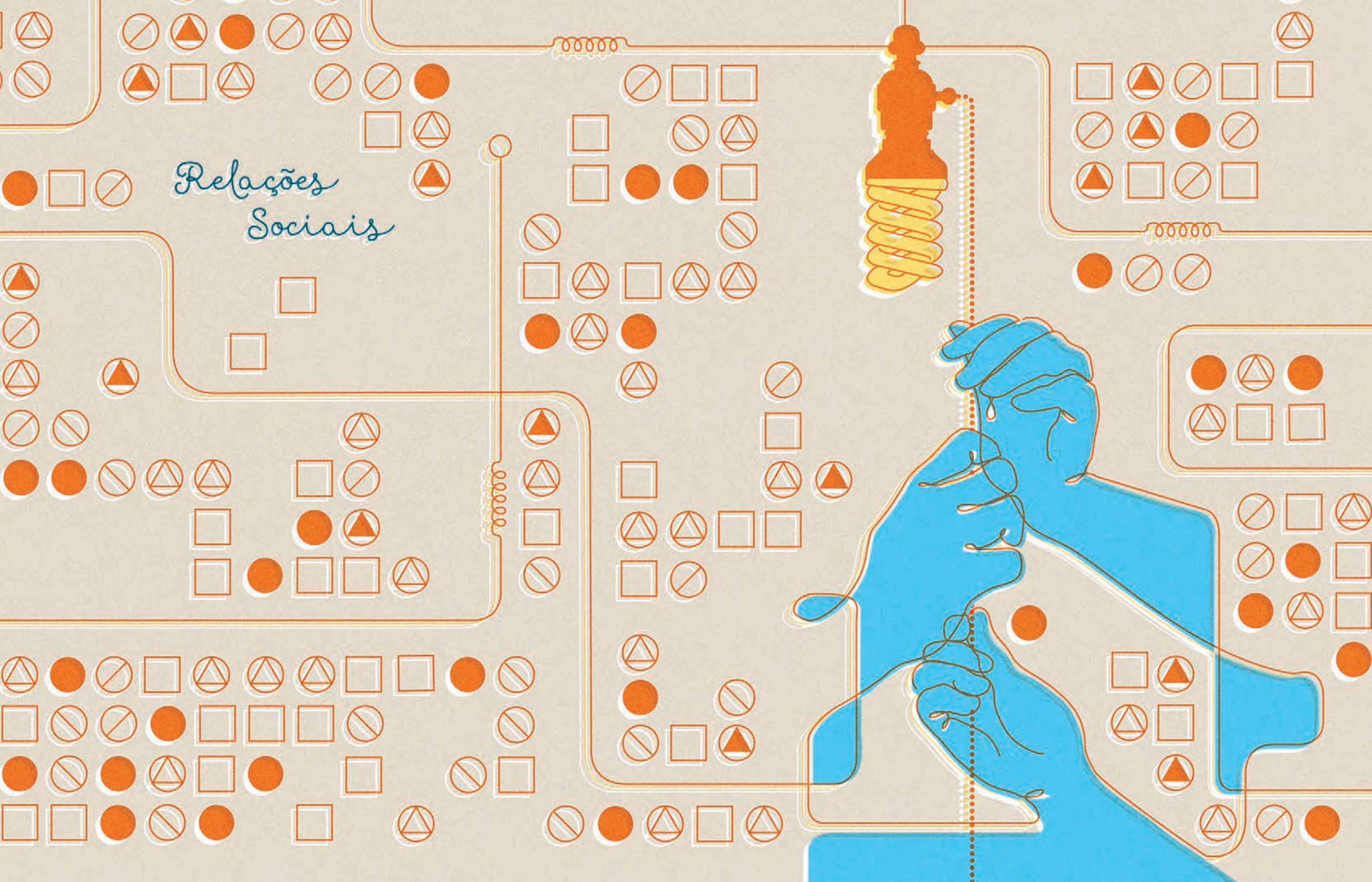
Projeto Nutricional

Após a realização do Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida, percebemos a necessidade de ações preventivas em relação a hábitos alimentares mais saudáveis dentro da Companhia, uma vez que foi identificado número significativo de empregados com sobrepeso e obesidade e/ou com outros fatores de risco, como diabetes, hipertensão, entre outros.

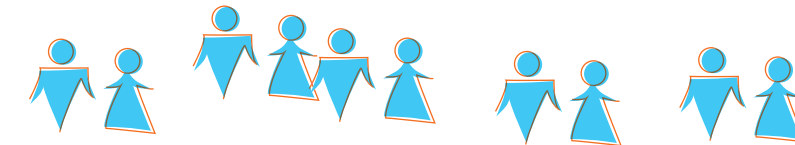
Como consequência, implantamos o Projeto Nutricional, que visa orientar os empregados com relação a mudanças de hábitos para uma alimentação saudável, por meio de consultas nutricionais e outras ações.

Em 2013, as consultas individuais foram direcionadas aos empregados que exercem atividades em altura, que tenham obesidade, sobrepeso ou outros fatores de risco. O atendimento é feito por meio de avaliação e encaminhamento do médico do trabalho. Até setembro de 2013, foram atendidos em consulta e acompanhamento nutricional 15,44% do total de trabalhadores operacionais, com investimentos de mais de R\$ 55 mil. A partir de 2014, o projeto será ampliado para os empregados dos demais cargos da empresa.

Relações
Sociais



RELAÇÕES SOCIAIS



Atender à demanda social por energia é nosso primeiro e maior objetivo. Ao mesmo tempo, procuramos ir além desse serviço, desenvolvendo, desde 2003, projetos que priorizam a inclusão de pessoas e o respeito ao meio ambiente, buscando a construção de alternativas reais de desenvolvimento humano e social, aliando as necessidades da empresa aos interesses das comunidades dos locais onde atuamos.

Em 2013, reformulamos nossa Política de Responsabilidade Socioambiental com o objetivo de torna-la ainda mais coerente com as demandas da sociedade e do nosso negócio. Nossas diretrizes estão baseadas na contribuição para o desenvolvimento sustentável das localidades onde atuamos, incluindo a saúde e o bem estar da sociedade; promoção do diálogo e da interação com nossas partes interessadas, com base na transparência; respeito aos direitos humanos e à legislação e gerenciamento de impactos socioambientais, sempre buscando a melhoria contínua em nossas atividades, com base nas premissas da NBR 16.001:12.

No último ano, nossas operações promoveram programas de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento, incluindo ações relacionadas a cultura, educação, saúde e saneamento, esporte, segurança alimentar e outras, totalizando mais de R\$ 294 milhões de investimentos. Os principais programas da Celesc nesse sentido estão descritos a seguir. (GRI SO1)

COMUNIDADES (ANEEL 4.2.3)

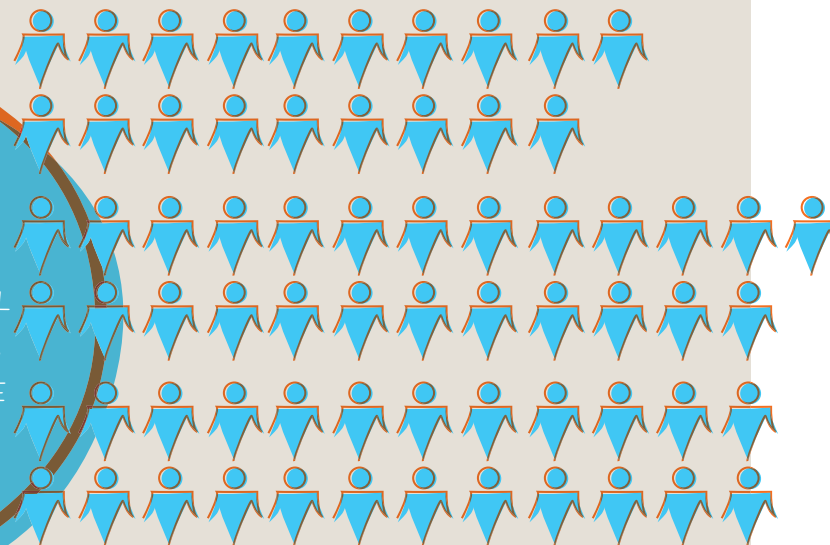
Entendemos que estamos inseridos nas comunidades onde atuamos, compartilhando seus desafios, dificuldades e oportunidades. Assim, o diálogo com a sociedade é constante e intrínseco a nossas atividades. A cada novo empreendimento, é necessário um contato direto com a comunidade atingida a fim de dirimir qualquer tipo de dúvida e esclarecer questões como os riscos em decorrência de campo eletromagnético ou desapropriações. (GRI SO9)

Em situações de risco social, procuramos soluções que ofereçam oportunidade de desenvolvimento, especialmente entre jovens, por meio de programas e projetos que promovam um crescimento social e econômico sustentável no longo prazo.

Preocupados em bem atender as expectativas dos públicos com os quais nos relacionamos, também buscamos estimular nossa equipe para que participem da construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável. Afinal, ao participar de programas desta natureza, são descobertas novas potencialidades e visões de mundo, promovendo a construção de uma sociedade justa, inclusiva e solidária.

Nesse contexto, realizamos, em 2013, 52 iniciativas voltadas para o desenvolvimento da cidadania, representando um aumento de 372,72% em relação ao ano anterior. Foram investidos no ano R\$3.993 em recursos publicitários destinados a tais campanhas, sendo 12,28% utilizando incentivos fiscais. (ANEEL 4.2.4)

NOSSO NEGÓCIO É SERVIR À SOCIEDADE CATARINENSE E ACREDITAMOS QUE É POSSÍVEL FAZER ISSO DE FORMA JUSTA E RESPONSÁVEL, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NAS REGIÕES ONDE ATUAMOS.



Programa Jovem Aprendiz

O programa prevê a preparação de jovens para o primeiro emprego, a partir da experiência prática no trabalho, trazendo esperança para o futuro de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em uma parceria com o Ministério Público, que indica jovens com idade entre 14 e 16 anos, prioritariamente egressos de casas-lares e famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, absorvemos em nossas unidades de negócio, em 2013, cerca de 170 aprendizes.

Os participantes passam 12 horas semanais na Celesc, colocando em práticas o que aprendem nas entidades âncoras, onde passam oito horas semanais. Também recebem meio salário mínimo, vale transporte, vale alimentação, seguro de vida, 13º salário, férias e assistência social e psicológica.



"A AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROÍM FOI BENEFICIADA COM ALGO QUE VAI ALÉM DA ESTRUTURA FÍSICA: O APOIO, O CARINHO E A ATENÇÃO DE UMA EQUIPE QUE APOSTOU EM NOSSO TRABALHO E QUE NOS INCENTIVOU A ACREDITAR QUE AINDA É POSSÍVEL FAZER A DIFERENÇA. FOMOS MOTIVADOS A ENFRENTAR OS DESAFIOS, A ACREDITAR QUE SEMPRE HÁ ESPERANÇA, UM NOVO OLHAR, UMA MÃO AMIGA E QUE A SOLIDARIEDADE AINDA É A MELHOR FORMA DE AJUDAR A QUEM PRECISA. É COM IMENSO RECONHECIMENTO E GRATIDÃO QUE PARABENIZAMOS A CELESC PELOS FRUTOS COLHIDOS POR MEIO DESTA PARCERIA, A QUAL NOS DEU ENERGIA PARA CONTINUAR LUTANDO POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, ONDE A EDUCAÇÃO SEJA PRIORIDADE."

Equipe Gestora da Ação Social Salto do Maroím

Celesc Voluntária

Até pouco tempo atrás, a maioria dos trabalhos voluntários provinha de ações pessoais ou grupos escolares e religiosos. Hoje, grande parte dos investimentos em voluntariado deriva do mundo empresarial. As organizações perceberam que, apoiando causas sociais e envolvendo seus empregados, constroem uma imagem positiva perante o mercado, além de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos.

Nesse contexto, instituímos, em 2013, o Programa Celesc Voluntária, com o objetivo de construir e efetivar o conceito de cidadania empresarial junto à força de trabalho da Companhia, promovendo ações voluntárias entre os empregados. Ao criar uma identidade coletiva voltada para o despertar da consciência e da participação de indivíduos para bens comuns, sentimos que também podemos ser agentes de transformação social.

"Nossa energia para construir cidadania" foi o tema da primeira edição do programa. As atividades foram realizadas por 150 profissionais da Administração Central e seis agências regionais, beneficiando, direta e indiretamente, mais de 20 mil catarinenses com 84 horas de atividades voluntárias.

Dentre as diversas ações, foram realizadas melhorias de infraestrutura em diversos municípios, como a recuperação da estrutura física de creches, asilos e comunidade terapêutica e a limpeza de cinco quilômetros das margens do Rio do Peixe, beneficiando 370 crianças em São José, 34 idosos em Criciúma, 11 dependentes químicos em Tubarão e cerca de 20 mil moradores em Videira. A partir de 2014, estenderemos o programa a todas as agências regionais, beneficiando ainda mais pessoas.



Projeto Bônus Eficiente

Lançado em 2012, o projeto Bônus Eficiente oferece descontos para clientes residenciais Celesc na troca de eletrodomésticos com mais de cinco anos de uso por produtos novos, com selo Procel. A ideia é promover a economia de energia com a utilização de equipamentos mais eficientes. Em sua primeira edição, o projeto beneficiou cerca de 30 mil famílias e proporcionou uma economia de energia estimada em mais de 21.700 MWh/ano.



Mas além de beneficiar nossos clientes e o meio ambiente, com a economia de energia, gostaríamos de incluir no projeto um aspecto social. Por isso, foi estipulado que os participantes deveriam fazer uma doação no momento da compra, que varia de 30 a 50 reais, dependendo do valor do eletrodoméstico. Assim, em 2013, foi doado R\$1,3 milhão para a Federação das APAEs de Santa Catarina (FEAPAEs), por meio do projeto Bônus Eficiente I, que viabilizou a troca de mais de 29 mil eletrodomésticos antigos. Nessa primeira versão do projeto, 50% do valor do produto novo eram subsidiados pela empresa.

Já o Bônus Eficiente II, que continua até abril de 2014, oferece descontos de 30%, 40% ou 50% e já promoveu a troca de cerca de sete mil equipamentos até 31 de dezembro e incluirá doações para 10 associações assistenciais.

Banho de energia

Um sistema de aquecimento de água por meio de fogões a lenha, presentes na maioria das residências das regiões serranas de Santa Catarina, onde o inverno é rigoroso, aumenta a eficiência energética nessas residências.

Barato, de fácil instalação e baixo impacto ambiental, o recuperador de calor está sendo testado em um projeto-piloto com 200 famílias de áreas rurais em 34 municípios, em uma parceria entre a Celesc, a Secretaria de Agricultura do Estado e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri).

O equipamento reaproveita o calor que seria desperdiçado nas chaminés para aquecimento da água, sem aumentar o volume de lenha normalmente utilizada como combustível pelas famílias, promovendo conforto, alívio no orçamento doméstico e potencial para reduzir a demanda de energia nos horários de pico. Participam do projeto as Regionais de Lages, Videira e Mafra.

Cálculos realizados segundo o Manual de Eficiência Energética da ANEEL demonstram que a implantação do projeto nas 198 mil residências onde se usa fogão a lenha em Santa Catarina resultaria em uma economia anual de 193,6 mil MWh de eletricidade⁹, energia suficiente para abastecer uma cidade do tamanho de Florianópolis (421 mil habitantes) por três anos, ou toda a área de concessão Celesc, com 6,2 milhões de habitantes, por dois meses.

⁹ O cálculo tomou como premissa a redução de 100% no uso de um chuveiro elétrico de 5.400 W de potência, com tempo médio de oito minutos de banho por pessoa.

Em 2012 e 2013, foram instalados 176 kits, beneficiando famílias de pequenos agricultores, comunidades quilombolas e assentamentos, com um investimento de R\$ 367.655,00.

Diante de números tão expressivos, o projeto tem sido reverenciado pelo setor e, em 2013, foi premiado pela ADVB-SC e recebeu destaque em matérias de grande repercussão na mídia nacional.

Tô Ligado

O projeto, realizado em diferentes localidades, consta do Programa Celesc de Responsabilidade Social desde 2006 e visa capacitar pessoas para o mercado de trabalho, oferecendo curso de eletricista para jovens em situação de risco social com idade entre 18 e 29 anos. Em 2008, foi considerado pelo Ministério do Trabalho um projeto referência para inclusão de jovens, por aumentar a empregabilidade e promover o desenvolvimento local. Em 2013, capacitamos cerca de 660 pessoas.

Energia do Futuro

O projeto promove a construção de aquecedores solares com garrafas pet e caixas tipo Tetra Pak, oferecendo o conforto da disponibilidade de água quente em comunidades empobrecidas, bem como a conscientização da população sobre a necessidade da preservação ambiental e do consumo seguro e consciente da energia elétrica.

Em 2013, foram instalados aproximadamente 40 novos aquecedores, em parceria com a Cooperativa das Trabalhadoras e Trabalhadores Amigos de Florianópolis, COOPERSOLAR, estimulando o cooperativismo e promovendo a geração de renda na região para 20 famílias da comunidade do Morro da Queimada, em sua maioria capitaneada por mulheres.

Desde 2006, quando o projeto foi iniciado, já foram instalados mais de 800 aquecedores em todo o estado, sendo 500 instalados pela COOPERSOLAR. Com esse trabalho também foram retirados cerca de 320 mil materiais reutilizados do meio ambiente. Assim, promovemos o uso racional da energia elétrica, a conservação do meio ambiente e a inclusão social.

As famílias que instalaram o aquecedor solar em suas residências relataram uma redução de aproximadamente 30% no valor de sua fatura de energia elétrica. Com esses resultados, o projeto também recebeu destaque na mídia nacional e com ele, a Celesc foi classificada pela Fundação Coge entre as três melhores empresas do setor na categoria Ações de Responsabilidade Ambiental.



FORNECEDORES (ANEEL 1.3.3)

A Celesc possui em seu banco de dados 91 fornecedores de energia elétrica, 9.758 de produtos e materiais e 4.680 de serviços. Por se tratar de empresa de economia mista, realizamos nossas compras por meio de processos de licitação, sem distinção a fornecedores locais. Em 2013, adquirimos um total de R\$ 248.078.000 em mercadorias e suprimentos e contamos com 305 dias trabalhados em atividades de construção e 305 dias em manutenção, por contratados ou subcontratados. (GRI EC6; EU17)

Prezando pela qualidade, aplicamos critérios específicos para a avaliação e seleção, além de promover o desenvolvimento desse público, conforme descrito a seguir.

Seleção

Os fornecedores de energia são qualificados e selecionados pela ANEEL e devem atender aos critérios estabelecidos nos editais, que focam a qualificação técnica, a capacidade econômico-financeira das empresas e as fontes primárias (hídrica, eólica, térmica, etc.) da energia que será ofertada. Os leilões são realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e são vencedoras as empresas que ofertarem a energia pelo menor preço, formalizando a compra por meio do Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

A seleção de fornecedores de materiais e serviços é feita pelo atendimento às exigências cadastrais disponíveis no portal corporativo (www.celesc.com.br) para participação em licitações e homologação de produtos, tais como normativas internas, legislação ambiental e requisitos legais.

De maneira geral, apoiamos o cadastramento de novos fornecedores e materiais por meio de parcerias que permitem o desenvolvimento, aprimoramento e certificação de produtos, possibilitando a ampliação de mercado para seus parceiros, já que os produtos certificados pela Celesc servem como referência para as demais concessionárias, cooperativas e órgãos públicos.

Além disso, estimulamos o desenvolvimento e incentivamos a participação de fornecedores habituais nos processos de compra, comunicando-os, prioritariamente, sobre o lançamento de licitações em todas as modalidades utilizadas. O incentivo aos fornecedores locais, habituais ou não, às pequenas e micro empresas é feito na modalidade dispensada de licitação, também oferecendo prioridade no momento da cotação de preços.

“AS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS COM A CELESC SÃO SEMPRE PAUTADAS PELA ÉTICA E FOCADAS NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA EMPRESA. ALÉM DISSO, VEMOS QUE A COMPANHIA BUSCA O CONSTANTE APRIMORAMENTO DE SUA ATUAÇÃO NUM EQUILÍBRIO DAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.”

Flávio Exterkoetter,
Extersoft Tecnologia

Responsabilidade na Cadeia Produtiva

Nossa Política de Responsabilidade Social Corporativa prevê a melhoria contínua de processos, com possibilidades de inclusão social, respeito ao meio ambiente e transparência em todas as ações da organização, promovendo tais diretrizes em toda nossa cadeia produtiva. Por isso, incluímos em nossos contratos orientações e exigências com relação a questões sociais e ambientais.

Buscando manter uma política clara e objetiva com todos os fornecedores, desenvolvemos e distribuímos a Cartilha de Política de Relacionamento com Fornecedores, na qual esclarecemos os compromissos assumidos na relação entre a empresa e seus parceiros, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade administrativa e atendimento das diretrizes estabelecidas em nosso código de Conduta Ética.

Todos os contratos assinados pelos fornecedores possuem cláusulas que asseguram sua participação em projetos de Responsabilidade Social e o respeito à legislação ambiental, às condições de segurança dos trabalhadores à realização do objeto contratado, bem como o compromisso com os seguintes princípios de responsabilidade social: jamais utilizar trabalho infantil, escravo, degradante ou qualquer outro que transgrida as normas reguladoras ou a legislação vigente. (GRI HR6; HR7)

Em 2013, foram 400 contratos significativos, totalizando R\$ 321,9 milhões. Todos os fornecedores críticos passaram por inspeções para garantir que sejam seguidos os critérios estabelecidos pela empresa, bem como as leis vigentes, sem qualquer desqualificação. (GRI HR1; HR2)

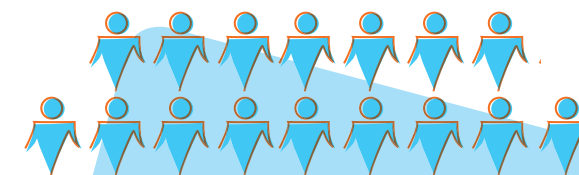
Os pagamentos aos fornecedores são efetuados apenas mediante a apresentação de certidões de regularidade com FGTS, INSS e outras, assegurando o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais pela empresa contratada.

CLIENTES

Em 2013, participamos da pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, alcançando o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) de 85,50%. Ou seja, a grande maioria dos entrevistados declarou estar “satisfeito” ou “muito satisfeito” com os serviços prestados pela Celesc. O índice contém os seguintes aspectos, relevantes para a avaliação e ponderados pela importância atribuída a cada um: fornecimento, comunicação, conta de energia, atendimento e imagem. (GRI PR5)

““ACHO O SERVIÇO DA CELESC EXCELENTE. NUNCA TIVE PROBLEMAS COM A EMPRESA E SEMPRE VEJO OS EMPREGADOS TRABALHANDO PARA MANTER A ENERGIA LIGADA, COM AGILIDADE EM PRESTAR SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE E O RESPEITO PELO CONSUMIDOR.”

Rafael Ferreira, consumidor da energia da Celesc, do município de Palhoça



Também alcançamos o Índice ANEEL de Satisfação do Cliente (IASC) de 62,10% de satisfação no ano, por meio de pesquisa realizada pelo órgão regulador, com 19.470 entrevistas na área de concessão, sendo 450 em Santa Catarina, contemplando as 63 concessionárias distribuidoras de energia elétrica do País. (GRI PR5)

Número de clientes em 2013

Residencial	2.006.227
Industrial	97.050
Comercial	231.276
Rural	230.869
Poder Público	20.795
Iluminação Pública	542

Novo Contact Center

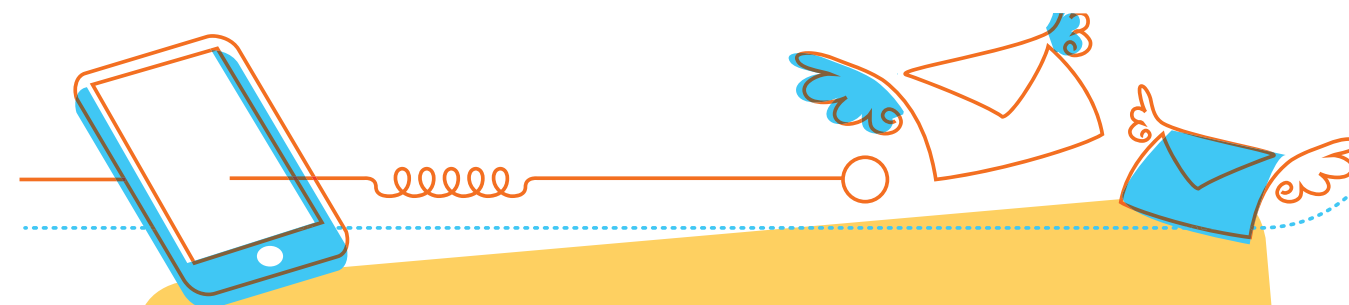
Está em andamento a implantação de uma nova abordagem de atendimento ao consumidor, definida pelo conceito de *Contact Center*. O modelo visa oferecer ao cliente um sistema capaz de integrar diversas tecnologias por meio de uma plataforma multimídia – Web, SMS, Chat – e pelo significativo incremento na capacidade de atendimento tanto receptivo como ativo.

Na prática, os profissionais das unidades presenciais também poderão atender, durante seu expediente de trabalho, ligações comerciais e de emergência provenientes do *call center*, o que confere maior segurança ao atendimento emergencial.

Pela Segurança dos Consumidores

Estamos conscientes de nossa responsabilidade em fornecer informações sobre o uso correto da energia elétrica por nossos clientes. Por isso, participamos, anualmente, da campanha da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), que visa alertar a população sobre os riscos de acidentes com a rede elétrica.

Em 2013, a campanha conscientizou aproximadamente 170 milhões de consumidores em todo o Brasil sobre como utilizar a energia de forma segura e a Celesc fez sua parte em Santa Catarina. A principal mensagem passada nas ações informativas está relacionada à importância de se manter uma distância segura da rede, a fim de evitar acidentes. (GRI PR1)



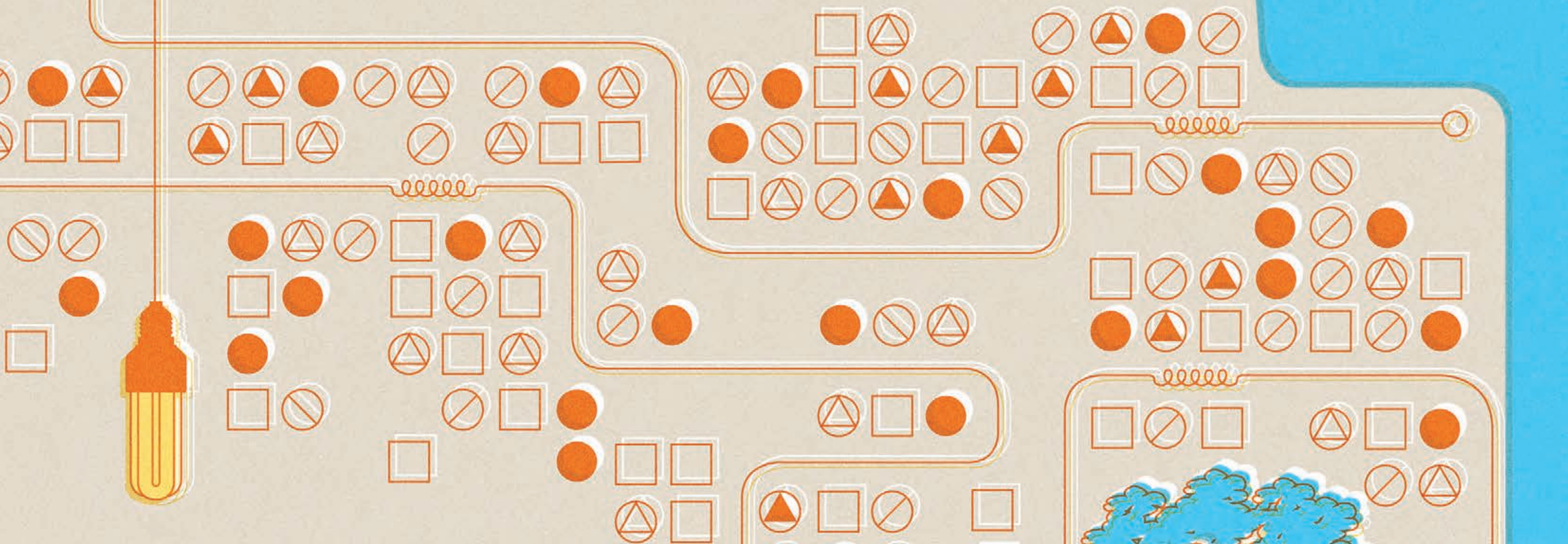
Torpedeira

Agora, nossos consumidores também podem se comunicar gratuitamente com a empresa por meio de SMS (mensagem via celular). Ao enviar um “torpedo” para o número 48196 com a mensagem SEM LUZ e o número da unidade consumidora, o sistema cria, automaticamente, um nota de reclamação para a Companhia, que tomará as providências necessárias. Além disso, a Companhia informa da mesma forma, para aqueles que estão cadastrados, sobre a interrupção e o retorno da energia em sua unidade consumidora.

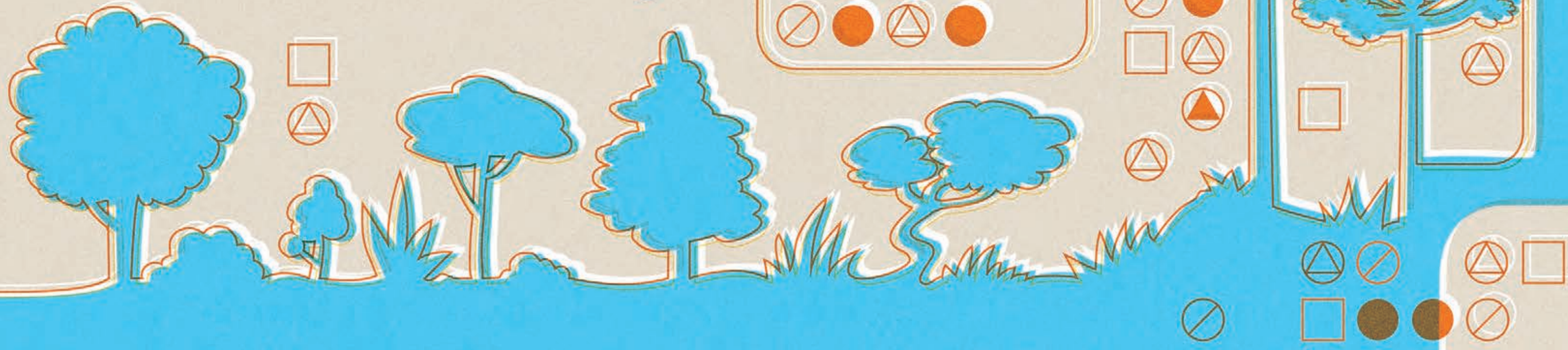
Os canais de relacionamento digital por meio do endereço www.celesc.com.br também têm sido aprimorados e agora contam com serviços como segunda via de fatura, desligamento ou religação de unidade consumidora, entre outros.

Ferramentas de gestão como essas nos ajudam a modernizar nossos serviços e processos, permitindo avaliação de dados em tempo real, como o gerenciamento do tempo de atendimento e das filas, beneficiando todos os envolvidos.





Responsabilidade Ambiental



PARA GERAR E DISTRIBUIR
ENERGIA, PRECISAMOS DOS RECURSOS
NATURAIS. POR ISSO, PRESERVAR
O MEIO AMBIENTE TEM SE TORNADO
PARTE DE NOSSA ATITUDE DIÁRIA,
EM TODOS OS NÍVEIS
DA ORGANIZAÇÃO.



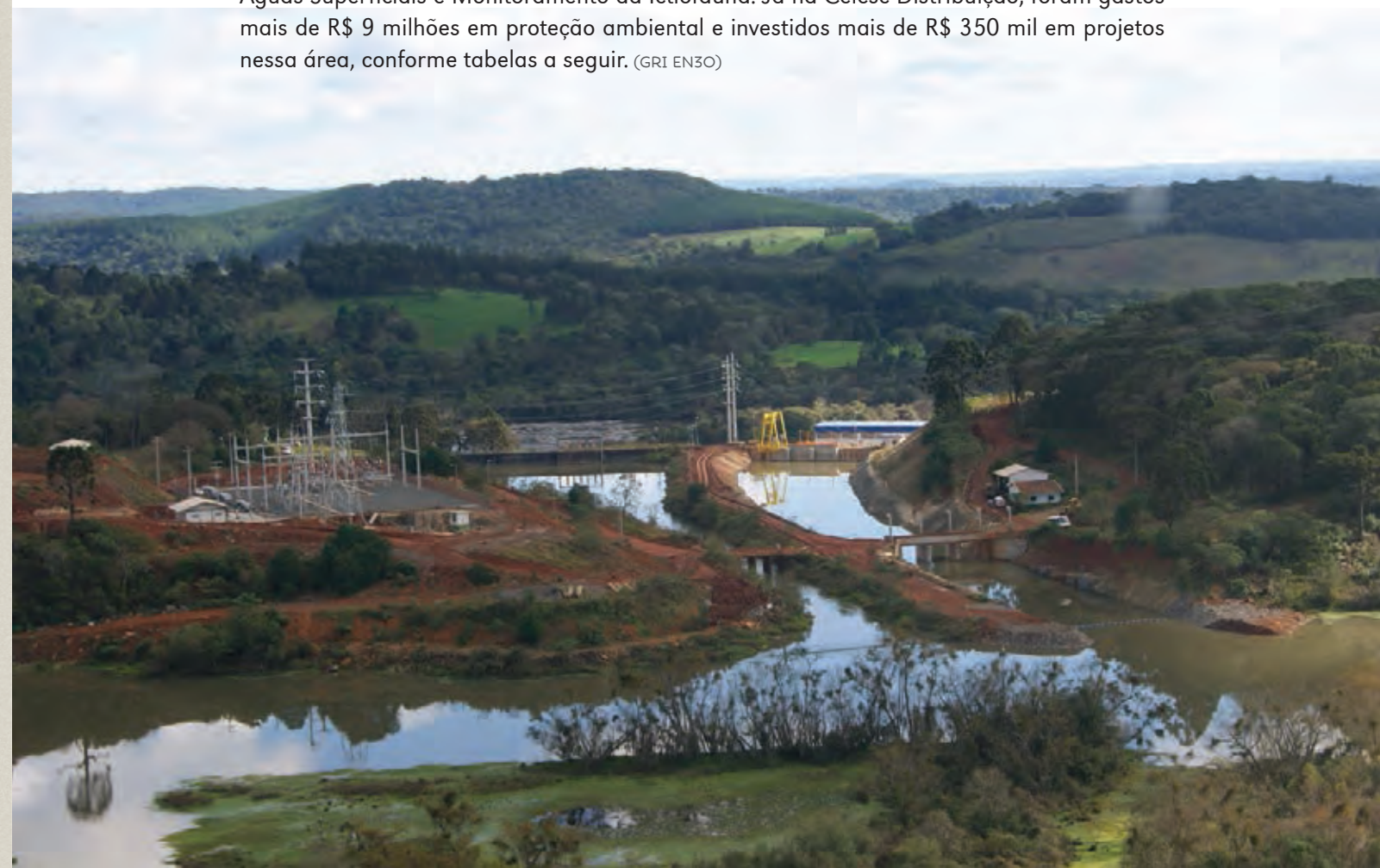
GESTÃO AMBIENTAL

Temos pautado nossa atuação na melhoria contínua da *performance* socioambiental da empresa. A concepção de novos projetos, bem como a gestão de nossos negócios, consideram as diretrizes e princípios da Política Ambiental Celesc.

Como parte da estratégia para minimizar os impactos sociais e ambientais de nossas operações, a escolha do traçado das linhas de transmissão, bem como dos terrenos para as subestações, leva em consideração o uso e ocupação do solo, incluindo as características socioambientais da área de inserção, evitando, ao máximo, impactar a paisagem, fragmentos florestais, sítios e espécies protegidas, degradar a qualidade da água ou deslocar pessoas. Assim, sempre que possível, escolhemos terrenos desocupados, sem restrições ambientais e em conformidade com as diretrizes de uso e ocupação do solo, determinados pelo município. (GRI EU20)

Além disso, os Programas Ambientais e de Monitoramento para implantação de novos empreendimentos incluem estudos arqueológicos, para garantir a preservação do patrimônio artístico e cultural local. (ANEEL 5.1.2)

Em 2013, foram investidos cerca de R\$ 140 mil em programas ambientais para ampliação da Usina Pery, da Celesc Geração. Entre estes programas estão: Controle de Processos Erosivos e Monitoramento do Lençol Freático, Controle de Áreas Degradadas, Monitoramento das Águas Superficiais e Monitoramento da Ictiofauna. Já na Celesc Distribuição, foram gastos mais de R\$ 9 milhões em proteção ambiental e investidos mais de R\$ 350 mil em projetos nessa área, conforme tabelas a seguir. (GRI EN30)



Investimento em gestão ambiental - Celesc Distribuição

	2011	2012	2013
Custeio (R\$)	2.188.496,70	664.453,80	9.239.530,07
Gestão Ambiental (consultorias ambientais) (R\$)	1.886.266,00	374.985,60	6.692,18
Gestão Ambiental (pessoal interno, custos da área de meio ambiente) (R\$)	5.830,40	14.970,80	760.267,12
Preservação da Biodiversidade (R\$)	124.500,00	-	-
Recuperação de Águas Degradadas e Proteção de Áreas (R\$)	-	-	15.972,99
Remediação de Áreas Contaminadas (R\$)	-	-	3.798.529,30
Tratamento de efluentes líquidos (R\$)	-	-	-
Tratamento de emissões atmosféricas (R\$)	-	-	-
Coleta, tratamento e disposição de resíduos (R\$)	-	-	5.393.638,81
Outros (R\$)	171.900,30	274.497,40	24.696,79

	2011	2012	2013
Investimento (R\$)	1.191.252,70	355.420,50	351.911,25
Gestão Ambiental (consultorias ambientais) (R\$)	600.000,00	-	0
Coleta, tratamento e disposição de resíduos (R\$)	486.869,60	11.234,80	0
Gestão Ambiental (pessoal interno, custos da área de meio ambiente) (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	0
Tratamento de efluentes líquidos (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	0
Preservação da Biodiversidade (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	0
Recuperação de Águas Degradadas e Proteção de Áreas (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	327.805,05
Tratamento de emissões atmosféricas (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	0
Remediação de Áreas Contaminadas (R\$)	Não Infor.	Não Infor.	0
Pesquisa e Desenvolvimento (R\$)	103.623,10	-	-
Outros (R\$)	760	344.185,70	24.106,20

Já na Celesc Geração, foram investidos em torno de R\$ 140 mil em programas ambientais para ampliação da Usina Pery, entre eles: Controle de Processos Erosivos e Monitoramento do Lençol Freático, Controle de Áreas Degradadas, Monitoramento das Águas Superficiais e Monitoramento da Ictiofauna. (GRI EN30)

Princípios da Política Ambiental Celesc: (GRI4.8)

- Integrar o conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa;
- Desenvolver a competência e a mobilização do quadro funcional por uma ética partilhada de desenvolvimento sustentável;
- Trabalhar em parceria com instituições públicas, privadas e comunidade por uma melhor qualidade de vida, buscando o equilíbrio dos interesses das partes;
- Buscar o melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, mediante o aperfeiçoamento de métodos e processos e a incorporação de novas tecnologias;
- Oferecer à sociedade serviços que incorporem, de forma permanente, as variáveis socioambientais;
- Fomentar o uso racional de energia entre seus clientes e a sociedade em geral;
- Exigir de contratados e fornecedores, atitudes ambientais coerentes com esse conjunto de princípios.

O documento pode ser lido na íntegra, no seguinte link:

<http://novoportal.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding/responsabilidade-socioambiental/responsabilidade-ambiental>.

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (ANEEL 5.2)

O Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental é realizado como medida mitigadora dos impactos de todos os empreendimentos da Celesc Distribuição, com o objetivo de melhorar o processo de gestão ambiental das regiões onde atuamos. O programa busca proporcionar condições para o desenvolvimento e assimilação de atitudes, hábitos e valores, centralizando suas ações em torno de situações reais vividas pelos diferentes setores sociais, reconhecendo a pluralidade e diversidade culturais.

O programa tem como objetivo principal a criação de um canal de comunicação contínuo entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, promovendo:

- Divulgação da importância do empreendimento para o desenvolvimento local e regional, bem como as possíveis alterações na região e consequências ambientais;
- Criação de canais de comunicação por meio dos quais promova a integração social entre o empreendedor e a sociedade local;
- Orientação à população, com atenção especial aos proprietários que integram a faixa de servidão, sobre as restrições de uso do solo;
- Divulgação das ações socioambientais relacionadas ao empreendimento;
- Sensibilização da comunidade local e trabalhadores da obra a respeito da conservação ambiental, enfatizando as espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- Comunicação a todos os funcionários envolvidos direta ou indiretamente com a implantação do empreendimento quanto à política ambiental do empreendedor e as atividades associadas à questão ambiental que deverão ser seguidas durante a execução do empreendimento;
- Conscientização aos funcionários da obra e comunidade local sobre a conservação dos recursos naturais e a execução de procedimentos ambientalmente adequados às obras, à saúde e segurança do trabalho e ao relacionamento com as comunidades vizinhas.

Por meio de atividades educativas e informativas com a comunidade do entorno e um treinamento com os operários das obras, buscamos capacitá-los a adotarem medidas de prevenção da poluição e degradação ambiental. Em 2013, capacitamos 70 funcionários terceirizados, em duas obras da Companhia.

Os temas abordados abrangem a apresentação do empreendimento Celesc, suas obras e impactos ambientais associados, assim como a sensibilização para valores ambientais e conhecimento ecológico adequado para cada local. É também trabalhado o uso racional da energia elétrica com o objetivo de combater o desperdício e divulgar a eficiência energética.

Com os trabalhadores das obras, além de sensibilização para valores ambientais e conhecimento ecológico, são abordados assuntos relativos a medidas preventivas para Tópicos Básicos de Segurança do Trabalho, Código de Conduta dos Trabalhadores e Proteção Ambiental (Leis de Crimes Ambientais e Código Florestal).

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE)

Eficiência é uma palavra-chave no setor energético. Quanto mais eficiente for o sistema de energia elétrica no País, menores serão nossos impactos no meio ambiente. Por isso, nossa missão é reduzir o consumo e a demanda dos clientes e do sistema elétrico através da substituição de equipamentos e da mudança de hábitos dos consumidores, investindo adequadamente os recursos da sociedade. Em 2013, investimos R\$ 42 milhões¹⁰ em projetos do PEE Celesc, promovendo a economia de 829.422 GJ de energia, conforme descrito a seguir. (GRI EN6) (ANEEL 4.3.4)

Projeto Baixa Renda "Sou Legal, Tô Ligado!" • Substituição de lâmpadas, Sistema de aquecimento solar, regularização de padrão de entrada e reforma nas instalações elétricas para comunidades de baixo poder aquisitivo;

Projeto Baixa Renda "Calamidade Pública" • Substituição de refrigeradores e sistemas de aquecimento solar em municípios afetados pelas chuvas em 2008;

Projeto Comércio e Serviços "Hospitais Filantrópicos" • (26 hospitais efetivamente eficientizados) - Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;

Projeto Comércio e Serviços "Hospitais Filantrópicos II" • (39 hospitais) - Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;

Projeto Baixa Renda "COHAB" • Substituição de lâmpadas e instalação de sistemas de aquecimento solar em conjuntos habitacionais da COHAB;

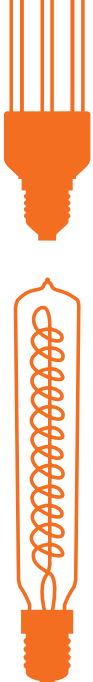
Projeto Baixa Renda "CELESC na sua Casa" • Substituição de lâmpadas e aquisição de dois micro-ônibus;

Projeto Poder Público "Banho de Sol 4" - Instalação de sistema de aquecimento solar em 116 instituições sem fins lucrativos, como asilos, creches, hospitais, etc;

Projeto Residencial "Bônus Eficiente" e "Bônus Eficiente II" • Substituição de



¹⁰ Veja detalhes sobre os recursos no item Balanço Social deste relatório.



refrigeradores, freezers e condicionadores de ar para consumidores residenciais (projeto descrito na página 94);

Projeto Baixa Renda “Energia do Bem” • Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar, refrigeradores e trocadores de calor para consumidores com tarifa social.

Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 2” • Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Tubarão e Criciúma.

Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 3” • Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Videira e Joaçaba.

Projeto Industrial “Indústria +Eficiente” • Substituição de 505 motores e dois chillers em indústrias.

MATERIAIS

Desde 2012, realizamos análise prévia dos suprimentos armazenados nos almoxarifados antes de qualquer aquisição de material. A adequação no nível de estoques veio para racionalizar as compras, primando pela aplicação dos materiais já adquiridos. Tal metodologia já apresentou redução de nível de estoque de R\$ 150 milhões (em 31/12/2012) para R\$ 125 milhões (em 31/12/2013), uma retração de 16%.

A implantação de um calendário anual de compras, elaborado ainda em 2013, foi uma das medidas adotadas para trazer mais planejamento e estratégia aos processos de compra em 2014. O principal benefício dessa ação é a redução de custos e ganhos de escala, otimizando assim a cadeia de suprimentos.

Principais materiais gerenciados pela empresa em 2013: (GRI EN1)

MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
Bancos de capacitores	Und	7
Cabo nu	T	670
Cabos cobertos e isolados	km	796
Isoladores	Und	84494
Medidores	Und	134439
Postes	Und	29805
Reguladores de tensão	Und	55
Religadores	Und	304
Transformadores de distribuição	Und	5024

GESTÃO DE RESÍDUOS

Com o objetivo de proporcionar a gestão integrada dos resíduos gerados em nossas atividades administrativas e operacionais, em observância à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, realizamos estudos para criação de nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) em 2012. Em 2013, paralelamente à elaboração final do plano, passamos por uma reestruturação no departamento de Meio Ambiente, para que o mesmo possa ser implantado em 2014. (ANEEL 5.1.3)

O objetivo é promover condições para o planejamento do gerenciamento dos resíduos gerados de forma integrada, abrangendo desde o descarte de material ou equipamento, passando por sua coleta, segregação, acondicionamento, armazenagem, transporte, até sua destinação final. O documento também apresenta as definições, normas técnicas, legislações e demais informações relevantes relacionadas ao tema.

O correto gerenciamento dos resíduos propicia a redução destes na fonte, correta segregação na origem, reduz os custos e riscos associados à sua gestão, além de estabelecer procedimentos adequados ao manejo dos resíduos sólidos provenientes das atividades e serviços exercidos, de acordo com as legislações e normas técnicas vigentes.

Assim, a gestão de resíduos resultantes de nossas atividades administrativas e operacionais é realizada com base na norma NBR 10004, que prevê a destinação dos resíduos de acordo com sua classificação.

Em 2013, foram contabilizadas 579,26 toneladas de resíduos não perigosos, que foram enviados para reciclagem, conforme tabelas a seguir. (GRI EN22)

Materiais destinados para reutilização/reciclagem pesados no momento da alienação:

COMPONENTES	MATERIAL PRINCIPAL	QUANTIDADE (T)
Selo lacre chumbo 11x4mm	Chumbo	0,036
Sucata cabos de alumínio ca-s/alma aço	Alumínio	200,000
Sucata cabos e fios isolados de alumínio		23,626
Sucata de cabo de aço (cordoalha)	Aço	28,610
Sucata ferragens diversas		211,367
Sucata medidores		84,000
Sucata cabos e fios cobre nú c/impurezas		11,410
Sucata de cobre diversos c/ impurezas	Cobre	8,561
Sucata cabos e fios isolados de cobre		11,646
Total		579,256



Materiais destinados para reutilização/reciclagem quantificados no momento da alienação:

COMPONENTES	MATERIAL PRINCIPAL	QUANTIDADE (T)
Ferragens	Aço	25621
Transformadores, reguladores e capacitores	Aço/ Cobre	1752
Cruzetas de Concreto	Concreto/Aço	634
Postes de Concretos		6470
Eletrônicos e Informática	Eletrônico	843
Cruzetas de Madeira	Madeira	13447
Postes de Madeira		9282
Cartuchos e Toners de Impressão	Plástico	1277
Isoladores	Vidro/Cerâmica(Porcelana)	91820
Total		151146

Já os resíduos considerados perigosos pela Convenção da Basileia totalizaram 1.597,25 toneladas no ano, decorrente das ações de remediação após vazamento ocorrido em nosso antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA), conforme descrito na página 116. Foram enviadas 65,31 toneladas para incineração e o restante para aterros industriais.

(GRI EN24)

Resíduos perigosos:

MATERIAL	CONTAMINANTE	DESTINAÇÃO	QUANTIDADE (T)
Água, óleo e vegetação	PCBs < 50mg/kg	Incineração	65,31
Solo	PCBs < 50mg/kg	Aterro industrial Classe I	1531,25
Total			1597,25

Em 2013, também investimos, por meio do Programa de Eficiência Energética, aproximadamente R\$ 2,1 milhões (cerca de 5% do total dos investimentos do programa) na destinação ambientalmente correta do material recolhido pelos seguintes projetos: (ANEEL 5.3)

- **Projeto Comércio e Serviços “Hospitais Filantrópicos”** - Descarte de refrigeradores, lâmpadas, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar;
- **Projeto Residencial “Bônus Eficiente”** - Descarte de refrigeradores, freezers e condicionadores de ar;
- **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem”** - Descarte de chuveiros;
- **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 2”** - Descarte de chuveiros e lâmpadas;
- **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 3”** - Descarte de chuveiros e lâmpadas.

ÁGUA

O abastecimento de água das unidades administrativas e operacionais da Celesc Distribuição é realizado, em sua maioria, por serviço público (estadual ou municipal), totalizando, em 2013, o consumo de 73 mil m3. E em nossas usinas de geração hidrelétricas, toda a água utilizada é devolvida à sua fonte de origem. (GRI EN8)

Já o descarte de água em nossas operações ocorre somente na geração de efluentes sanitários a partir de atividades administrativas. Os efluentes são, em sua maioria, tratados por sistemas isolados (fossas sépticas) ou coletados e tratados por sistemas públicos de coleta e tratamento. Além disso, contribuindo para a minimização de nossos impactos, instalamos em nossa sede administrativa um sistema próprio de tratamento de efluentes. (EN21)

EMISSÕES (GRI EN16; EN17; EN18)

Em 2013, concluímos nosso primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o ano de referência 2012, elaborado com base nos métodos do Programa Brasileiro GHG Protocol. Com isso, passamos a avaliar nossa responsabilidade em relação às mudanças climáticas, com a possibilidade de identificar as principais oportunidades de redução de emissões e, assim, definir novas estratégias e iniciativas.

O documento integra o inventário de emissões do Governo do Estado de Santa Catarina, que contabiliza as emissões de 27 instituições da administração pública direta, 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional e 29 instituições da administração pública indireta.

O inventário inclui as emissões da *holding* e suas duas subsidiárias integrais, Celesc Distribuição S. A. e Celesc Geração S.A., sendo utilizada a abordagem por controle operacional para sua consolidação. Foram levantados os dados de todas as unidades operacionais da empresa, sendo: administração central, 16 agências regionais de distribuição e 12 usinas de geração.

As emissões de GEE em 2012 totalizaram 107.291,26 toneladas de CO2 equivalente, sendo 6.309,92 toneladas de CO2e no escopo 1, representando 5,88% do total. Destas, quase seis mil toneladas fazem parte da categoria combustão móvel (frota de veículos).

Para melhorar a gestão de nossa frota, adotamos o controle de abastecimento por meio de cartões eletrônicos e implantamos, em 2013, BUV Eletrônico, ferramenta de controle que pretende aumentar a produtividade e a vida útil dos veículos. Assim, foi consumido um total de 87.412 GJ em 2013, sendo 28.150 GJ de gasolina e 59.237 GJ de diesel. (GRI EN3)

Em nosso ramo de atuação, o escopo 2 contempla a maior parte das emissões, sendo 100.714,86 toneladas de CO2e. As perdas técnicas de energia elétrica no sistema de transmissão e distribuição representam mais de 99% do total. Já o consumo próprio de energia elétrica representa menos de 1% deste montante, tendo totalizado, em 2013, 43.333,2 GJ. (GRI EN4)

No escopo 3 do inventário, contabilizamos apenas a categoria de viagens de negócios, que totalizaram 264,63 de CO₂e.

Emissões (GRI EN16)	2012
Emissões GEE (Escopo 1) (tCO ₂ e)	6.309,92
Fugitivas (tCO ₂ e)	336,01
Móveis (tCO ₂ e)	5.945,04
Outras fontes fixas (tCO ₂ e)	28,87
Usinas termelétricas próprias (tCO ₂ e)	NA
Emissões GEE (Escopo 2) (tCO ₂ e)	100.714,86
Emissões GEE (Escopo 3) (tCO ₂ e)	267,73
Estimativa de entrega de energia líquida para clientes finais (tCO ₂ e/MWh)	Não Infor.
Geração líquida a partir do total da geração de combustível fóssil (tCO ₂ e/MWh)	NA
Geração líquida a partir do total da capacidade de geração (tCO ₂ e/MWh)	NA
Consumo de energia elétrica (tCO ₂ e)	100.714,86
Escopo 3 (tCO ₂ e)	267,73

* A empresa não possui nenhuma fonte significativa de emissões de NO_x e SO_x e demais poluentes abordados por este indicador. (GRI EN20)

BIOSIVERSIDADE

O estado de Santa Catarina encontra-se totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica, conhecido por sua ampla diversidade de espécies e também sua vulnerabilidade. Dados do Inventário Florístico Florestal do Estado de 2013 apontam que a cobertura florestal remanescente é de aproximadamente 29%.

Diante desse cenário, elaboramos estudos ambientais durante o licenciamento dos empreendimentos e desenvolvemos medidas de mitigação de impactos sobre a biodiversidade, considerando, durante todas as fases do empreendimento, as especificidades das regiões com relação ao controle de fauna e flora.

Seguindo nossas diretrizes ambientais, durante o processo de definição das redes de distribuição ou instalações de subestações, optamos por trechos onde não há vegetação nativa, áreas descampadas ou antropizadas. Caso seja inevitável a passagem da linha sobre

áreas com remanescentes florestais, são utilizadas estruturas de grande porte, com altura suficiente para evitar desmatamentos.

De acordo com nossos estudos ambientais, os impactos significativos na biodiversidade, decorrentes da implantação das linhas de transmissão da Celesc Distribuição são: (GRI EN12)

- Diminuição da cobertura vegetal;
- Fragmentação e redução de habitats;
- Deslocamento temporário da fauna;
- Redução da diversidade de espécies da flora;
- Potencial aumento da vulnerabilidade à invasão de espécies.

Em 2013, durante a construção da Subestação de Curitiba foi necessário o transplante da espécie Xaxim (*Dicksonia sellowiana*). Foram transplantados um total de 100 indivíduos para uma área para contígua ao terreno da subestação, correspondente a aproximadamente 1400 m², com as mesmas características do terreno de origem. Na mesma região, a ampliação da Usina Pery, com 10.575 m² de hidrossemeadura, exigiu a restauração da área do canal de adução e de bota-fora. (GRI EU13)

Já com relação à Celesc Geração, os principais impactos das 12 usinas em operação são: geração de resíduos, qualidade da água, proliferação de espécies de macrófitas aquáticas nos reservatórios, influência na ictiofauna, processos erosivos às margens dos reservatórios e assoreamento. Para monitorar e minimizar tais impactos, contamos com estudos e programas socioambientais nos diversos empreendimentos, especialmente nas fases de construção e obras. (GRI EN12)

Repotenciação da PCH Pery

Inaugurada em julho de 2013 a nova unidade da Pequena central Hidrelétrica Pery permitiu aumentar em cerca de seis vezes a capacidade de geração da PCH, sem ampliar o reservatório. Esse modelo de repotenciação é importante no segmento de geração de energia elétrica, pois, além de reduzir custos, assegura menor impacto socioambiental.

Por meio de ações coordenadas entre diversos programas executados, buscamos não apenas mitigar ou compensar os impactos negativos, mas também potencializar os impactos classificados como positivos. Ao todo, foram desenvolvidos 23 programas socioambientais, sendo 14 relacionados à PCH Pery e nove à Linha de Transmissão.



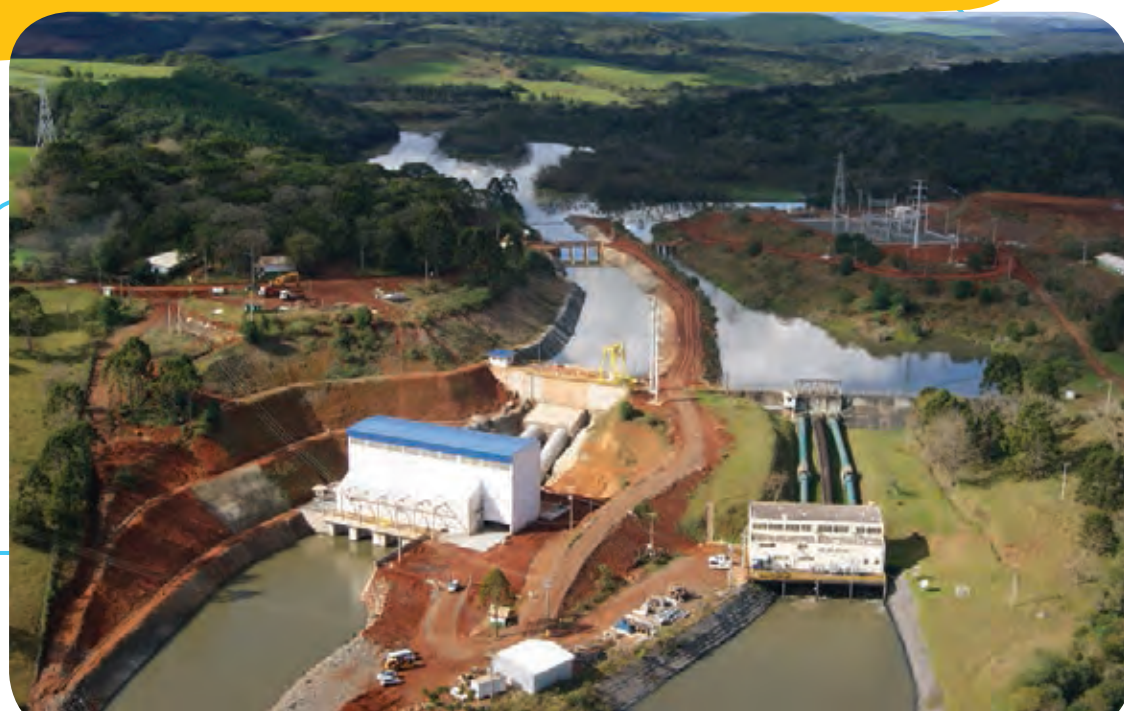
O Programa de Controle de Processos Erosivos permitiu a identificação de áreas suscetíveis à erosão e, conseqüentemente, a utilização de técnicas de prevenção e conservação, como desvio de água, instalação de drenos, aplicação de hidrossemeadura, valas de drenagem, colocação de barras de ancoragem, fixação de telas metálicas para execução de concreto projetado e cascalhamento. Esse controle também foi adotado nas áreas de implantação da Linha de Transmissão, onde foram aplicadas diversas medidas que visavam à melhoria do escoamento superficial e a redução da perda de solo, evitando, assim, o assoreamento da rede de drenagem.

O monitoramento da qualidade das águas subterrâneas e superficiais indicou que a execução das obras de repotenciação da PCH Pery não gerou mudanças significativas. Além de adotar medidas para que a supressão de vegetação no local fosse a mínima possível, o ecossistema do local obteve ganhos qualitativos a partir do Programa de Florestamento, com um viveiro construído na própria área da PCH.

Também foi realizado um diagnóstico acerca da realidade socioambiental da área diretamente influenciada pelo empreendimento. A realização da obra criou oportunidades para que temas relacionados ao meio ambiente fossem discutidos na comunidade. Com o objetivo de fomentar novos valores e práticas em relação aos recursos naturais, por meio da geração e disseminação de conhecimento, foram desenvolvidas diversas ações voltadas para estudantes, trabalhadores da obra e comunidade em geral.

Outra importante oportunidade gerada pela obra de repotenciação da PCH Pery foi a geração de emprego e renda para as famílias da região. Um programa socioambiental foi desenvolvido especialmente para incentivar a contratação de mão de obra local, de modo que os trabalhadores da região, após passarem por treinamento, pudessem trabalhar nas obras.

Conforme determina a legislação, 0,5% do valor investido para a repotenciação da PCH Pery foi destinado ao Parque Estadual Rio Canoas, em forma de Plano de Compensação Ambiental.



Áreas de Conservação

Possuímos 0,4148 km² de faixas de servidão administrativa de linhas de transmissão localizadas em Unidades de Conservação, conforme relacionadas abaixo: (GRI EN11)

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	criação UC	ÁREA (KM²)	LOCALIZAÇÃO (MUNICÍPIO)	EMPREENDI- MENTO	ENERGIZAÇÃO EM- PREENDIMENTO
Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	14/9/2000	0,006785	Imbituba	LT 138 kV Imbituba - Laguna	nov-87
		0,062926	Laguna		
Floresta Nacional de Ibirama	11/3/1988	0,012819	Apiúna	LT 69 kV Teka - Ibirama	1963
		0,000177			
		0,004626	Ibirama		
Floresta Nacional de Três Barras	25/10/1968	0,181441	Três Barras	LT 138 kV Rio Negrinho - Mafra	1968
		0,120332		LT 138 kV Canoinhas - Rigesa	ago-82
Parque Nacional da Serra do Itajaí	4/6/2004	0,025741	Gaspar	LT 138 kV Blumenau Garcia - Brusque	set-86
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	20/5/1992	0,020177	Florianópolis	LT 138 kV Trindade - Ilha Sul	dez-83
		0,000867			
Unidade de Conservação Ambiental Desterro	9/5/1996	0,035393	Florianópolis	LT 138 kV Trindade - Ilha Norte	dez-87
Total		0,4148			

Entre as ações de proteção do meio ambiente no entorno das usinas da Celesc Geração, podemos destacar a manutenção de uma reserva ecológica junto à Usina Hidrelétrica de Bracinho, na região de Joinville. Com projetos ambientais na área de 46.066.744 m², no noroeste de Santa Catarina, promovemos a preservação da paisagem montanhosa do local, onde estão abrigados 12 saltos d'água. (GRI EN11)

Preservando as Riquezas de Garuva

Além disso, possuímos uma área de proteção ambiental de 1.750.000 m² no município de Garuva em Santa Catarina. A área é considerada patrimônio histórico e cultural do município, inserida no bioma mata atlântica, caracterizada como predominantemente Floresta Ombrófila Densa.

Estamos conscientes da relevância paisagística de sua imensa diversidade de rochas expostas e cavidades naturais, onde também são encontradas algumas pinturas rupestres, três nascentes e duas cachoeiras que desaguam no rio Três Barras. Por isso, cuidamos para que a biodiversidade do local seja preservada, assim como seu valor ambiental, histórico e cultural. (GRI EN13)



MULTAS E SANÇÕES

Em 2013, recebemos, na Celesc Distribuição, uma sanção não monetária e quatro autos de infração relativos ao corte de vegetação, um relativo ao não atendimento de exigências do órgão ambiental (UPP) e sete autos de infração em função do vazamento de óleo no CeFA, ocorrido no ano anterior, conforme descrito a seguir, totalizando R\$ 76.830.070,48.

(GRI EN28)

RESPOSTA IMEDIATA (ANEEL 5.1.1)

Em novembro de 2012, a notícia de vazamento na subestação didática do nosso antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) nos mobilizou para uma ação rápida de remediação, demonstrando a capacidade de nossa equipe em reagir de maneira efetiva diante de emergências.

O CeFA estava desativado desde 2011, quando passou por processo de transferência de propriedade para o Governo do Estado de Santa Catarina. Naquele momento, a Celesc encerrou suas atividades e sua gestão na área. Contudo, questões legais relacionadas à transferência do terreno fizeram com que fosse mantida nossa responsabilidade sobre os transformadores que permaneceram no local.

Então, em 2012, em função do furto de registros de dois transformadores, foram lançados 11.640 litros de óleo ao solo. O óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais da subestação. Assim que fomos informados sobre o incidente, iniciamos, imediatamente, as ações de remediação.

A remoção do óleo foi efetuada em sete dias e a destinação final de 50,4 toneladas de efluente líquido e 14,8 toneladas de resíduos sólidos foi realizada em 2013.

A seguir, com o objetivo de avaliar e gerir os impactos do derramamento, desenvolvemos um diagnóstico ambiental e o Projeto de Recuperação de Área Degradada, realizando todas as ações necessárias, como a retirada de solo e sistema de drenagem na área atingida da subestação. Ficou comprovado que não se tratava de asfeto e sim, óleo mineral isolante, o que representa um menor impacto ambiental.

Por solicitação dos órgãos ambientais, também foram construídos dois canais “by-pass”, para isolamento dos canais originais. Além disso, foram removidos 1.553 toneladas de solo da subestação e das valas de drenagem. Em seguida, o fundo da cava foi analisado quimicamente para comprovar a descontaminação da área, e as valas de drenagem da subestação foram raspadas, conforme orientação da CETESB.

Recebemos a certificação de destinação final adequada para os resíduos removidos da área e, desde abril de 2013, efetuamos o monitoramento ambiental, coletando periodicamente amostras de água, sedimento e tecido biológico para garantir que a remediação tenha sido efetiva.

Ainda assim, por princípios de precaução, os órgãos ambientais solicitaram perícia complementar com novas análises, a serem realizadas pela Celesc, com finalização em 2014. Também foram pagas indenizações a famílias da comunidade local, totalizando mais de R\$ 2,5 milhões, em função do embargo preventivo de uma área de 730 hectares, onde havia atividades de pesca, maricultura, extrativismo e outras.

O incidente, ao invés de nos abalar, acabou por nos fortalecer. Nossa equipe demonstrou um comprometimento extraordinário com as questões socioambientais relacionadas ao nosso trabalho. Todos entenderam que faziam parte do problema e, portanto, da solução, e agiram juntos para reverter a situação.

Agora, estamos ainda mais atentos a essas questões, trabalhando para continuar melhorando nossos processos de gestão socioambiental. Estamos desenvolvendo um cronograma, bem como um orçamento dedicado à implantação de sistemas de captação de óleo (bacias de captação e caixas separadoras) nos transformadores de todas as nossas subestações, para evitar possíveis novos vazamentos.

Assim, no ano de 2013, não ocorreram derramamentos significativos em nossas operações e é possível perceber uma importante evolução em nossa atuação ambiental, conforme descrito neste capítulo. (GRI EN25)



PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO ANO (GRI 2.10)

🏆 **Prêmio Top of Mind na Categoria Grande Empresa Pública**

A premiação da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), do Grupo RBS e do Instituto Mapa reconhece as marcas mais lembradas em Santa Catarina, premiando empresas, organizações e executivos em 48 categorias. Fomos reconhecidos por nossa atuação no estado, sendo considerada a empresa mais lembrada na categoria Grande Empresa Pública.

🏆 **Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio 2013 (Jornal Correio Lageano)**

O prêmio concedido pelo Jornal Correio Lageano reconhece empresas pelo seu potencial, inovação, tecnologia, criatividade e empreendedorismo na região. Estivemos entre os 55 destaques do ano e também fomos reconhecidos por estarmos entre as poucas empresas que se destacaram nas 15 edições do prêmio.

🏆 **Troféu Guarani (P. M. de São Miguel do Oeste)**

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste instituiu por meio da Lei Municipal nº 4.837, o reconhecimento às empresas que, dentro de seus setores econômicos como indústria, comércio, prestadores de serviços e agricultura, destacam-se na geração de riqueza para o município com a entrega do Troféu Guarani. Nesse ano, a Celesc Distribuição recebeu dois prêmios, sendo agraciada novamente como vencedora na categoria Empresa considerada Monopólio ou Oligopólio e, de forma inédita, como segunda colocação na categoria Empresa contribuinte de ISSQN.

🏆 **Empresa Cidadã (ADVB-SC) com o projeto Banho de Energia**

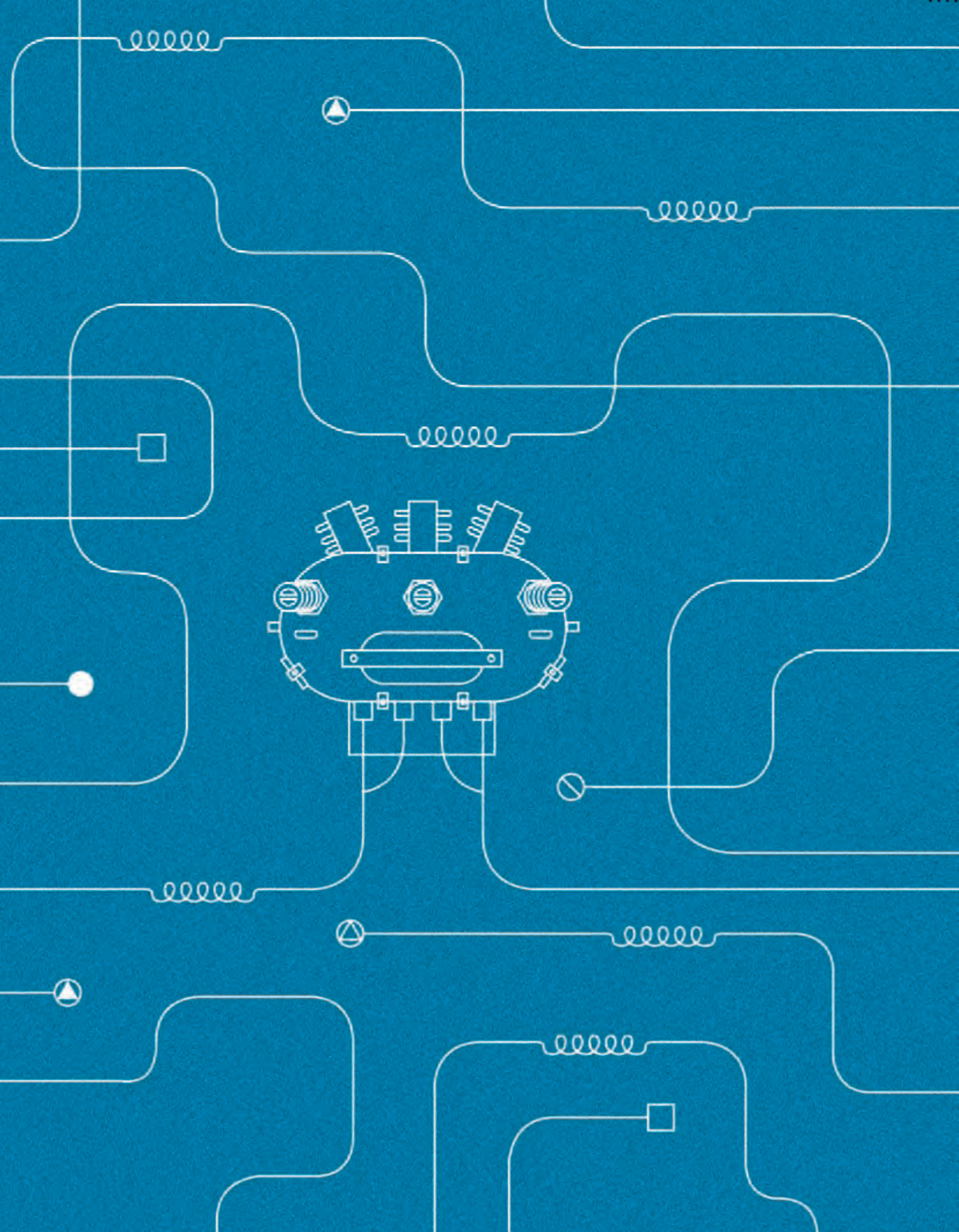
Em agosto, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing (ADVB) de Santa Catarina promoveu a 15ª Edição do Prêmio Empresa Cidadã, em que foram agraciadas 15 empresas com projetos relacionados à preservação ambiental, participação comunitária e desenvolvimento cultural, destacados. Na ocasião, recebemos troféu e certificado pelo destaque com o projeto “Banho de Energia”, descrito na página 94 deste relatório.

🏆 **Case Premiado no Fórum de Gestão Sustentável (Editora Expressão) com o Programa Jovem Aprendiz**

O prêmio foi concedido à nossa Assessoria de Responsabilidade Social em reconhecimento do Programa Jovem Aprendiz. O programa está previsto em lei, e obriga empresas de médio e grande porte a contratar jovens a partir de 14 anos e oferecer a eles formação profissional. O diferencial da Celesc está em um acordo firmado com o Ministério Público Estadual, em que a empresa se compromete a cumprir a lei incorporando jovens em situação de risco, vulneráveis ou já marginalizados, que podem encontrar no programa uma forma de inclusão social. Atualmente, existem 170 aprendizes na Companhia, e mais de 500 outros já se formaram na empresa.

🏆 **Prêmio Fundação COGE**

O projeto “Energia do Futuro” concorreu ao Prêmio Fundação Coge 2013 e foi um dos destaques na categoria Ações de Responsabilidade Ambiental. Mais detalhes sobre o projeto na página 94.



Balanco
Social 2013

BALANÇO SOCIAL 2013 - CELESC DISTRIBUIÇÃO

1 - BASE DE CÁLCULO	2013			2012		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	4,350,173			4,025,088		
- Resultado Operacional (RO)	48,968			(185,811)		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	528,754			853,713		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	22,400	4.24	0.51	23,642	2.77	0.59
- Encargos Sociais Compulsórios	90,387	17.09	2.08	108,100	12.66	2.69
- Previdência Privada	22,737	4.30	0.52	25,314	2.97	0.63
- Saúde	32,198	6.09	0.74	24,485	2.87	0.61
- Segurança e saúde no trabalho	2,648	0.50	0.06	2,409	0.28	0.06
- Educação	473	0.09	0.01	225	0.03	0.01
- Cultura	0	0.00	0.00	0	0.00	0.00
- Capacitação e Desenv. Profissional	1,023	0.19	0.02	1,375	0.16	0.03
- Creches ou Auxílio-creche	1,129	0.21	0.03	1,111	0.13	0.03
- Participação nos Lucros ou Resultados	12,009	2.27	0.28	10,610	1.24	0.26
- Outros	66,265	12.53	1.52	80,123	9.39	1.99
Total - Indicadores Sociais Internos	251,269	47.52	5.78	277,394	32.49	6.89
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	1,882	3.84	0.04	1,914	(1.03)	0.05
- Cultura	22,485	45.92	0.52	24,857	(13.38)	0.62
- Saúde e Saneamento	112	0.23	0.00	378	(0.20)	0.01
- Esporte	31,826	64.99	0.73	36,659	(19.73)	0.91
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	236,649	483.27	5.44	206,772	(111.28)	5.14
- Outros	1,070	2.18	0.02	938	(0.50)	0.02
Total das Contribuições p/ a Sociedade	294,024	600.44	6.76	271,518	(146.13)	6.75
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1,788,944	3,653.29	41.12	1,913,547	(1,029.84)	47.54
Total - Indicadores Sociais Externos	2,082,968	4,253.73	47.88	2,185,065	(1,175.96)	54.29
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	6,997	14.29	0.16	35	(0.02)	0.00
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	211,111	431.12	4.85	143,044	(76.98)	3.55
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	218,109	445.41	5.01	143,079	(77.00)	3.55
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2013			2012		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3,030			3,525		
- Nº de admissões durante o período	201			52		
- Nº de empregados(as) terceirizados	2,861			1,574		
- Nº de estagiários(as)	276			153		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1,574			2,229		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	473			603		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24.50			24.18		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	97			119		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1.50			1.63		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	32			31		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	19.06			16.91		
- Número total de acidentes de trabalho	80			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos + Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	497,123	5	1,656	0	5	1,000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	100%	ND	ND	100%	ND	ND
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.698.503			Em 2012: 3.327.184		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78,12% governo	16,97% colaboradores		78,99% governo	23,05% colaboradores	
	1,53% acionistas	3,85% terceiros	(0,47)% retido	0% acionistas	2,12% terceiros	(4,16)% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF:SC Coordenação: Viviani Bleyer Remor Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica Contador: José Brulino Stähelin Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbrulinos@celesc.com.br CRC/ SC: 018.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

BALANÇO SOCIAL 2013 - CELESC CONSOLIDADO

1 - BASE DE CÁLCULO	2013			2012		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	4,872,377			4,545,214		
- Resultado Operacional (RO)	145,027			(499,210)		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	528,754			893,097		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	22,400	4.24	0.46	23,857	2.67	0.52
- Encargos Sociais Compulsórios	90,387	17.09	1.86	108,932	12.20	2.40
- Previdência Privada	22,737	4.30	0.47	25,423	2.85	0.56
- Saúde	32,198	6.09	0.66	514	0.06	0.01
- Segurança e saúde no trabalho	2,648	0.50	0.05	2,590	0.29	0.06
- Educação	473	0.09	0.01	245	0.03	0.01
- Cultura	-	-	0.00	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional	1,310	0.25	0.03	1,392	0.16	0.03
- Creches ou Auxílio-creche	1,129	0.21	0.02	1,118	0.13	0.02
- Participação nos Lucros ou Resultados	12,009	2.27	0.25	11,054	1.24	0.24
- Outros	66,265	12.53	1.36	80,153	8.97	1.76
Total - Indicadores Sociais Internos	251,556	47.58	5.16	255,278	28.58	5.62
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Educação	1,922	1.33	0.04	1,940	(0.39)	0.04
- Cultura	22,485	15.50	0.46	24,974	(5.00)	0.55
- Saúde e Saneamento	199	0.14	0.00	378	(0.08)	0.01
- Esporte	31,826	21.94	0.65	36,659	(7.34)	0.81
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	236,649	163.18	4.86	206,772	(41.42)	4.55
- Outros	1,070	0.74	0.02	1,143	(0.23)	0.03
Total das Contribuições p/ a Sociedade	294,151	202.82	6.04	271,866	(54.46)	5.98
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1,796,570	1,238.78	36.87	1,926,673	(385.94)	42.39
Total - Indicadores Sociais Externos	2,090,721	1,441.61	42.91	2,198,539	(440.40)	48.37
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	7,895	5.44	0.16	35	-0.01	0.00
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	211,063	145.53	4.33	150,780	-30.20	3.32
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	218,958	150.98	4.49	150,815	-30.21	3.32
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2013			2012		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3,030			3,550		
- Nº de admissões durante o período	201			55		
- Nº de empregados(as) terceirizados	2,861			1,577		
- Nº de estagiários(as)	276			157		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1,574			2,280		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	473			613		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24.50			24.18		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	97			120		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1.50			1.63		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	32			31		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	19.06			16.91		
- Número total de acidentes de trabalho	80			-		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerência	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos + Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 497,123	no Procon 5	na Justiça 1,656	na Empresa 0	no Procon 5	na Justiça 1,000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	100%	0%	0%	100%	0%	0%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.860.034			Em 2012: 3.063.485		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	68,79% governo	19,79% colaboradores		82,23% governo	23,79% colaboradores	
	4,46% terceiros	5,20% retido	1,76% acionistas	2,41% terceiros	(8,43)% retido	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF:SC Coordenação: Viviani Bleyer Remor Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica Contador: José Braulino Stähelin Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/ SC: 018.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC** apresentou seu relatório "Relatório Anual e de Sustentabilidade - 2013" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação B.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 da GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 22 maio 2014

Ásthildur Hjaltadóttir
Diretor Serviços
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 5 maio 2014. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

TABELAS EQUIVALENTES AOS INDICADORES DO RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL PARA O SETOR ELÉTRICO (ANEEL)

TABELA 1 • RELATIVA A DIMENSÃO SOCIAL

Dados descritivos expostos nas páginas 17-55

Indicador de Desempenho Operacional

1 - Dados técnicos (insumos, capacidade de produção, vendas, perdas)	2011	2012	2013
Número de Consumidores Atendidos - Cativos (UN)	2.420.642	2.503.772	2.594.128
Número de Consumidores Atendidos - Livres (UN)	124	204	238
Número de Localidades Atendidas (municípios) (UN)	287	287	263
Número de Empregados Próprios (UN)	3.634	3.525	3.030
Total de empregados terceirizados (UN)	1.953	1.574	2.861
Número de Escritórios Comerciais (UN)	172	219	251
Energia Gerada (GWh)	573,9	475,11	486,538
Energia Comprada (GWh)	18.322	18.738	19.055,69
Itaipu (GWh)	4.728	4.474	4.396,19
Contratos Iniciais (GWh)	0	0	297,18
Contratos Bilaterais (GWh)	213	193	210,24
Com Terceiros (GWh)	213	193	210,24
Com Parte Relacionada (GWh)	0	NA	0
Leilão (GWh)	0	NA	0
PROINFA (GWh)	429	422	407,44
CCEAR (GWh)	12.951	13.649	13.744,64
Mecanismo de Comercialização de Sobras e Déficits - MCSD (GWh)	1	ND	0
1.1 - Perdas elétricas globais	2011	2012	2013
Perdas Elétricas - Total (%) sobre o requisito de energia (%)	10	9,98	7,08
Perdas Técnicas - Total (%) sobre o requisito de energia (%)	7,54	8,17	6,3
Perdas Não-Técnicas - Total (%) sobre o requisito de energia (%)	2,46	1,81	0,78
Energia Vendida (GWh)	14.574	15.010	16.485,3
Residencial (GWh)	4.461	4.690	5.315,9
Industrial (GWh)	4.862	4.641	4.924,7
Comercial (GWh)	2.997	3.282	3.586,7
Rural (GWh)	1.117	1.184	1.311,8
Poder Público (GWh)	360	389	423
Iluminação Pública (GWh)	502	529	589,7
Serviço Público (GWh)	275	295	333,5
Subestações (UN)	140	144	158
Capacidade Instalada (MVA)	6.106,1	6.301,95	6.327,95
Linhas de transmissão (Km)	5.030,1	5.142,53	5.154,51
Rede de Distribuição (Km)	121.250,82	124.798,06	145.767,97
Transformadores de Distribuição (UN)	159.190	156.797	159.970
Venda de energia por Capacidade Instalada (GWh/MVA/n°)	ND	2,3818	16.459,12
Energia Vendida por Empregado (MWh)	4.010,46	4,37	5.440,7
Número de Consumidores por Empregado (UN)	665	729	855
Valor Adicionado/GWh Vendido (Índice)	ND	0	Não Infor.
DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) (H)	17,14	16,48	15,49
FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) (Índice)	11,82	11,79	10,62

TABELA 2 • RELATIVA A DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Dados descritivos expostos nas páginas 57-71

Indicadores Econômicos

2.1 - Geração de Riqueza	2012 (R\$ MIL)	2012 (%)	2013 (R\$ MIL)	2013 (%)	DELTA %
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços) (R\$ mil)	6.506.529	195,56%	6.203.419	229,88%	-4,66%
Fornecimento de energia (R\$ mil)	6.296.625	189,25%	5.587.074	207,04%	-11,27%
Residencial (R\$ mil)	1.999.746	60,10%	1.807.757	66,99%	-9,60%
Residencial baixa renda (R\$ mil)	593	0,02%	12.602	0,47%	2025,13%
Comercial (R\$ mil)	1.431.552	43,03%	1.302.105	48,25%	-9,04%
Industrial (R\$ mil)	2.178.742	65,48%	1.831.247	67,86%	-15,95%
Rural (R\$ mil)	295.726	8,89%	274.767	10,18%	-7,09%
Iluminação Pública (R\$ mil)	124.298	3,74%	115.980	4,30%	-6,69%
Serviço Público (R\$ mil)	99.222	2,98%	93.217	3,45%	-6,05%
Poder Público (R\$ mil)	166.746	5,01%	149.399	5,54%	-10,40%
Energia de Curto Prazo (R\$ mil)	150.586	4,53%	549.707	20,37%	265,05%
Serviços (R\$ mil)	59.318	1,78%	66.638	2,47%	12,34%
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.) (R\$ mil)	3.164.184	95,10%	3.433.151	127,22%	8,50%
Resultado Não Operacional (R\$ mil)	3.574	0,11%	-1.977	-0,07%	-155,32%
= VALOR ADICIONADO BRUTO (R\$ mil)	3.345.919	100,56%	2.768.291	102,59%	-17,26%
(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO (depreciação, amortização) (R\$ mil)	139.154	4,18%	218.795	8,11%	57,23%
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (R\$ mil)	3.206.765	96,38%	2.549.496	94,48%	-20,50%
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (Receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial) (R\$ mil)	120.419	3,62%	149.007	5,52%	23,74%
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (R\$ mil)	3.327.184	100,00%	2.698.503	100,00%	-18,90%
2.2 - Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas	2012 (R\$ Mil)	2012 (%)	2013 (R\$ Mil)	2013 (%)	
EMPREGADOS (R\$ mil)	766.983	23,05%	457.874	16,97%	
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais) (R\$ mil)	2.628.077	78,99%	2.107.999	78,12%	
FINANCIADORES (R\$ mil)	70.608	2,12%	103.900	3,85%	
ACIONISTAS (R\$ mil)	-138.484	-4,16%	28.730	1,06%	
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (R\$ mil)	3.327.184	100,00%	2.698.503	100,00%	
2.3 - Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Sociais	2012 (R\$ Mil)	2012 (%)	2013 (R\$ Mil)	2013 (%)	
TRIBUTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES (R\$ mil)	1.984.766	75,52%	1.852.556	87,88%	
ICMS (R\$ mil)	1.334.937	50,80%	1.145.465	54,34%	
IPVA (R\$ mil)	670	0,03%	366	0,02%	
PIS/PASEP (R\$ mil)	110.258	4,20%	102.774	4,88%	
CPMF (R\$ mil)	0	0,00%	0	0,00%	
COFINS (R\$ mil)	494.289	18,81%	473.385	22,46%	
ISS (R\$ mil)	243	0,01%	116	0,01%	
IPTU (R\$ mil)	814	0,03%	582	0,03%	
INSS - (sobre folha de pagamento) (R\$ mil)	86.731	3,30%	70.880	3,36%	
IRPJ a pagar do exercício (R\$ mil)	-32.549	-1,24%	42.417	2,01%	
CSSL a pagar do exercício (R\$ mil)	-11.203	-0,43%	16.023	0,76%	
Incentivos Fiscais (R\$ mil)	576	0,02%	548	0,03%	
ENCARGOS SETORIAIS (R\$ mil)	643.311	24,48%	255.443	12,12%	
RGR (R\$ mil)	42.666	1,62%	3.498	0,17%	
CCC (R\$ mil)	239.155	9,10%	14.349	0,68%	
CDE (R\$ mil)	207.877	7,91%	70.934	3,36%	
CFURH (R\$ mil)	0	0,00%	0	0,00%	
TFSEE (R\$ mil)	10.872	0,41%	8.711	0,41%	
Programas de Fontes Alternativas - Proinfa (R\$ mil)	90.725	3,45%	115.227	5,47%	
Encargo de capacidade emergencial (R\$ mil)	0	0,00%	0	0,00%	
P&D (R\$ mil)	40.001	1,52%	42.724	2,03%	
Adicional de CCC (0,3% ROL) (R\$ mil)	12.015	0,46%	0	0,00%	
VALOR DISTRIBUÍDO (R\$ mil)	2.628.077	100,00%	2.107.999	100,00%	
2.4 - inadimplência setorial	2012 (R\$ Mil)	2013 (%)			
ENERGIA COMPRADA (discriminar) (R\$ mil)	2.451.921,392	Não Infor.			
ENCARGOS SETORIAIS (R\$ mil)	511.830,27	Não Infor.			
RGR (R\$ mil)	42.666,134	Não Infor.			
CCC (R\$ mil)	232.718,524	Não Infor.			
CDE (R\$ mil)	205.548,797	Não Infor.			
CFURH (R\$ mil)	Não Infor.	Não Infor.			
TFSEE (R\$ mil)	10.872,077	Não Infor.			
ESS (R\$ mil)	Não Infor.	Não Infor.			
P&D (R\$ mil)	20.024,738	Não Infor.			
Total (A) (R\$ mil)	2.963.751,662	Não Infor.			
Percentual de inadimplência (%)	0	Não Infor.			
Total da inadimplência(A)/receita operacional líquida (%)	73,632	Não Infor.			

TABELA 3 • RELATIVA A DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Dados descritivos expostos nas páginas 57-71

Investimento Concessão

Investimentos	2012 (R\$ Mil)	2013 (R\$ Mil)	Delta (%)
Expansão da Distribuição/Transmissão (expansão reforço) (R\$ mil)	160.050,48	107.871,2	-32,60%
Renovação da Distribuição/Transmissão (R\$ mil)	24.943,36	41.213,29	65,23%
Subtransmissão (R\$ mil)	NA	NA	

TABELA 4 • RELATIVA A DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Dados descritivos expostos nas páginas 57-71

Outros Indicadores

Outros indicadores	2012 (Valor)	2013 (Valor)	Delta %
Receita Operacional Bruta (R\$)	6.506.529.153,29	6.203.418.611,52	-4,66%
Deduções da Receita (R\$ mil)	2.481.441	1.853.245	-25,32%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	4.025.088	4.350.173	8,08%
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ mil)	4.260.709	4.306.133	1,07%
Receitas Irrecuperáveis (R\$ mil)	17.200	87.887	410,97%
Resultado de Serviço (R\$ mil)	-235.621	44.040	
Resultado Financeiro (R\$ mil)	49.810	4.928	-90,11%
IRPJ/CSSL (R\$ mil)	43.752	58.440	33,57%
Lucro Líquido (R\$ mil)	-138.484	28.729	
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ mil)	0	40.179	
Dividendos Distribuídos (R\$ mil)	5.828	2.360	-59,51%
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$)	263,7	261,82	-0,71%
Riqueza (valor adicionado líquido) por empregados (R\$ Mil)	910	841	-7,58%
Riqueza (valor a distribuir) por Receita Operacional (R\$)	0,51	0,44	-13,73%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	-96.468	262.835	
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	-2,4	6,04	
Liquidez Corrente (R\$)	1,12	1,18	5,36%
Liquidez Geral (R\$)	0,67	0,71	5,97%
Margem Bruta (lucro líquido/receita operacional bruta) (%)	-2,13	0,46	
Margem Líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	-3,44	0,66	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	-8,53	1,82	
Capital próprio (%) (%)	31,75	29,76	-6,27%
Capital de terceiros oneroso (empréstimos e financiamentos) (%)	20,82	43,21	107,54%
Inadimplência de clientes (contas vencidas até 90 dias / Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses) (%)	1,94	1,69	-12,89%

TABELA 5 • RELATIVA DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

Dados descritivos expostos nas páginas 73-87

Indicadores Sociais Internos - Empregados / Empregabilidade / Administradores

5.1 - Informações gerais	2011	2012	2013
Número total de empregados (UN)	3.634	3.525	3.030
Empregados até 30 anos de idade (%)	8,26	6,58	8,09
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	16,9	17,22	22,15
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	47,66	42,95	41,52
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	27,46	33,25	26,01
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	17,17	17,1	15,61
Mulheres em cargos gerenciais - em relação ao total de cargos gerenciais (%)	22	24,18	24,5
Empregadas negras (pretas e pardas) - em relação ao total de empregados (%)	0,36	0,45	0,36
Empregados negros (pretos e pardos) - em relação ao total de empregados (%)	1,6786	2,92	2,84
Empregados negros (pretos e pardos) - em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	0,73	1,63	1,5
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	4,5129	4,3404	9,1089
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	6,76	5,8	8,32
Empregados portadores de deficiência (UN)	30	31	32
5.2 - Participação nos resultados	2011	2012	2013
Investimento total em programa de participação nos resultados da empresa (R\$)	17.934.500	13.335.000	14.734.118,47
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	5,55	3,42	19,05
Ações da empresa em poder dos empregados (%)	ND	ND	ND
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (inclui participação nos resultados e bônus) (Índice)	16,97	16,91	19,06
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente (inclui participação nos resultados e programa de bônus) (Índice)	3,14	2,77	2,31
5.3 - Perfil da remuneração - Identificar a percentagem de empregados em cada faixa de salários faixas	2011	2012	2013
Até R\$ 2.000,00 (%)	3,47	1,56	3,79
De R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00 (%)	31,37	29,56	26,82
De R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00 (%)	29,25	28,23	26,09
Acima de R\$ 6.000,00 (%)	35,86	40,65	43,41
5.3.1 - Por Categorias (salário médio do ano corrente)	2011	2012	2013
Cargos de Diretoria (R\$)	29.500	29.500	NA
Cargos Gerenciais (R\$)	8.918,1	9.174,18	9.242,6
Cargos Administrativos (R\$)	5.217,62	5.649,58	4.325,11
Cargos de Produção (R\$)	6.659,98	5.161,08	4.228,95
5.4 - Saúde e Segurança do Trabalho	2011	2012	2013
Número total de acidentes de trabalho com empregados (UN)	107	100	80
Número total de acidentes de trabalho com terceirizados/contratados (UN)	22	45	33
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano (Índice)	0,0294	0,0284	0,0264
Percentual dos acidentes que resultam em afastamento temporário de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	74,41	74,48	67
Percentual dos acidentes que resultaram em mutilação ou outros danos à integridade física de empregados e/ou de prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo lesões por esforço repetitivo - LER) (%)	3,1	0	5,3
Percentual dos acidentes que resultaram em morte de empregados e/ou de prestadores de serviço (%)	0,7751	0,68	1,3
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados (Índice)	8,72	7,99	7,01
Índice TF (taxa de frequência) total da empresa no período, para terceirizados/contratados (Índice)	10,17	13,86	10,2
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	0	0	0
Média de horas extras por empregado/ano (H)	224,88	239,38	251,42
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ mil)	47.212,06	70,989	115.225,29

5.5 - Comportamento frente a demissões	2011	2012	2013
Número de empregados ao final do período (UN)	3.634	3.525	3.030
Número de admissões durante o período (UN)	6	52	201
Reclamações trabalhistas iniciadas por total de demitidos no período (%)	21,91	9,27	ND
5.5.1 - Reclamações trabalhistas	2011	2012	2013
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil)	381	346,07	47.422,431
Valor provisionado no passivo (R\$ mil)	0	0	72.195,321
Número de processos existentes (UN)	16	14	1.213
Número de empregados vinculados nos processos (UN)	16	14	ND
5.6 - Preparação para a aposentadoria	2011	2012	2013
Investimentos em previdência complementar (R\$ mil)	25.697	25.314	22.737
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar (UN)	3.524	3.402	2.895
Número de beneficiados pelo programa de preparação para a aposentadoria (UN)	0	273	520
5.7 - Trabalhadores Terceirizados	2011	2012	2013
Número de trabalhadores terceirizados/contratados (UN)	1.953	1.574	2.861
DGC - Diretoria de Gestão Corporativa - Nº de trabalhadores terceirizados contratados (UN)	580	463	457
DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores - Nº de trabalhadores terceirizados contratados (UN)	34		Não Infor.
DTE - Diretoria Técnica - Nº de trabalhadores terceirizados contratados (UN)	569	220	1.264
DJI - Diretoria Jurídico-Institucional (UN)	Não Infor.	Não Infor.	Não Infor.
DCL - Diretoria Comercial - Nº de trabalhadores terceirizados contratados (UN)	770	891	1.140
Custo Total Terceirizados (R\$ mil)	109.285,042	105.476,076	23.774.923,63
Custo Total Terceirizados - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (R\$ mil)	15.885,62	13.300,26	23.623.105,83
Custo Total Terceirizados - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (R\$ mil)	3.346	0	Não Infor.
Custo Total Terceirizados - DTE - Diretoria Técnica (R\$ mil)	49.118	47.145	87.900
Custo Total Terceirizados - DJI - Diretoria Jurídica (R\$ mil)	Não Infor.	Não Infor.	Não Infor.
Custo Total Terceirizados - DCL - Diretoria Comercial (R\$ mil)	40.935,422	45.030,816	63.917,8
Trabalhadores terceirizados/contratados em relação ao total da força de trabalho (%)	34,9561	30,8688	48,5656
5.7.1 - Perfil da Remuneração - Identificar a percentagem de terceirizados em cada faixa de salários	2011	2012	2013
Valor de Referência de Terceirizados para Faixas Salariais: até 2011 era de R\$500,00; A partir de 2012, utiliza-se o Salário Mínimo (R\$)	500,00	622,00	678,00
Até 2011: Até R\$ 500,00 ou A partir de 2012: Até 1 Salário Mínimo Nacional (%)	14,90	15,37	7,76
Até 2011: De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 ou A partir de 2012: Faixa de 1 a 2 Salários Mínimos Nacionais (%)	42,55	43,58	66,27
Até 2011: De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00 ou A partir de 2012: Faixa de 2 a 3 Salários Mínimos Nacionais (%)	30,36	8,39	20,27
Até 2011: Acima de R\$ 1.501,00 ou A partir de 2012: Acima de 3 Salários Mínimos Nacionais (%)	12,19	3,37	5,59
Número de terceirizados com Remuneração até 1 Salário Mínimo (UN)	291	242	222
Número de terceirizados até 1 Salário Mínimo - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	291	167	158
Número de terceirizados até 1 Salário Mínimo - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	0		Não Infor.
Número de terceirizados até 1 Salário Mínimo - DTE - Diretoria Técnica (UN)	0	0	3
Número de terceirizados até 1 Salário Mínimo - DCL - Diretoria Comercial (UN)	0	75	61
Número de terceirizados com Remuneração de 1 a 2 Salários Mínimos (UN)	831	686	1.896
Número de terceirizados de 1 a 2 Salários Mínimos - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	280	254	255
Número de terceirizados de 1 a 2 Salários Mínimos - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	0		Não Infor.
Número de terceirizados de 1 a 2 Salários Mínimos - DTE - Diretoria Técnica (UN)	144	115	716
Número de terceirizados de 1 a 2 Salários Mínimos - DCL - Diretoria Comercial (UN)	407	317	925
Número de terceirizados com Remuneração de 2 a 3 Salários Mínimos (UN)	593	132	580
Número de terceirizados de 2 a 3 Salários Mínimos - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	8	2	11
Número de terceirizados de 2 a 3 Salários Mínimos - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	0		Não Infor.
Número de terceirizados de 2 a 3 Salários Mínimos - DTE - Diretoria Técnica (UN)	252	79	449
Número de terceirizados de 2 a 3 Salários Mínimos - DCL - Diretoria Comercial (UN)	333	51	120
Número de terceirizados com Remuneração Acima de 4 Salários Mínimos (UN)	238	53	160

Número de terceirizados Acima de 4 Salários Mínimos - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	1	8	28
Número de terceirizados Acima de 4 Salários Mínimos - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	34		Não Infor.
Número de terceirizados Acima de 4 Salários Mínimos - DTE - Diretoria Técnica (UN)	173	26	98
Número de terceirizados Acima de 4 Salários Mínimos - DCL - Diretoria Comercial (UN)	30	19	34
5.7.2 - Perfil da escolaridade - em relação ao total de terceirizados - discriminar:	2011	2012	2013
Ensino Fundamental (%)	58,00	31,89	38,97
Ensino Médio (%)	36,00	37,36	53,48
Ensino Superior, Pós-graduação (%)	6,00	2,54	7,72
Número de terceirizados com Ensino Fundamental (UN)	1.136	502	1.115
Número de terceirizados com Ensino Fundamental - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	441	268	292
Número de terceirizados com Ensino Fundamental - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	0		Não Infor.
Número de terceirizados com Ensino Fundamental - DTE - Diretoria Técnica (UN)	403	130	518
Número de terceirizados com Ensino Fundamental - DCL - Diretoria Comercial (UN)	292	104	305
Número de terceirizados com Ensino Médio (UN)	701	588	1.530
Número de terceirizados com Ensino Médio - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	137	156	120
Número de terceirizados com Ensino Médio - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	5		Não Infor.
Número de terceirizados com Ensino Médio - DTE - Diretoria Técnica (UN)	141	84	663
Número de terceirizados com Ensino Médio - DCL - Diretoria Comercial (UN)	418	348	747
Número de terceirizados com Ensino Superior, Pós-graduação (UN)	116	40	221
Número de terceirizados com Ensino Superior, Pós-graduação - DGC - Diretoria de Gestão Corporativa (UN)	2	1	40
Número de terceirizados com Ensino Superior, Pós-graduação - DEF - Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores (UN)	29		Não Infor.
Número de terceirizados com Ensino Superior, Pós-graduação - DTE - Diretoria Técnica (UN)	25	6	93
Número de terceirizados com Ensino Superior, Pós-graduação - DCL - Diretoria Comercial (UN)	60	33	88
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para empregados (Índice)	1.148	191	130
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para terceirizados/contratados (Índice)	1.174	3.107	2.975
5.8 - Administradores	2011	2012	2013
Remuneração e/ou honorários totais (A) (R\$ mil)	1.434,02	468,81	NA
Número de Diretores (B) (UN)	7	9	NA
Remuneração e/ou honorários médios A/B (R\$ mil)	204,86	52,09	NA
Honorários de Conselheiros de Administração (C) (R\$ mil)	0	0	0
Número Conselheiros de Administração (D) (UN)	0	0	0
Honorários Médios C/D (R\$ mil)		Não Infor.	Não Infor.
5.9 - Remuneração	2011	2012	2013
Folha de Pagamento Bruta (R\$ mil)	562.239	853.713	528.754
Encargos sociais compulsórios (R\$ mil)	106.358	108.100	90.387
5.10 - Benefícios	2011	2012	2013
Educação (R\$ mil)	124	225	473
Alimentação (R\$ mil)	23.078	23.642	22.400
Transporte (R\$ mil)	68	90	81
Saúde (R\$ mil)	24.639	362	32.198
Fundação (R\$ mil)	25.697	25.314	22.737
Outros (aux.Babá/aux.Excepcional/aux.Doença/aux.Funeral) (R\$ mil)	55.356	80.033	66.184
5.11 - Perfil da escolaridade - discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados	2011	2012	2013
Ensino Fundamental (%)	5	3,43	6,04
Ensino Médio (%)	54	16,08	52,67
Ensino Superior (empregados) (%)	26	23,09	25,71
Pós-Graduação (%)	15	14	15,58
Analfabetos na força de trabalho (%)			0
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (R\$ mil)			1.023
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano (H)			28,83

TABELA 6 • RELATIVAS DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

Dados descritivos xpostos nas páginas 89 – 98

Indicadores Sociais Externos - Excelência no atendimento, clientes e consumidores

6.1 - Qualidade Técnica dos Serviços Prestados	2011	2012	2013
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), geral da empresa - Valor apurado. (H)	17,14	16,48	15,49
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), geral da empresa - Limite (H)	17,59	16,62	15,66
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da empresa - Valor apurado (Índice)	11,82	11,79	10,62
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da empresa - Limite (Índice)	14,32	13,41	12,79
6.1.1 - Segurança no uso final de energia do consumidor	2011	2012	2013
Taxa de Gravidade (TG) de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede concessionária (Índice)	959	798	786,82
Número de melhorias implementadas com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais seguros (UN)	998	963	7.100
6.2 - Excelência do atendimento	2011	2012	2013
6.2.1 - Satisfação do cliente	2011	2012	2013
Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC-ANEEL (Índice)	ND	62,17	62,1
Índices de satisfação obtidos por pesquisas de outras entidades (ABRADEE, Vox Populi e outras) e/ou pesquisas próprias (especificar) (Índice)	81,5	83,9	85,5
6.2.3 - Atendimento ao consumidor	2011	2012	2013
Total de ligações atendidas (Call center) (UN)	2.277.622	1.921.917	1.980.400
Número de atendimentos nos escritórios regionais (UN)	3.730.158	3.988.793	1.523.032
Número de atendimentos por meio da internet (UN)	6.863.482	8.728.391	9.786.218
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	8,73	1,44	25,05
Tempo médio de espera até o início de atendimento (min.)	3,9	1,85	2,48
Tempo médio de atendimento (min.)	0,5	4	3,58
6.2.4 - Número de reclamações de consumidores encaminhadas	2011	2012	2013
à Empresa (UN)	1.051.676	807.313	497.123
à ANEEL - agências estaduais / regionais (UN)	ND	ND	973
Ao Procon (UN)	ND	ND	5
à Justiça (UN)	1.076	1.095	1.656
6.2.4.1 - Reclamações - Principais Motivos	2011	2012	2013
Reclamações referentes a prazos na execução de serviços (%)	3,6	5,52	4,57
Reclamações referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	1,02	1,68	1,54
Reclamações referentes a interrupções (%)	77,06	71,13	75,2
Reclamações referentes à emergência (%)	78,08	88,76	76,73
Reclamações referentes ao consumo/leitura (%)	1,25	2,08	2,68
Reclamações referentes ao corte indevido (%)	0,05	0,13	0,19
Reclamações referentes por conta não entregue (%)	0,58	0,67	1,19
Reclamações referentes a serviço mal executado (%)	0,43	ND	ND

Reclamações referentes a danos elétricos (%)	0,38	0,59	2,06
Reclamações referentes a irregularidades na medição (fraude/desvio de energia) (%)	0,003	0,01	0,01
Outros (Especifique) (%)	7,12	0,08	0,03
6.2.4.2 - Reclamações solucionadas	2011	2012	2013
Durante o atendimento (%)	NA	NA	NA
Até 30 dias (%)	86,52	83,31	97,64
Entre 30 e 60 dias (%)	0,23	0,59	1,26
Mais que 60 dias (%)	12,72	16,1	1,1
Reclamações julgadas procedentes em relação ao total de reclamações recebidas (%)	25,51	29,26	32,06
Reclamações solucionadas em relação ao número de reclamações procedentes (%)	100	100	100
Quantidade de inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento ao consumidor (UN)	0	0	0
6.3 - Perfil de consumidores e clientes	2011	2012	2013
6.3.1 - Venda de energia por classe tarifária (GWh): % Total	2011	2012	2013
Residencial (%)	29,1	30,25	31,16
Residencial baixa renda (%)	1,53	1	1,09
Comercial (%)	20,56	21,86	21,76
Industrial (%)	33,36	30,92	29,87
Rural (%)	7,66	7,89	7,96
Iluminação Pública (%)	3,44	3,52	3,58
Serviço Público (%)	1,89	1,97	2,02
Poder Público (%)	2,47	2,59	2,57

TABELA 7 • RELATIVAS DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

Dados descritivos expostos nas páginas 89 – 98

Indicadores Sociais Externos - Fornecedores

7.1 - Seleção e Avaliação de Fornecedores	2011	2012	2013
Fornecedores inspecionados pela empresa/total de fornecedores (%)	100	100	100
Fornecedores não-qualificados (não-conformidade com os critérios de responsabilidade social da empresa) / total de fornecedores (%)	0,001	0,001	0,001
Fornecedores com certificação SA 8000 ou equivalente / total de fornecedores ativos (%)	0	0	0
7.2 - Apoio ao desenvolvimento de fornecedores	2011	2012	2013
Número de capacitações oferecidas aos fornecedores (UN)	17	18	0
Número de horas de treinamento oferecidas aos fornecedores (H)	136	320	0

TABELA 8 • RELATIVAS DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

Dados descritivos expostos nas páginas 89 – 98

Indicadores Sociais Externos - Comunidade, governo e sociedade

8.1 - Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade do entorno	2011	2012	2013
Número de reclamações da comunidade - impactos causados pelas atividades da empresa (UN)	0	0	32.210
Número de melhorias implantadas nos processos da empresa a partir das reclamações da comunidade (UN)	0	0	12
8.2 - Envolvimento da empresa em sinistros relacionados com terceiros	2011	2012	2013
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil)	2.181	8.267,67	182.661,29
Valor provisionado no passivo (R\$ mil)	624	78,66	64.038,183
Número de Processos Judiciais existentes (UN)	117	354	3.844
Número de pessoas vinculadas nos processos (UN)	119	373	ND
8.3 - Tarifa de Baixa Renda	2011	2012	2013
Número de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda (UN)	67.761	77.371	79.565
Total de clientes/consumidores com tarifa de baixa renda em relação ao total de clientes/consumidores residenciais (%)	3,623	3,974	3,965
8.4 - Envolvimento da empresa com ação social	2011	2012	2013
Recursos aplicados em educação (R\$ mil)	1.905	1.914	1.882
Recursos aplicados em saúde e saneamento (R\$ mil)	5.576	378	112
Recursos aplicados em cultura (R\$ mil)	42.983	24.857	22.485
Outros recursos aplicados em ações sociais (R\$ mil)	774	269.226	1.070
Valor destinado à ação social (não incluir obrigações legais, nem tributos, nem benefícios vinculados à condição de funcionários da empresa) (R\$ mil)	328.012	269.398	292.238
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em produtos e serviços (%)	NA	NA	NA
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a doações em espécie (%)	NA	NA	NA
Do total destinado à ação social, percentual correspondente a investimentos em projeto social próprio (%)	0,49	0,66	0,63
Empregados que realizam trabalhos voluntários na comunidade externa à empresa / total de empregados (%)	1,18	0,0048	0,0165
Quantidade de horas mensais doadas (liberadas do horário normal de trabalho) pela empresa para trabalho voluntário de funcionários (H)	NA	NA	0
Consumidores cadastrados no Programa Bolsa Família/Número de consumidores do segmento “baixa renda” (%)	100	100	98,55
8.5 - Envolvimento da empresa em projetos culturais, esportivos, etc. (Lei Rouanet)	2011	2012	2013
Montante de recursos destinados aos projetos (R\$ mil)	2.352	450	Não Infor.
Número de projetos beneficiados pelo patrocínio (UN)	28	1	Não Infor.
Montante de recursos destinados ao maior projeto (R\$ mil)	400	450	Não Infor.
8.6 - Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno	2011	2012	2013
Recursos alocados em programas governamentais (não obrigados por lei) federais, estaduais e municipais (R\$ mil)	0	0	0
Número de iniciativas / eventos / campanhas voltadas para o desenvolvimento da cidadania (exercício de voto, consumo consciente, práticas anticorrupção, direito das crianças etc.) (UN)	0	11	52
Recursos publicitários destinados a campanhas institucionais para o desenvolvimento da cidadania (R\$ mil)	0	4.820	3.993
Recursos investidos nos programas que utilizam incentivos fiscais / total de recursos destinados aos investimentos sociais (%)	17,15	12,28	13,97

TABELA 9 • RELATIVAS DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

Dados descritivos expostos nas páginas 58 – 64

Indicadores Sociais Externos - Setor elétrico

9.1 - Programa Luz para Todos	2011	2012	2013
Metas de atendimento (UN)	397	0	NA
Número de atendimentos efetuados (A) (UN)	830	0	NA
Cumprimento de metas (%)	100	100	NA
9.1.1 - Origem dos Recursos Investidos	2011	2012	2013
Governo Federal - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (R\$ mil)	0	0	NA
Governo Federal - Reserva Global de Reversão - RGR (R\$ mil)	4.744,33	0	NA
Governo estadual (R\$ mil)	832,09	0	NA
Próprios (R\$ mil)	0	0	NA
Outros (R\$ mil)	NA	0	NA
Total dos recursos aplicados (B) (R\$ mil)	5.576,42	0	NA
O&M (R\$ mil)	ND	ND	NA
Custo médio por atendimento (B/A) (R\$ mil)	6,719	Não Infor.	Não Infor.
9.2 - Tarifa de baixa renda	2011	2012	2013
Número de domicílios atendidos como “baixa renda” (UN)	67.761	77.371	79.565
Total de domicílios “baixa renda” do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (%)	3,623	3,974	3,965
Receita de faturamento na subclasse residencial “baixa renda” (R\$ mil)	71.399,237	32.338,61	39.354,82
Total da receita de faturamento na subclasse residencial “baixa renda” em relação ao total da receita de faturamento da classe residencial (%)	3,335	2,25	2,95
Subsídio recebido (ELETROBRÁS), relativo aos consumidores “baixa renda” (R\$ mil)	11.294,723	25.638	11.400,56
9.3 - Universalização	2011	2012	2013
9.3.1 - Universalização	2011	2012	2013
Cumprimento de metas (%)	100	100	100
Total de municípios universalizados (UN)	240	0	230
Municípios universalizados (%)	93	0	89
Atendimentos efetuados (UN)	6.331	0	1.954
Metas de atendimento (UN)	397	0	0
9.4 - Programa de Eficiência Energética (PEE)	2011	2012	2013
9.4.1 - Total dos Recursos em Projetos de Eficientização Energética	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (R\$ mil)	5.220	35.722,44	42.370,08
Com ônus para o consumidor (R\$ mil)	0	0	0
Total dos recursos (R\$ mil)	5.220	35.722,44	42.370,08
9.5 - Origem dos Recursos - Por classe de Consumidores	2011	2012	2013
9.5.1 - Residencial	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	16.775,06	8.946,473
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos recursos no segmento (C) (R\$ mil)	0	16.775,06	8.946,473
Total de unidades atendidas no segmento (D) (R\$ mil)	0	35.000	15.000
Recurso médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)		0,479	0,596
9.5.2 - Residencial Baixa Renda	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	3.381	12.463,05	15.886,762
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	3.381	12.463,05	15.886,762
Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	13.463	7.500	64.981
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)	0,251	1,662	0,244
População atendida (nº habitantes total residencial + baixa renda) (E) (UN)	53.852	110.000	300.000
Investimento médio por população atendida (custo total: residencial + baixa renda por hab.) (C/E) (R\$ mil)	0,063	0,113	0,053
9.5.3 - Comercial	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	3.902,14	1.102,682
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	0	3.903,14	1.102,682

Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	0	15	11
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)		260,209	100,244
9.5.4 - Industrial	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	0	0
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	15.732,563
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	0	0	15.732,563
Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	0	0	4
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)			3.933,141
9.5.5 - Rural	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	0	0
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	0	0	0
Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	0	0	0
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)			Não Infor.
9.5.6 - Iluminação Pública	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	0	0
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	0	0	0
Total de kW instalados (F) (Kw)	0	0	0
Investimento médio por kW instalado (C/F) (R\$ mil)			Não Infor.
9.5.7 - Serviço Público	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	0	0	0
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	0	0	0
Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	0	0	0
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)			Não Infor.
9.5.8 - Poder Público	2011	2012	2013
Sem ônus para o consumidor (A) (R\$ mil)	1.818	2.543,81	575,849
Com ônus para o consumidor (B) (R\$ mil)	0	0	0
Total dos investimentos no segmento (C) (R\$ mil)	1.818	2.543,81	575,849
Total de unidades atendidas no segmento (D) (UN)	11	NA	70
Investimento médio por consumidor (C/D) (R\$ mil)			Não Infor.
9.7 - Participação Relativa dos Recursos em Projetos de Eficiência Energética			
9.7.1 - Por classes de consumidores	2011	2012	2013
Recursos no segmento Residencial sobre Total investido no PEE (%)	0	46,9594	21,1151
Recursos no segmento "Baixa Renda" sobre Total investido no PEE (%)	64,7701	34,8886	37,4952
Recursos no segmento Comercial sobre Total investido no PEE (%)	0	10,9263	2,6025
Recursos no segmento Industrial sobre Total investido no PEE (%)	0	0	37,1313
Recursos no segmento Rural sobre Total investido no PEE (%)	0	0	0
Recursos no segmento Iluminação Pública sobre total investido no PEE (%)	0	0	0
Recursos no segmento Serviço Público sobre Total investido no PEE (%)	0	0	0
Recursos no segmento Poder Público sobre Total investido no PEE (%)	34,8276	7,121	1,3591
9.7.2 - Por tipos de projetos	2011	2012	2013
Recursos no segmento Gestão Energética sobre Total de recursos no PEE (%)	0	0	0
Recursos no segmento Educação sobre Total de recursos no PEE (%)	0,5651	0,0006	0
Recursos no segmento Aquecimento Solar sobre Total de recursos no PEE (%)	29,4828	3,5489	3,3364
9.8 - Eficiência Energética			
9.8.1 - Residencial	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	ND	21.784,46
Redução na demanda de ponta (MW)	0	ND	6,9661
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	ND	6.200,946
9.8.2 - Residencial baixa renda	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	3.611	ND	34.731,14
Redução na demanda de ponta (MW)	0,791	ND	10,8821
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	1.005	ND	9.886,219
9.8.3 - Comercial	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	2.325,16	2.429,88
Redução na demanda de ponta (MW)	0	441,64	0,5422

Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	484,54	483,497
9.8.4 - Industrial	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	ND	ND
Redução na demanda de ponta (MW)	0	ND	ND
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	ND	ND
9.8.5 - Rural	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	ND	0
Redução na demanda de ponta (MW)	0	ND	0
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	ND	0
9.8.6 - Iluminação pública	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	ND	0
Redução na demanda de ponta (MW)	0	ND	0
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	ND	0
9.8.7 - Serviço público	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	ND	0
Redução na demanda de ponta (MW)	0	ND	0
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	ND	0
9.8.8 - Poder público	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	1.562	ND	204,66
Redução na demanda de ponta (MW)	0,396	ND	0,5181
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	259	ND	52,67
9.8.9 - Aquecimento solar	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	1.121	ND	0
Redução na demanda de ponta (MW)	0,477	ND	0
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	423	ND	0
9.8.10 - Eficiência interna (na empresa)	2011	2012	2013
Energia economizada (MWh/ano)	0	0	0
Redução na demanda de ponta (MW)	0	0	0
Custo evitado com a energia economizada (R\$ mil)	0	0	0
Total (R\$ mil)	1.687	484,54	16.623,332

9.9 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)

9.9.1 - Recursos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico

9.9.1.1 - Por temas de pesquisa (Manual de P&D - ANEEL)	2011	2012	2013
Eficiência energética (A) (R\$ mil)	56.620,16	199.646,94	1.384,14
Fonte renovável ou alternativa (B) (R\$ mil)	169.875,95	1.024.088,11	2.661,671
Meio ambiente (C) (R\$ mil)	99.933,41	244.662,18	0
Qualidade e confiabilidade (D) (R\$ mil)	266.374,23	427.327,46	757,534
Planejamento e operação (E) (R\$ mil)	0	0	313,603
Supervisão, controle e proteção (F) (R\$ mil)	107.390,97	1.345.506,38	3.067,142
Medição (G) (R\$ mil)	268.667,02	776.942,56	365,111
Transmissão de dados via rede elétrica (H) (R\$ mil)	220.843,97	0	628,973
Novos materiais e componentes (I) (R\$ mil)	0	0	0
Desenvolvimento de tecnologia de combate à fraude e furto (J) (R\$ mil)	0	0	0
Outros: Distribuição de EE, Pesquisa Energética e outros (K) (R\$ mil)	1.808.651,16	3.448.799,62	4.849,829
Total de investimentos em P&D (L) (R\$ mil)	2.998.356,87	7.466.973,25	14.028,003
Recursos aplicados em Eficiência Energética (A) sobre Total investido em P&D (L) (%)	1,8884	2,6737	9,867
Recursos aplicados em Fonte Renovável ou Alternativa (B) sobre Total investido em P&D (L) (%)	5,6656	13,7149	18,974
Recursos aplicados em Meio Ambiente (C) sobre Total investido em P&D (L) (%)	3,3329	3,2766	0
Recursos aplicados em Qualidade e Confiabilidade (D) sobre Total investido em P&D (L) (%)	8,884	5,7229	5,4002
Recursos aplicados em Planejamento e Operação (E) sobre Total investido em P&D (L) (%)	0	0	2,2355
Recursos aplicados em Supervisão, Controle e Proteção (F) sobre Total investido em P&D (L) (%)	3,5817	18,0194	21,8644
Recursos aplicados em Medição (G) sobre Total investido em P&D (L) (%)	8,9605	10,4051	2,6027
Recursos aplicados em Transmissão de Dados Via Rede Elétrica (H) sobre Total investido em P&D (L) (%)	7,3655	0	4,4837
Recursos aplicados em Novos Materiais e Componentes (I) sobre Total investido em P&D (L) (%)	0	0	0
Recursos aplicados em Desenvolvimento de Tecnologia de Combate à Fraude e Furto (J) sobre Total investido em P&D (L) (%)	0	0	0
Recursos aplicados em Desenvolvimento de Distribuição de EE e Pesquisa Estratégica (K) sobre Total investido em P&D (L) (%)	60,3214	46,1874	34,5725

TABELA 10 • RELATIVA DIMENSÃO AMBIENTAL
Dados descritivos expostos nas páginas 101-116

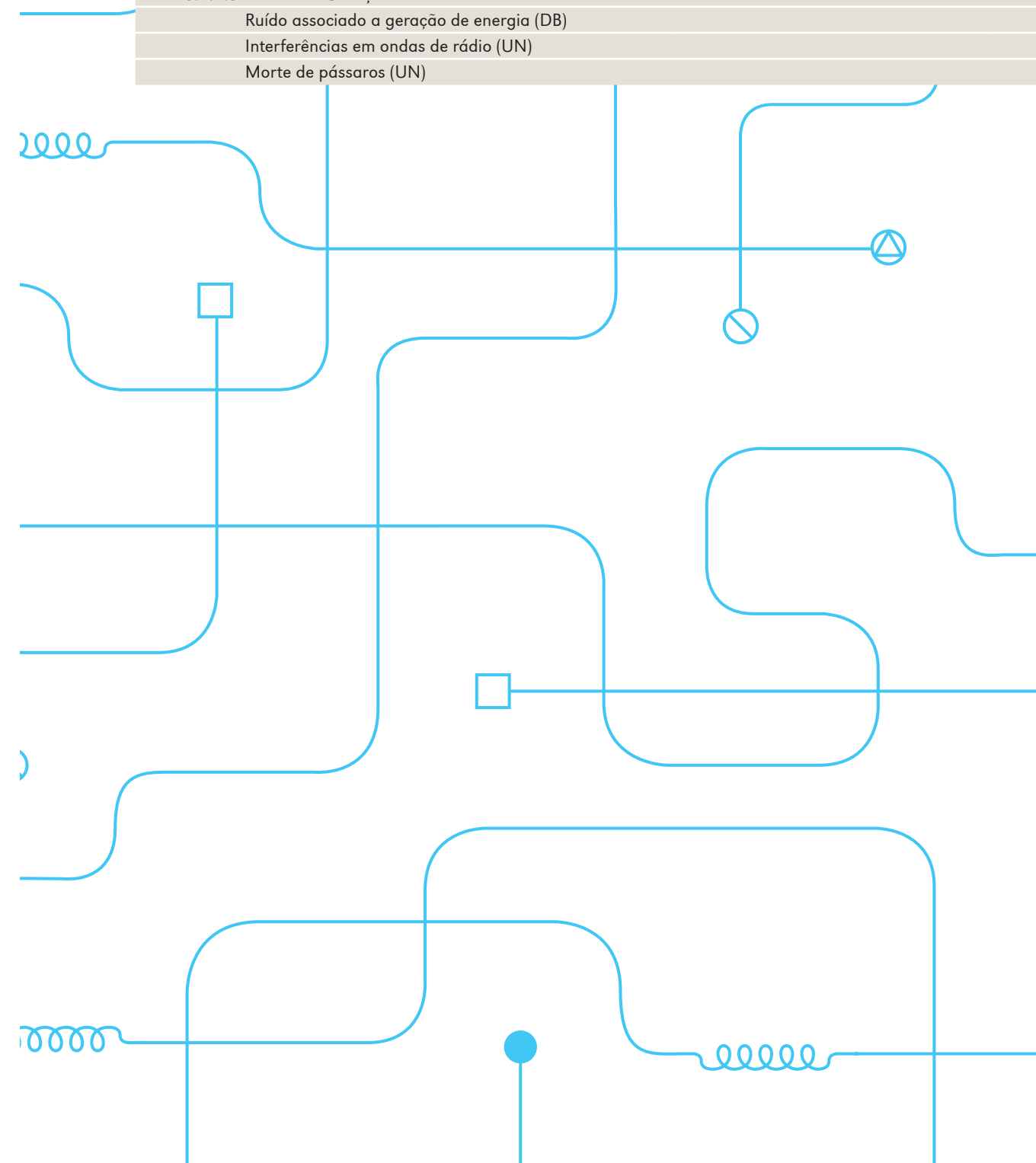
Indicadores Ambientais

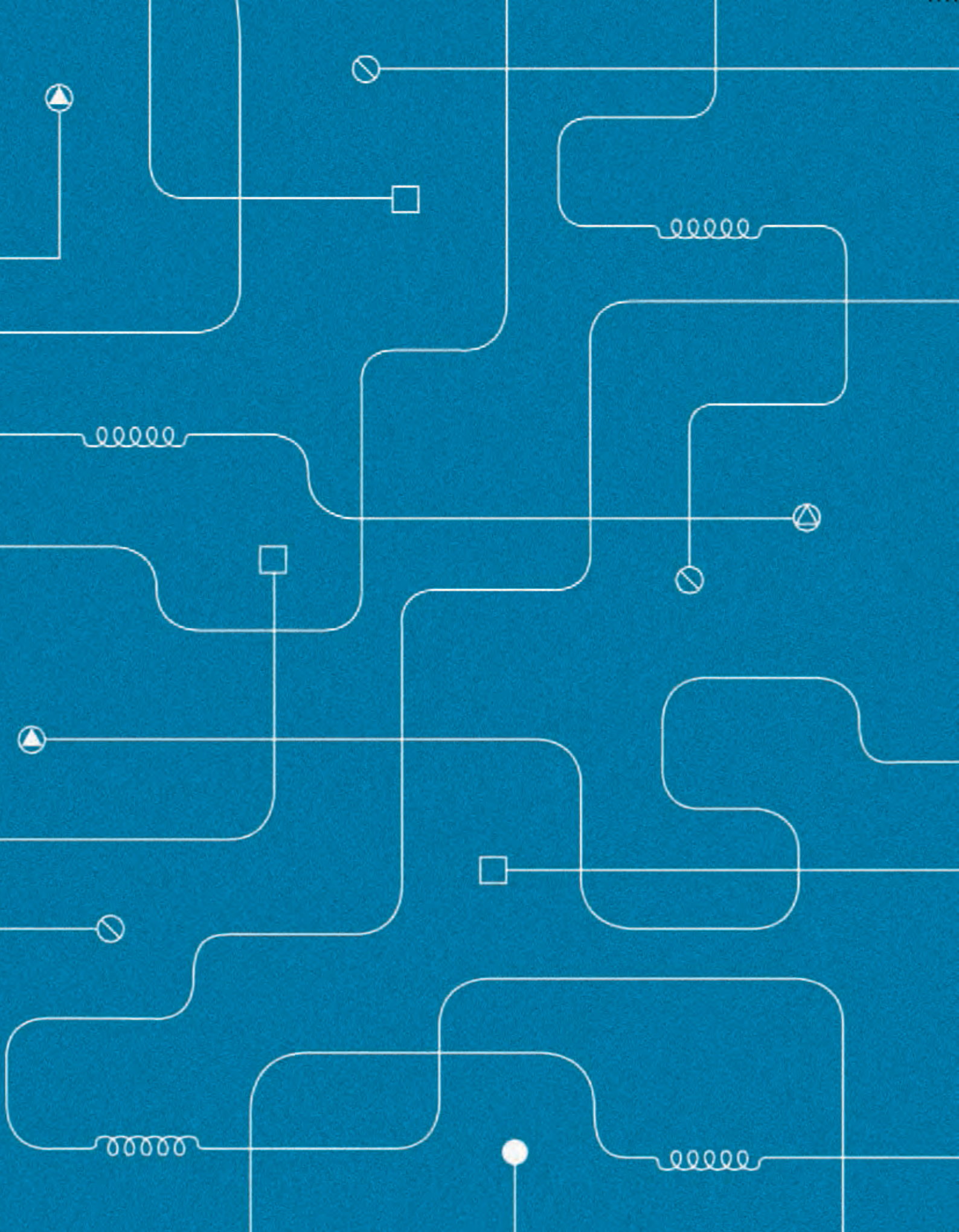
10.1 - Recuperação de Áreas Degradadas	2011	2012	2013
Área preservada e/ou recuperada por manejo sustentável de vegetação sob as linhas de transmissão e distribuição (Ha)	0	0	0
Área preservada / total da área preservada na área de concessão exigida por lei (%)	NA	NA	ND
Contribuição para o aumento de áreas verdes nos municípios pelo Programa de Arborização Urbana (Ha)	ND	ND	ND
Rede protegida isolada (rede ecológica ou linha verde) na área urbana. (Km)	1.270,32	1.231,09	3.099,74
Percentual da rede protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana. (%)	0,95	0,98	9,1
Gastos com gerenciamento do impacto ambiental (arborização, manejo sustentável, com equipamentos e redes protegidas) (R\$ mil)	2.966	3.830	
Quantidade de acidentes por violação das normas de segurança ambiental. (UN)	0	1	0
Número de autuações e/ou multas por violação de normas ambientais. (UN)	0	1	12
Valor incorrido em autuações e/ou multas por violação de normas ambientais (R\$ mil)	0	ND	76.830.070,48
10.1.1- Manejo de resíduos perigosos	2011	2012	2013
Percentual de equipamentos substituídos por óleo mineral isolante sem PCB (Ascarel). (%)	100	ND	100
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído na empresa. (%)	100	100	100
Percentual de lâmpadas descontaminadas em relação ao total substituído nas unidades consumidoras. (%)	100	100	100
Gastos com tratamento e destinação de resíduos tóxicos (incineração, aterro, biotratamento etc.). (R\$ mil)	420,5	11.234,8	3.306
10.1.2 - Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização	2011	2012	2013
Consumo total de energia por fonte: (KWh)	15.803.496.300	18.992.340.248,546	19.055.691.721,961
Hidrelétrica (KWh)	11.540.178.460	13.832.524.790,913	13.840.007.516,418
Combustíveis fósseis (KWh)	3.602.501.480	4.300.529.745,957	4.263.622.414,828
Fontes alternativas (gás, energia eólica, energia solar etc.) (KWh)	660.816.360	859.285.711,676	952.061.790,715
Consumo total de energia (KWh)	15.803.496.300	18.992.340.248,545	19.055.691.721,961
Consumo de energia por kWh distribuído (vendido) (KWh)	12.331.210	0,8956	0,8617
Consumo total de combustíveis fósseis pela frota de veículos da empresa por quilômetro rodado: (L)	2.609,914	38,49	2.451.310,56
Diesel (L)	1.675,799	6,81	1.611.994
Gasolina (L)	883,315	11,73	837.806
Álcool (L)	50,8	10,86	873,11
Gás natural (L)	0	9,09	637,45
Consumo total de água por fonte: (m³)	64,985	65,545	73.373,93
Abastecimento (rede pública) (m³)	64,985	65,545	73.373,93
Fonte subterrânea (poço) (m³)	0	0	0
Captação superficial (cursos d' água) (m³)	0	0	0
Consumo total de água (m³)	64,985	65,545	73.373,93
Consumo de água por empregado (m³)	18	19,86	24,22
Redução de custos obtida pela redução do consumo de energia, água e material de consumo (R\$ mil)	0	Não Infor.	ND

10.1.3 - Origem dos produtos - material de consumo	2011	2012	2013
Percentual do material adquirido em conformidade com os critérios ambientais verificados pela empresa / total de material adquirido. (%)	ND	ND	ND
Percentual do material adquirido com Selo Verde ou outros (Procel, Inmetro etc.). (%)	ND	ND	99,9
Percentual do material adquirido com certificação florestal (Imaflora, FSC e outros). (%)	ND	ND	ND
10.1.4 - PEEs destinados à formação da cultura em conservação e uso racional de energia	2011	2012	2013
Número de domicílios do segmento baixa renda atendidos pelo programa. (UN)	13.463	7.500	64.981
Percentual de domicílios do segmento baixa renda atendidos pelo programa sobre total de domicílios do segmento baixa renda. (%)	19,67	10	ND
Número de equipamentos eficientes doados. (UN)	45.118	20.000	22.000
Número de domicílios atendidos para adequação das instalações elétricas da habitação. (UN)	1.102	141	0
Número de profissionais eletricitistas treinados pelo programa. (UN)	0	0	0
PEEs Aquecimento solar (UN)	1	1	1
Número de sistemas de aquecimento solar instalados. (UN)	1.016	461	2.028
PEEs Gestão energética municipal (UN)	0	0	0
Número de municípios atendidos pelo programa de gestão energética municipal. (UN)	0	0	0
Percentual de municípios atendidos sobre total de municípios da área de concessão. (%)	0	0	0
10.1.5 - P&D Voltados ao Meio Ambiente	2011	2012	2013
Recursos Aplicados (R\$ mil)	99.933,41	244.662,18	0
Número de Patentes registradas no INPI (UN)	NA	0	0
10.1.6 - Cultura, Esporte e Turismo	2011	2012	2013
Recursos Aplicados (R\$ mil)	Não Infor.	Não Infor.	Não Infor.
10.1.7 - Saúde	2011	2012	2013
Recursos Aplicados (R\$ mil)	Não Infor.	Não Infor.	Não Infor.
10.2 Geração e tratamento de resíduos			
10.2.1 - Emissão	2011	2012	2013
Volume anual de gases do efeito estufa (CO2, CH4, N2O, HFC, PFC, SF6), emitidos na atmosfera. (T de CO2)	ND	ND	107.292,51
Volume anual de emissões destruidoras de ozônio (T com CFC)	ND	ND	ND
10.2.2 - Efluentes	2011	2012	2013
Volume total de efluentes (m³)	ND	ND	ND
Volume total de efluentes com tratamento (m³)	ND	ND	ND
Percentual de efluentes tratados (%)	ND	NA	ND
10.3.3 - Sólidos	2011	2012	2013
Quantidade anual de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho etc.). (T)	ND	ND	2.158,51
Percentual de resíduos encaminhados para reciclagem sem vínculo com a empresa. (%)	ND	ND	ND
Percentual de resíduos reciclados por unidade ou entidade vinculada à empresa (projeto específico). (%)	ND	ND	ND
Gastos com reciclagem dos resíduos (R\$ mil)	ND	ND	ND

Percentual do material de consumo reutilizado (matérias-primas, equipamentos, fios e cabos elétricos). (%)	ND	ND	ND
Gastos com destinação final de resíduos não perigosos. (R\$ mil)	ND	ND	ND
10.3 - Educação e conscientização ambiental			
10.3.1 - Educação ambiental - Comunidade - Na organização	2011	2012	2013
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental. (UN)	100	0	0
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental / total de empregados. (%)	2,7518	0	0
Número de horas de treinamento ambiental / total de horas de treinamento. (%)	100	ND	0
Recursos Aplicados (R\$ mil)	ND	ND	0
10.3.2 - Educação ambiental - Comunidade	2011	2012	2013
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas. (UN)	0	4	0
Percentual de escolas atendidas / número total de escolas da área de concessão. (%)	0,0037	ND	0
Número de alunos atendidos. (UN)	4.241	367	0
Percentual de alunos atendidos / número total de alunos da rede escolar da área de concessão. (%)	ND	ND	0
Número de professores capacitados. (UN)	22	0	0
Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas. (UN)	19	0	0
Recursos Aplicados (R\$ mil)	ND	ND	0
10.4 - Indicadores Ambientais - Geração e Transmissão			
10.4.1 - Quadro 2: Indicadores de Desempenho Ambiental para Empresas de Distribuição e/ou Transmissão de Energia Elétrica			2013
Supressão Vegetal (m²)			8.200
Poda (m³)			20.144,99
Incidências de queimadas (UN)			ND
Vazamento de óleo (Índice)			ND
Uso de fontes de energia alternativa em áreas protegidas ambientalmente (UN)			0
Ações de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) que favoreçam a prevenção da poluição (UN)			0
10.4.2 - Quadro 1: Indicadores de desempenho ambiental para empresas de geração de energia elétrica			
10.4.2.1 - Fonte de Geração - Hidráulica			2013
Consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares (KWh)			1.103.691
Consumo de água por KWh gerado (m³)			ND
Erosão de bordas de reservatório (Ha)			ND
Restauração de mata ciliar (UN)			10.575
Qualidade de água e de sedimentos dos reservatórios. (UN)			19
Resgate de peixes em turbinas (Kg)			0
Repovoamento de peixes (UN)			0
Consumo de óleos e graxas lubrificantes (L)			80
Retirada de resíduos em reservatórios (lixo, macrófitas, efluentes industriais e domésticos e sedimentos de assoreamento). (T)			13

Lançamento de efluentes sanitários sem tratamento e vazamento de óleos lubrificante e hidráulico nas turbinas. (T)	ND
10.4.2.2 - Fonte de Geração - Térmica	2013
Emissão de gases do efeito estufa (T)	ND
Descarte de resíduos durante o processo de geração de energia elétrica (óleos e graxas, purgas de caldeiras, hidrasinas etc.) (UN)	NA
Recuperação de áreas degradadas pela extração do carvão e de seus resíduos gerados. (UN)	NA
Consumo de água de reposição durante a geração de energia. (m³)	NA
10.4.2.3 - Fonte de Geração - Eólica	2013
Ruído associado a geração de energia (DB)	NA
Interferências em ondas de rádio (UN)	NA
Morte de pássaros (UN)	NA



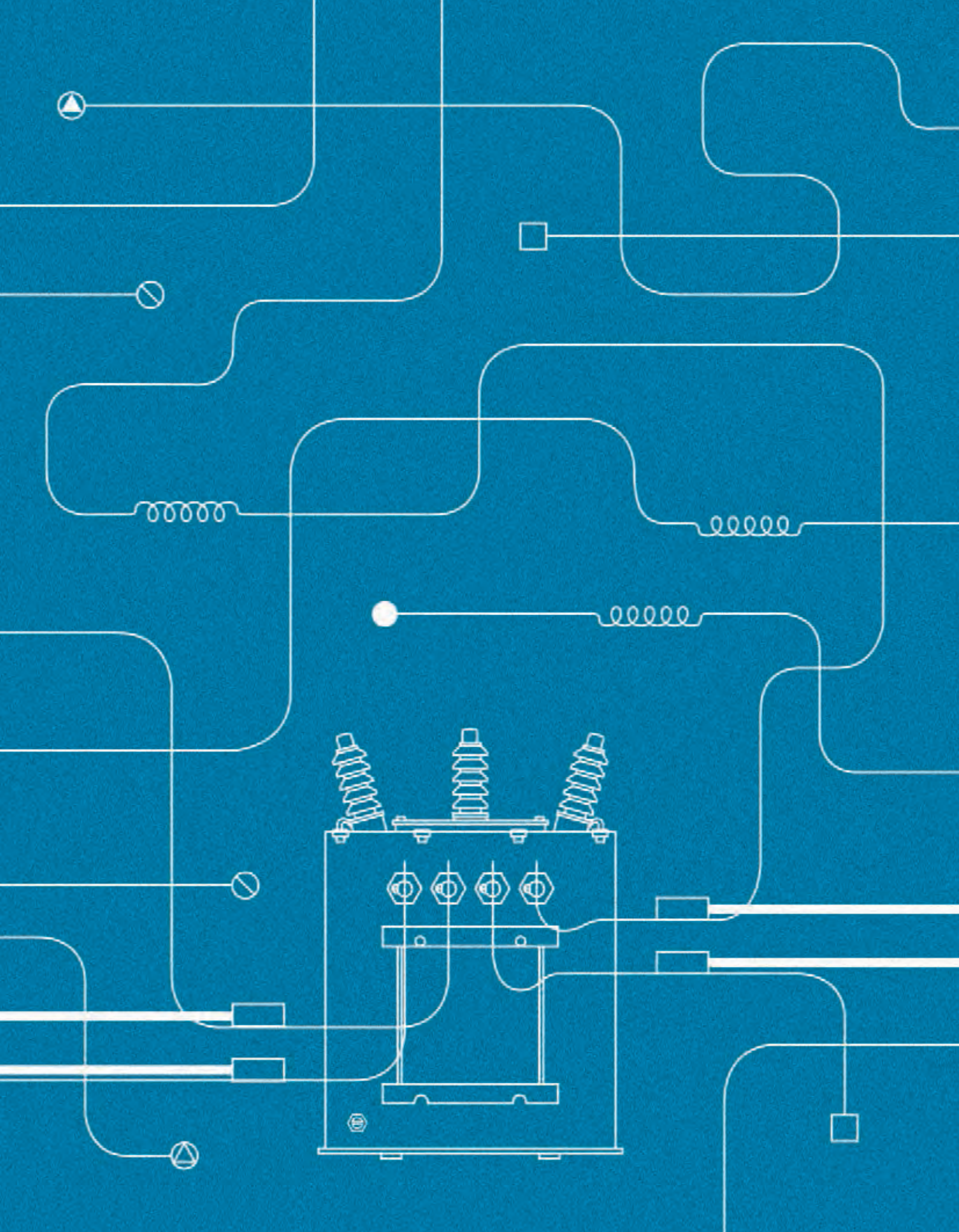


OUTROS INDICADORES ANEEL

Cada vez mais, a Celesc vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Relatório Socio-ambiental do Setor Elétrico e Balanço Social da concessionária.

Para a companhia, responsabilidade social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da concessionária seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios. Para a concessionária, é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobretudo, uma atitude proativa de estender a mão aos mais vulneráveis, ajudando a reduzir as chagas sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da concessionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Como se verá a seguir, tendo equacionado as questões sociais mais graves no Estado relacionadas especificamente com o setor de energia elétrica, a concessionária se volta agora para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nossa população. Estas ações e práticas estão expressas no relatório e nas tabelas abaixo e buscam atender a Resolução nº 444 de 26/10/2001 / ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (D.O.U. 29/10/2001) que institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, englobando o Plano de Contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras.(Revogada pela Resolução NORMATIVA ANEEL Nº 605 de 2014) que tratam da divulgação de informações econômicas e financeiras, bem como de responsabilidade social, a ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2002, obrigatoriamente, pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, e opcionalmente pelos produtores independentes e autorizados. Alterado pela Resolução ANEEL 668, de 26 de dezembro de 2001, Resolução ANEEL 339 de 25 de junho de 2002, Resolução Autorizativa ANEEL nº 473, de 6 de março de 2006, Resolução ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006, Despacho nº 657, de 30 de março de 2006, Despacho nº 3.033, de 21 de dezembro de 2006, Despacho nº 3.034, de 21 de dezembro de 2006 e Despacho nº 294, de 01 de fevereiro de 2008, Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, Despacho nº 3.466 e Despacho nº 3.467, ambos datados de 18 de setembro de 2008, Despacho nº 4.815, de 26 de dezembro de 2008, Despacho nº 627, de 16 de fevereiro de 2009, Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, Resolução Normativa nº 370, de 30 de junho de 2009 e Resolução Normativa nº 396, de 15 de março de 2010. (VIGENTE A PARTIR DE 08/03/2010). A partir de 2015 todas estas informações seguirão diretriz da Resolução Normativa ANEEL 605 de 2014.



Índice
Remissivo GRI (GRI 3.12)

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
1.1 - Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização (como diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	Páginas 7 e 9		Pleno
1.2 - Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	Páginas 7, 9 e 44		Pleno
2. PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1 - Nome da organização.	Página 24		Pleno
2.2 - Principais marcas, produtos e/ou serviços.	Página 25		Pleno
2.3 - Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.	Página 24		Pleno
2.4 - Localização da sede da organização.	Página 12		Pleno
2.5 - Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	Página 25		Pleno
2.6 - Tipo e natureza jurídica da propriedade.	Página 24		Pleno
2.7 - Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/ beneficiários).	Página 26		Pleno
2.8 - Porte da organização, incluindo: número de empregados, vendas líquidas ou receita líquida, capitalização total, quantidade de produtos ou serviços oferecidos.	Página 24		Pleno
2.9 - Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	Página 24		Pleno
2.10 - Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	Página 119		Pleno
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO			
Perfil do Relatório			
3.1 - Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.	Página 11		Pleno
3.2 - Data do relatório anterior mais recente.	Página 11		Pleno
3.3 - Ciclo de emissão de relatórios.	Página 11		Pleno
3.4 - Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	Página 12		Pleno
Escopo e Limite do Relatório			
3.5 - Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: determinação da materialidade, priorização de temas dentro do relatório, identificação de quais stakeholders a organização espera que usem o relatório.	Página 11		Pleno
3.6 - Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).	Página 11		Pleno
3.7 - Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	Página 11		Pleno
3.8 - Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.	Página 11		Pleno
3.9 - Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório.	Página 11		Pleno
3.10 - Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).		Não há necessidade de reformulação ou complementação de informações reportadas em relatórios passados.	Pleno
3.11 - Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	Página 11		Pleno
3.12. Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	Página 147		Pleno
3.13. Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.		Não há verificação externa.	Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
4. GOVERNANÇA, ENGAJAMENTO E COMPROMISSOS			
Governança			
4.1 - Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	Página 39		Pleno
4.2 - Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	Página 42		Pleno
4.3 - Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.	Página 42		Pleno
4.4 - Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.	Página 49		Pleno
4.5 - Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	Página 79		Pleno
4.6 - Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	Página 42, 46 e 49		Pleno
4.7 - Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	Página 42		Pleno
4.8 - Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	Página 23 e 105		Pleno
4.9 - Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	Página 43		Pleno
4.10 - Processos para a auto avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.		A organização não dispõe de processo de auto avaliação do Conselho de Administração	Pleno
Compromissos com Iniciativas Externas			
4.11 - Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	Página 44		Pleno
4.12 - Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	Página 32		Pleno
Engajamento com Partes Interessadas			
4.13 - Participações em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa.	Página 48		Pleno
4.14 - Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização (comunidades, sociedade civil, clientes, acionistas, colaboradores, e sindicatos).	Página 48		Pleno
4.15 - Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar.	Página 48		Pleno
4.16 - Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de stakeholders.	Página 48		Pleno
4.17 - Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los.	Página 48		Pleno

INDICADORES DE DESEMPENHO

DESEMPENHO ECONÔMICO	Página	Conteúdo	Status
EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	Página 62		Pleno
EC2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.		A empresa não possui uma política de mudanças climáticas que envolva metas de redução nas emissões de gases de efeito estufa, avaliação financeira, implicações, riscos e oportunidades sobre o assunto. Foi publicado, em 2013, o primeiro inventário de emissões, que oferecerá subsídios para definição de futuras diretrizes nessa área.	Parcial

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	Página 80		Pleno
EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo.		Não foi recebida qualquer ajuda do governo em 2013.	Pleno
Presença de Mercado			
EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo por gênero comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	Página 79		Pleno
EC6 - Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	Página 96		Pleno
EC7 - Procedimentos para contratação local e promoção de membros da alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Página 77		Pleno
Impactos Econômicos Indiretos			
EC8 - Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro bono.	Página 67		Parcial
DESEMPENHO AMBIENTAL			
Materiais			
EN1- Materiais usados por peso ou volume.	Página 108		Pleno
Energia			
EN3 - Consumo de energia direta discriminado por fonte primária	Página 111		Pleno
EN4 - Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	Página 111		Pleno
EN6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	Página 107		Pleno
Água			
EN8 - Total de retirada de água por fonte.	Página 111		Parcial
Biodiversidade			
EN11 - Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Página 115		Pleno
EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Página 113		Pleno
EN13 - Habitats protegidos ou restaurados.	Página 115		Parcial
EN14 - Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.		A Celesc não possui programa específico para gestão de impactos na biodiversidade. No entanto, para implantação de empreendimentos lineares (redes de distribuição e linhas de transmissão) a área de projetos identifica os trechos onde há áreas com grande relevância à biodiversidade e opta por desvios no traçado do empreendimento. No caso de linhas de transmissão onde não é possível o desvio da rede, utilizamos estruturas metálicas autoportantes com até 72,5 m de altura evitando assim supressão de vegetação e a manutenção da faixa de servidão.	Parcial
EN15 - Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.		A empresa não monitora espécies ameaçadas de extinção	Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
Emissões, Efluentes e Resíduos			
EN16 - Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores de efeito estufa, por peso.	Página 111 e 112		Pleno
EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso	Página 111		Pleno
EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.	Página 111		Pleno
EN20 - NOx,SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	Página 112		Pleno
EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação	Página 111		Pleno
EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	Página 109		Pleno
EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos.	Página 117		Pleno
EN24 - Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	Página 110		Pleno
Conformidade			
EN28 - Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	Página 116		Pleno
Geral			
EN30 - Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	Página 103 e 104		Pleno
DESEMPENHO SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS			
Emprego			
LA1 - Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, detalhado por gênero.	Página 75 e 76		Pleno
LA2 - Número total e taxa de contratações e rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	Página 76		Pleno
LA3 - Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, por locais significativos de operação.	Página 80		Pleno
Governança			
LA4 - Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	Página 76		Pleno
Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6 - Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	Página 83		Pleno
LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.	Página 83		Parcial
LA8 - Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	Página 85		Pleno
LA9 - Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	Página 83		Pleno
Treinamento e Educação			
LA10 - Média de horas de treinamento por ano, por empregado, gênero e categoria funcional.	Página 81		Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
LA11 - Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	Página 76		Pleno
LA12 - Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminados por gênero.	Página 78		Pleno
Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13 - Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	Página 75		Pleno
LA14 - Proporção de salário base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional, discriminado por locais significativos de operação.	Página 79		Pleno
DESEMPENHO SOCIAL - DIREITOS HUMANOS			
Processos de Compra			
HR1 - Percentual e número total de contratos de investimentos significativos e contratos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	Página 97		Pleno
HR2 - Percentual de fornecedores significativos, contratados e outros parceiros de negócio que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	Página 97		Pleno
HR3 - Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados treinados.		Não houve formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos.	Pleno
Não Discriminação			
HR4 - Número total de casos de discriminação e as ações corretivas tomadas.		Não foram recebidas denúncias de casos de discriminação em 2013.	Pleno
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva			
HR5 - Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode ser violado ou estar em risco significativo, e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	Página 50		Parcial
Trabalho Infantil			
HR6 - Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para a efetiva abolição do trabalho infantil.	Página 97		Pleno
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo			
HR7 - Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir com a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Página 97		Pleno
Práticas de Segurança			
HR8 - Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.		A Celesc possui pessoal de segurança patrimonial treinado. Não se tem conhecimento a respeito da abordagem sobre as políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos durante os cursos de formação ou reciclagem dos profissionais.	Pleno
DESEMPENHO SOCIAL - SOCIEDADE			
Comunidade			
SO1 - Percentual de operações com engajamento da comunidade local implantados, avaliações de impactos, e programas de desenvolvimento.	Página 91		Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
Corrupção			
SO2 - Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	Página 46		Parcial
SO3 - Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	Página 46		Parcial
SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Página 47		Pleno
Políticas Públicas			
SO5 - Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	Página 52		Parcial
SO6 - Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.		De acordo com regulamentação jurídica, a Celesc não destina contribuições financeiras para partidos políticos ou instituições relacionadas.	Pleno
Concorrência Desleal			
SO7 - Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e resultados.		A Celesc não possui registradas ações por concorrência desleal, antitruste e práticas de monopólio.	Pleno
Conformidade			
SO8 - Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.		Não houve, em 2013, registro de multa significativa e sanção não monetária resultante da não conformidade com leis e regulamentos na Celesc Distribuição. Já a Celesc Geração recebeu sanções de R\$ 3.336.313,67 nesta categoria.	Pleno
SO9 - Operações significativas com potencial ou real impacto negativo nas comunidades locais	Página 91		Pleno
DESEMPENHO SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Saúde e Segurança do Cliente			
PR1 - Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	Página 98		Parcial
PR2 - Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.		A empresa não possui, atualmente, mecanismos para acompanhamento de acidentes com consumidores, apenas com empregados, conforme descrito no capítulo Equipe Celesc. Os casos que chegam ao conhecimento da Companhia são encaminhados à Fundação Coge, Abradee e Aneel, para que tomem as devidas providências.	Pleno
Rotulagem de Produtos e Serviços			
PR5 - Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	Página 97 e 98		Pleno
Comunicações de Marketing			
PR6 - Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Página 48 e 51		Pleno
Privacidade do Cliente			
PR8 - Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.		Não houve registro de vazamento de informações de clientes em 2013.	Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
SETORIAL			
EU1 - Capacidade instalada, separada por fonte de energia primária e regime regulatório	Página 28		Parcial
EU2 - Energia enviada para a rede, detalhada por fonte primária de energia e regime regulatório	Página 28		Pleno
EU3 - Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	Página 25		Pleno
EU4 - Extensão das linhas de transmissão e distribuição superficial e subterrânea, por regime regulatório	Página 25		Pleno
EU5 - Alocação de permissões de emissões de CO2 e/ou equivalente, discriminadas por estrutura do mercado de crédito de carbono		A Celesc não participa do mercado de créditos de carbono	Pleno
EU6 - Modelo de gestão para garantir a confiabilidade e disponibilidade de eletricidade de curto e longo prazo	Página 68		Pleno
EU7 - Programas de gerenciamento de demanda (DSM), incluindo programas residenciais, comerciais, institucionais e industriais		A Celesc não possui programas de gerenciamento de demanda (DSM).	Pleno
EU8 - Atividades de pesquisa e desenvolvimento e gastos com o objetivo de prover eletricidade de modo confiável e promover o desenvolvimento sustentável	Página 52		Pleno
EU9 - Provisão para descomissionamento de usinas nucleares		Não aplicável às atividades da Celesc	Pleno
EU10 - Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório			Pleno
EU11 - Eficiência média de geração das termelétricas por fonte de energia e sistema regulatório			Pleno
EU12 - Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia	Página 27		Pleno
EU13 - Biodiversidade de habitats de substituição comparada à biodiversidade das áreas afetadas	Página 113		Pleno
EU14 - Programas e processos que assegurem a disponibilidade de mão de obra especializada	Página 81		Pleno
EU15 - Porcentagem de funcionários que podem se aposentar nos próximos cinco a dez anos, discriminados por categoria ocupacional e região	Página 82		Pleno
EU16 - Políticas e condições relacionadas à saúde e segurança de funcionários, contratados e subcontratados	Página 84		Pleno
EU17 - Dias trabalhados por trabalhadores terceirizados e subcontratados envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção	Página 96		Pleno
EU18 - Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança	Página 83		Parcial
EU19 - Participação dos stakeholders em processo decisórios relacionados ao planejamento energético e ao desenvolvimento de infraestruturas	Página 69		Pleno
EU20 - Abordagem da gestão dos impactos do deslocamento	Página 103		Parcial
EU21 - Planejamento de medidas de contingência, calamidade/plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração	Página 45		Pleno
EU22 - Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e compensadas, discriminadas por tipo de projeto		Não ocorreram deslocamentos de pessoas no período.	Pleno
EU23 - Programas, incluindo aqueles realizados em parceria com o Governo, para melhorar ou manter o acesso à energia elétrica e o serviços de suporte ao cliente	Página 28		Pleno

Descrição GRI	Página	Conteúdo	Status
EU24 - Práticas para lidar com barreiras relacionadas a idioma, cultura e baixa escolaridade e necessidades especiais que se interpõem ao acesso à eletricidade e serviços de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro		Na área de abrangência da concessionária não são encontradas barreiras com relação ao idioma e à cultura. São realizadas campanhas na mídia, acompanhadas de palestras às comunidades carentes sobre o uso seguro da eletricidade.	Pleno
EU25 - Número de mortes e lesões ao público envolvendo os ativos da empresa, incluindo decisões judiciais, acordos e processos judiciais pendentes sobre doenças		Os casos mais frequentes de acidente com a população envolvem abaloamento de poste, porém a empresa não considera essas ocorrências para fins estatísticos, exceto quando a vítima sofre choque elétrico. Em 2013, foram contabilizados 11 indivíduos envolvidos em acidentes com a linha elétrica, sendo cinco óbitos. 66 processos judiciais de saúde e segurança foram resolvidos durante o ano e, em 31 dezembro, havia 422 pendentes.	Pleno
EU26 - Percentual da população não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentado	Página 25		Pleno
EU27 - Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração do desligamento e por sistema regulatório	Página 69		Pleno
EU28 - Frequência de interrupção de energia	Página 27		Pleno
EU29 - Duração média de interrupções de energia	Página 27		Pleno
EU30 - Fator de disponibilidade média por fonte de energia e regime regulatório	Página 30		Pleno

Tudo é questão de despertar sua alma

GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

A elaboração deste Relatório de Sustentabilidade é o resultado do esforço conjunto da equipe de profissionais do Grupo Celesc. Agradecemos a participação e o comprometimento de todos.

Coordenação Geral e Executiva
ASSESSORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Consultoria GRI e Texto
KEY ASSOCIADOS

Design Gráfico
VANESSA SCHULTZ

Ilustração
MANUELA CUNHA SOARES

Fotos
ARQUIVO CELESC

Publicação
2014

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA

Avenida Itamarati, 160, Itacorubi
CEP 88034-900 – Florianópolis (SC)

ASSESSORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
Tel/Fax: +55 (48) 3231-5520 E-mail: asrs@celesc.com.br

www.celesc.com.br



